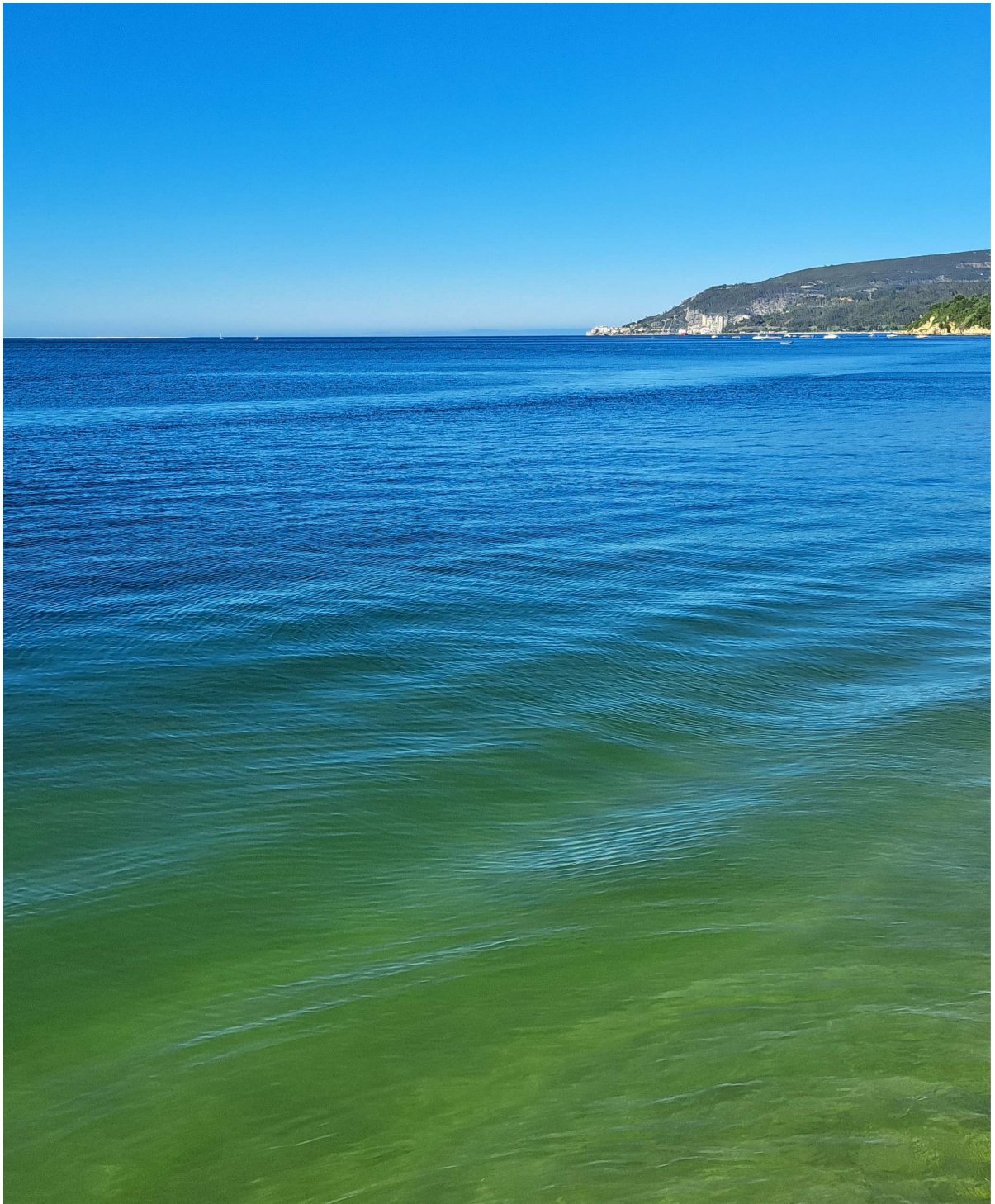




LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão



**3 FICHA TÉCNICA****EDITORIAL**

4 a 7 Projecto Educativo: Cultura e Biodiversidade da Arrábida - *Joaquina Soares*

MIRADOURO

8 Arrábida abandonada à sua sorte - *Salvador Peres*

COISAS DE SETÚBAL E AZEITÃO

9 a 15 Casa do Gaiato de Setúbal (1955) – *António Chitas*

16 a 18 Casa da História de Setúbal – Abordagem a uma ideia – *Helena de Sousa Freitas*

19 a 24 Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre – *António Mateus Vilhena*

PARA A HISTÓRIA DE SETÚBAL

25 a 28 Dissipando dúvidas - *António Cunha Bento*

PARA UMA ANTOLOGIA DA REGIÃO DE SETÚBAL

29 Leonardo Pereira e o amor a Setúbal - *João Reis Ribeiro*

30 e 31 Setúbal - *Leonardo Pereira*

PATRIMÓNIO

32 a 45 Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica - *Catarina Meira*

46 e 47 Proposta de criação de uma Comissão de Defesa do Património Edificado - *Pedro Fernandes*

SER POETA

48 e 49 Maria Celeste Gomes - *João Reis Ribeiro*

CRÓNICA

50 a 54 Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos – *Ricardo Vilhena*

55 e 56 Coincidências - *José Antunes*

57 a 60 Umas quantas palavras sobre Assírio Bacelar – *Fátima Ribeiro de Medeiros*

61 e 62 Cultura do Encontro do Papa Francisco – *Isabel Melo*

NOTÍCIAS LASA

63 e 64 Projecto Urban Sketching no Centro Histórico de Setúbal – *Joaquina Soares*

65 Património Arqueológico

66 Dia Mundial do Ambiente – *Joaquina Soares*

VAI ACONTECER

67 50 Anos da Diocese de Setúbal - *Isabel Melo*

PORTEFÓLIO

68 a 81 Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias... – *Francisco Borba*

82 e 83 EDIÇÕES LASA

84 ÚLTIMA PÁGINA



Revista LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

N.º 26 - Verão 2025

Coordenação Editorial:

Salvador Peres e João Reis Ribeiro

Equipa Editorial:

António Cunha Bento, Isabel Melo, Alberto Pereira,

Eduardo Carqueijeiro e João Coelho

Colaboram nesta edição:

*António Chitas, António Cunha Bento, António Mateus Vilhena, Catarina Meira, Fátima Ribeiro de Medeiros,
Francisco Borba, Helena de Sousa Freitas, Isabel Melo, João Reis Ribeiro, Joaquina Soares, José Antunes,
Maria Celeste Gomes, Pedro Fernandes, Ricardo Vilhena e Salvador Peres*

Imagens de:

*António Chitas, António Cunha Bento, António Mateus Vilhena, Catarina Meira, Fátima Ribeiro de Medeiros,
Francisco Borba, Helena de Sousa Freitas, Isabel Melo, João Reis Ribeiro, Joaquina Soares, José Antunes,
Maria Celeste Gomes, Ricardo Vilhena e Salvador Peres*

Contactos

Sede Social: Praça de Bocage, 48 – 2.º Esq.º, 2900-276 Setúbal

Telefone: +351 265 235 000

Email: lasasetubal@gmail.com

Sítio internet: www.lasa.pt

. Imagens de Capa e Última Página: Salvador Peres

Fazem parte integrante desta edição da *Revista LASA* três suplementos: “Manifestações de Arte Pública em Setúbal e Azeitão - 3”; “Jaurés Américo Viegas” e “Relatório de Actividades e Contas 2024”

Projecto Educativo: Cultura e Biodiversidade da Arrábida

Joaquina Soares

Presidente da Direcção



Fig. 1 - *Euphorbia pedroi*. Espécie endémica da Arrábida, cuja designação homenageia o botânico Gomes Pedro pela sua importante obra de investigação dedicada àquela cadeia montanhosa.

Da Ideia e dos Lugares

A vocação de ONGA da nossa Associação passará, no ano lectivo de 2025-2026, pela realização de um projecto-piloto em parceria com as Escolas Hermenegildo Capelo, de Palmela e D. João II, de Setúbal, visando a sensibilização da população escolar para a importância do património ambiental da região, cuja salvaguarda importa não só localmente, mas a escalas mais amplas. O laboratório deste projecto educativo experimental e transdisciplinar será a cordilheira da Arrábida, entendida na complexidade dos seus ecossistemas (Figs. 1-2).

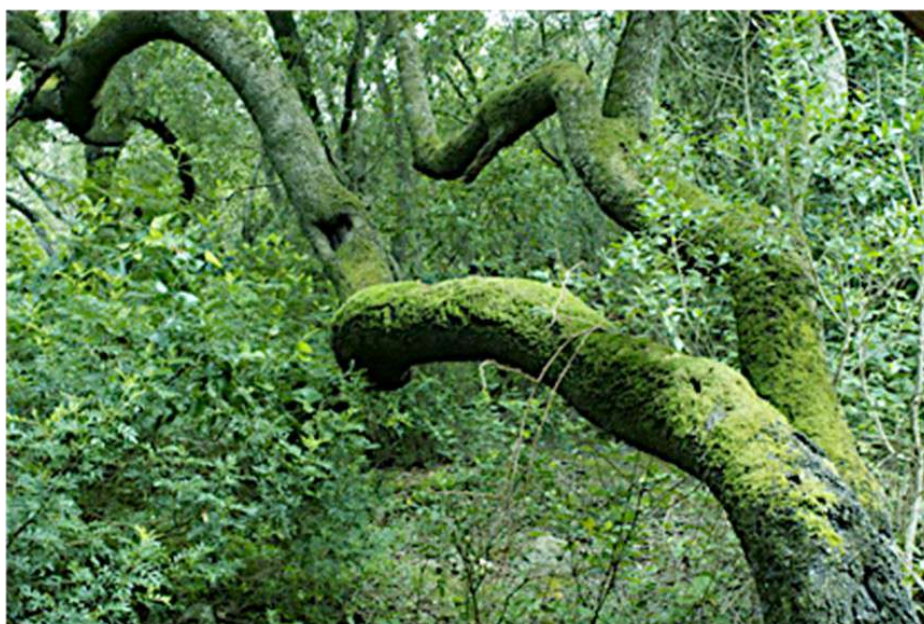


Fig. 2.- Mata do Solitário. Dominam no estrato arbóreo o carvalho português (*Quercus faginea*), a zelha (*Acer monspessulanum*) e a azinheira (*Quercus ilex*). Foto de Rosa Nunes.

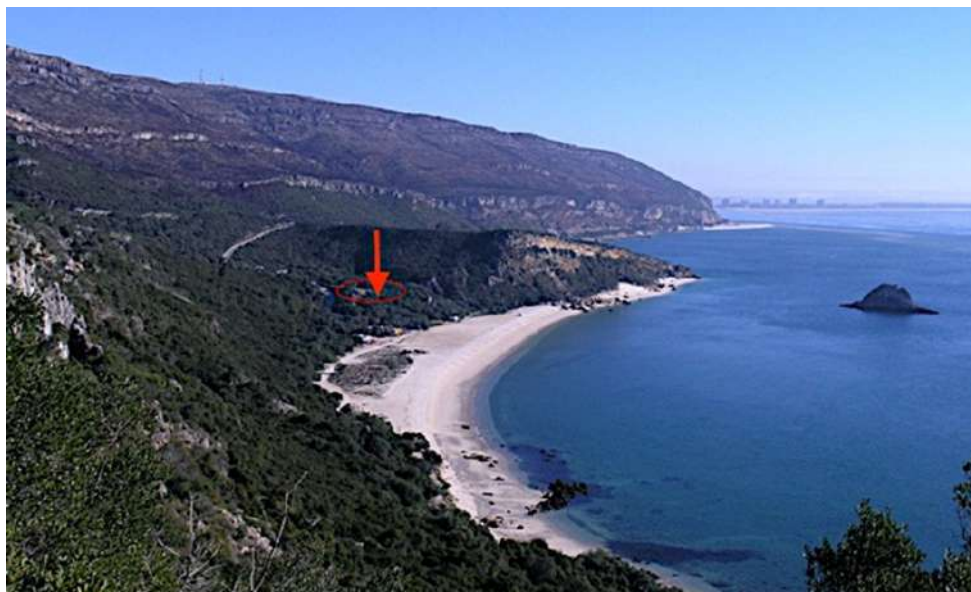
Projecto Educativo: Cultura e Biodiversidade da Arrábida

Como ponto de partida para uma abordagem à biodiversidade da cadeia montanhosa e às boas práticas ambientais, tomámos, como referências, formas de ocupação humana antigas e sustentáveis, proporcionadas pela linha de investigação em curso na LASA, *Arq Arrábida*. Este projecto desenvolver-se-á no sector central e na Pré-Arrábida.

Na Serra da Arrábida propriamente dita, proceder-se-á à observação das formações vegetais e de dois estabelecimentos humanos bem-sucedidos e ambientalmente sustentáveis, que souberam gerir os recursos abióticos—materiais de construção e água no coração do carso arrabidino—, os recursos vivos no respeito pela capacidade de carga humana do meio e a boa integração das suas arquitecturas. Referimo-nos ao sítio romano do Creiro e ao Convento da Arrábida, ambos localizados na mesma vertente da serra, na vizinhança das matas do Solitário e Coberta (Fig.2).

O **Creiro**, debruçado sobre o Portinho, frente à Pedra da Anicha, desenvolveu uma economia de mar, ou azul, para usar uma expressão actual, de pequena escala e provavelmente sazonal, explorando, de forma racional e sustentável, o interface oceano-continente ao longo de todo o ciclo temporal da romanização do Baixo Sado (século I ao século V d. C.), através de pesca realizada com pequenas embarcações adequadas às capacidades do Portinho, ao qual chegava também o sal do estuário do Sado, necessário aos preparados de peixe (salgas e molhos) que dali partiam para o porto de *Caetobriga*, onde seriam integrados na composição de cargas destinadas, na sua primeira etapa, à placa giratória de Gades (Cádiz), e a partir deste porto, às grandes cidades do Mediterrâneo Ocidental (Fig. 3).

Fig. 3 - Baía do Portinho. A seta indica o sítio romano do Creiro.



O **Convento da Arrábida**, fundado em 1542 por frades franciscanos, na óptica de eremitério e em comunhão com a Natureza, na vizinhança da formação climática da Mata do Solitário, foi constituído numa primeira fase (Convento Velho), entre 1539 e 1542, por celas escavadas na rocha em torno de primitiva ermida. Em 1542, e sob o patrocínio de D. João de Lencastre, Duque de Aveiro, iniciou-se a construção de novo convento (Convento Novo), de alvenaria caiada de branco, em perfeita integração paisagística. Constitui um notável exemplo de arquitectura monástica.

Na Pré-Arrábida, mais propriamente na Serra do Louro, na sua vertente norte e nos vales dos Barris e Alcube, de fertilíssimos solos, abordaremos, em perspectiva de longa diacronia, o Castro de Chibanes, sem esquecer a necrópole de hipogeus da Quinta do Anjo, já no sopé do mais setentrional alinhamento da cordilheira, onde foram sepultados os habitantes da primeira fase da ocupação de Chibanes, entre cerca de 2800 e 1800 anos A.C. Durante este período, uma sustentada economia agro-pastoril cerealífera, com recurso ao arado e associada à criação de porco, gado ovino-caprino e bovino, complementada pela caça de veados, coelhos e aves e recollecção de marisco e de frutos silvestres como o medronho, provavelmente para o fabrico de aguardente, criou um padrão de subsistência de largo espectro, resiliente ao longo de um milénio.

Projecto Educativo: Cultura e Biodiversidade da Arrábida

O **Castro de Chibanes** associa às notáveis condições paisagísticas do lugar (controlo visual sobre a área vestibular do Sado e margem sul do Tejo), um património arqueológico ímpar, pois ali foram erguidas três fortificações, sobrepostas, sendo a mais antiga da Idade do Cobre, com cerca de 5000 anos. Abandonado nos inícios da Idade do Bronze, por volta de 1800 a. C., o sítio voltaria a ser edificado e limitado por cerca muralhada guarnecida por torres, na Idade do Ferro, durante o século III antes de Cristo. Chibanes viria a sofrer o impacto da Conquista Romana do Ocidente Ibérico nos séculos II-I antes de Cristo. Datam desta última fase de ocupação uma nova fortificação com torres rectangulares, aquartelamentos, edifícios residenciais, armazéns e outros equipamentos. Além da arquitectura, a cultura material metálica reforça o carácter militar do sítio (punhais, lanças, *pilum*, glandes *plumbeae*).

A descoberta de arquitecturas militares e residenciais de grande espessura temporal tornaram possível a classificação do Castro de Chibanes como *Sítio de Interesse Público*, em 2011 (Figs. 4-5).



Fig. 4- Chibanes-1ª fortificação, com cerca de 4800 anos. Foto de Ana Férias.



Fig. 5.- Chibanes. Vista aérea do fortim romano-republicano.



Projecto Educativo: Cultura e Biodiversidade da Arrábida

Um projecto de Educação Ambiental e Transdisciplinar

Aprender e ensinar de forma lúdica e transdisciplinar (transferência síncrona e integrada de conhecimentos multidisciplinares), convocando o maravilhamento pela Natureza e o amor à Casa-comum dos seres vivos, no respeito pela sua biodiversidade, constituem os princípios orientadores do projecto.

Actualmente, deixaram de fazer sentido muitos dos ensinamentos sobre ecologia ou biogeografia incorporados pelas gerações das décadas de 60-70 do século passado, ainda deslumbradas com os êxitos alcançados pela Revolução Industrial. A imagem do Homem no topo da pirâmide da cadeia trófica, comandando desde a sua *noosfera* todo o planeta e recolhendo despoticamente para si os principais resultados do respectivo balanço energético, não só não faz sentido numa perspectiva de ética ecológica, como contém a semente do colapso da espécie, como, alguns decénios volvidos, começa a ser percebido, particular e disruptivamente, por adolescentes e jovens adultos menos comprometidos com o *statu quo*.

A construção de novas vias de sustentabilidade, quiçá o principal desafio colocado às gerações futuras, pressupõe que a investigação científica seja acompanhada pela disseminação da nova filosofia de solidariedade e alteridade ecológicas.

Bibliografia Sumária

- AAVV. (1996) – No vigésimo aniversário do Parque Natural da Arrábida. *O desafio da Arrábida: 20 anos de histórias do Parque Natural da Arrábida*. Setúbal: PNA.
- Gauthier, M. (2025) - Operationalizing epistemic justice: Participatory 3D Modelling in conservation practice. *Academia Environmental Sciences & Sustainability*. <https://doi.org/10.20935/AcadEnvSci7663>
- Kullberg, J. C.; Terrinha, P.; Pais, J.; Reis, R.P.; Legoinha, P. (2006) – Arrábida e Sintra: dois exemplos de tectónica pós-rifting da Bacia Lusitaniana. In R. Dias, A. Araújo, P. Terrinha & J. C. Kullberg (Eds.), *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*. Univ. Évora, p. 369- 396.
- Quintela, A.C.; Cardoso, J.L.; Mascarenhas, J.M.; Abecasis, M.H. (1996), *Hidráulica monástica medieval e moderna. A Água no Convento da Arrábida*. Lisboa. Fundação Oriente.
- Ribeiro, O. (1986) - *A Arrábida. Esboço geográfico*. Sesimbra, CMS.
- Soares, Joaquina, 2003, *Os Hipogeus da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*, Setúbal, MAEDS.
- Tavares da Silva, C.; Soares, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: SNPRCN.
- Tavares da Silva, C.; Soares, J. (coord.) (2021) - *O Castro de Chibanes na Conquista Romana*. Setúbal, MAEDS.



Arrábida abandonada à sua sorte

Salvador Peres

Não bastavam já as muitas ameaças que impendem sobre a Serra da Arrábida. Muitas delas fruto da ganância de empresários e da miopia das autoridades. A começar pela cimenteira, que se eterniza por lá, parasitando os seus recursos, abrindo medonhas crateras, atirando para o ar que respiramos fumos suspeitos e cinza doentia. Depois, as pedreiras, uma chaga a céu aberto, uma monstruosidade sem freio, cheia de gula, que vai devorando a Serra.

Como já não bastasse tudo isso para nos inquietar, agora, com a “democratização” do uso das motos, que atroam no sossego da Serra ao fim-de-semana, soam todos os alarmes. O que se está a passar com este frenesi motoqueiro raia o absurdo. A estrada de cima da Serra da Arrábida transforma-se, aos Sábados e Domingos, numa pista de alta velocidade.

Estamos a falar da nossa Arrábida. Daquela dádiva extraordinária que a natureza nos legou e que nos torna a todos responsáveis pela sua salvaguarda e preservação, no espírito e no respeito pela sua delicadeza e insuperável beleza e harmonia.

Frei Martinho de Santa Maria igualou-a ao Paraíso; Frei Agostinho da Cruz inspirou-se nela para nos oferecer a sua inigualável obra poética; Sebastião da Gama cobriu-a de poesia e deu-lhe humanidade ao crismá-la de Serra -Mãe. Em 2024, um conjunto alargado de escritores, poetas e fotógrafos contribuiu para a edição de uma obra extraordinária de ode à Serra da Arrábida. O livro “Espiritualidade da Arrábida” é um hino a um lugar único no mundo, que tem vindo, há séculos, a inspirar ascetas e artistas. E doado paz e harmonia ao homem comum, ao caminhante, ao turista da natureza, a todos quanto a visitam, admiram, amam e respeitam.

Vemos com muita apreensão a Arrábida abandonada à sua sorte. O Parque Natural, que foi criado para a defender, prima pela invisibilidade e as autoridades policiais e autárquicas parecem impotentes para travar a selvajaria que se apodera da Serra aos fins-de-semana.

Para quando a tomada de medidas justas e adequadas para defender da agressão a que está sujeito aquele espaço vital de beleza e harmonia?



Casa do Gaiato de Setúbal (1955)

António Chitas

Professor e investigador de temas de história local



Padre Américo (1887-1956)

Palavras prévias

No ano em que se assinalam os 70 anos da fundação da Casa do Gaiato de Setúbal, é de justiça não deixar passar em claro esta data, pois trata-se de uma obra de assistência social marcante para a história da nossa cidade.

Em tempos em que escasseavam respostas sociais para problemas prementes das populações, e em que a miséria grassava, a “Obra da Rua”, criada pelo Padre Américo nos anos 40 do século passado, contribuiu para retirar muitas crianças e jovens das ruas, proporcionando-lhes vidas mais dignas e justas.

1 – Setúbal nos anos 30 a 60 do século XX: caracterização e linhas gerais de evolução

A partir de finais do século XIX, Setúbal será alvo de um surto industrial ligado ao ramo das conservas de peixe, sobretudo da sardinha. Industriais franceses investem somas avultadas na cidade, que parecia reunir todas as condições para o sucesso da indústria conserveira «[...] não só pela abundância de sardinha na costa próxima de Setúbal, mas também pela abundante mão de obra feminina, o que permitia o pagamento de baixos salários». (FARIA: 1981, 46) A proximidade de Lisboa e a facilidade

de comunicações com o interior – mercê, em boa parte, da instalação do caminho de ferro (1861) – foram outros fatores atrativos.

Setúbal irá tornar-se, a breve trecho, o segundo maior centro conserveiro do país: 42 fábricas em 1912, num total nacional de 106. (FARIA: 1981, 46)

O *boom* das fábricas de conserva atingiria, contudo, o seu expoente máximo nos anos 20 do século passado, com cerca de 130 unidades fabris em laboração, e um contingente operário estimado em 10.000 pessoas. Se juntarmos a estas outras indústrias subsidiárias que foram surgindo (litografia, latoaria e caixotaria, por exemplo), bem como o desenvolvimento verificado no setor terciário (comércio e transportes), não será difícil perceber a dimensão da oferta de emprego existente, logo o caráter de atratividade exercido por Setúbal nesta época. (FARIA: 1981, 48 e 86)

Assim, entre 1900 e 1930, a população setubalense passa de cerca de 25.000 habitantes para quase o dobro, fruto do intenso fluxo migratório que se verifica, constituído por pessoas oriundas de várias regiões do país em busca de melhores condições de vida.



Casa do Gaiato de Setúbal (1955)



Casa do Gaiato de Setúbal. Estrada da Casa do Gaiato, Algeruz - Palmela

O *boom* das fábricas de conserva atingiria, contudo, o seu expoente máximo nos anos 20 do século passado, com cerca de 130 unidades fabris em laboração, e um contingente operário estimado em 10.000 pessoas. Se juntarmos a estas outras indústrias subsidiárias que foram surgindo (litografia, latoaria e caixotaria, por exemplo), bem como o desenvolvimento verificado no setor terciário (comércio e transportes), não será difícil perceber a dimensão da oferta de emprego existente, logo o caráter de atratividade exercido por Setúbal nesta época. (FARIA: 1981, 48 e 86)

Assim, entre 1900 e 1930, a população setubalense passa de cerca de 25.000 habitantes para quase o dobro, fruto do intenso fluxo migratório que se verifica, constituído por pessoas oriundas de várias regiões do país em busca de melhores condições de vida.

Todavia, com o advento dos anos 30, «[...] a indústria conserveira mostra os primeiros sinais de cansaço, resultante da hipertrofia que atingira e das excessivas quantidades de peixe capturado que começa, então, a rarear». (FARIA: 1981, 48) Por outro lado, verifica-se uma maior concorrência e competitividade estrangeiras nesta área empresarial, não revelando os industriais portugueses capacidade de inovação e de reconversão do setor. Na sequência desta crise, o número de fábricas reduz-se substancialmente (68 em 1934), lançando para o desemprego um grande número de operários, quer da indústria conserveira, quer das atividades subsidiárias desta.

O caráter monoindustrial de Setúbal fazia as suas primeiras vítimas, situação que se prolongaria até aos anos 60 do século passado, altura em que se entraria num novo ciclo

de crescimento industrial ligado a outros setores de atividade.

A atitude egoísta e malévola dos industriais do setor conserveiro – lóbi dominante nos planos nacional e local durante várias décadas – não permitiu que se instalassem na cidade outras indústrias, com o objetivo de continuarem a dispor de mão de obra barata. (FARIA: 1981, 48)

Em 1948, encontravam-se a laborar apenas cerca de um terço das fábricas (42) que tinham existido em Setúbal nos anos 20 (130).

A inexistência ou a escassez de outros setores que absorvessem a mão de obra excedentária conduziu Setúbal a uma grave crise económica e social, responsável por uma acentuada pauperização das suas gentes.

Assim, nas décadas de 30 a 60 do século XX «[...] prolifera a miséria, os salários descem, a organização das associações de classe é destruída. A mendicância atinge níveis alarmantes. A repressão não para. Não obstante a miséria generalizada, a cidade continuará a receber populações que aqui chegam na esperança de melhores dias». (COSTA: 2017, 22)



Casa do Gaiato de Setúbal (1955)



Lar de Estudo e Trabalho da Casa do Gaiato - Setúbal

Rua do Morgado de Setúbal, n.º 91, Setúbal

Neste contexto, a crise habitacional é uma realidade incontornável: os bairros de lata surgem que nem cogumelos, e nesses espaços insalubres grassam doenças como a tuberculose e a sarna ('pica-pica', como aqui era conhecida), resultantes de uma alimentação deficiente e das fracas condições sanitárias existentes. Pulgas, percevejos, piolhos, ratos e baratas fazem parte do dia a dia de muitos setubalenses, sobretudo daqueles que vivem em condições mais precárias.

Na década de 50, a mortalidade infantil atinge em Setúbal a taxa mais elevada do distrito. O Estado Novo (1933-1974), pressionado a agir, cria programas de habitação social (bairros operários), que, pela sua conceção e escassez de recursos alocados, não resolvem o problema de fundo, não passando na prática de meros paliativos. (COSTA: 2017, 24) Para acorrer a esta situação de indigência, sobretudo infantojuvenil, a Igreja, os poderes locais e a sociedade civil vão-se mobilizar, criando ou socorrendo-se de instituições de caridade já existentes como a Casa de Santana, as Florinhas da Rua, a Liga dos Cancerosos Pobres, o Orfanato Municipal e a Casa do Gaiato, entre outras.

Em suma, Setúbal apresenta nos anos 50 do século XX «[...] números alarmantes de tuberculose, analfabetismo e falta de condições sanitárias [...], sendo [...] a década de todas as derrotas». (COSTA: 2023, 56-57)

2 – A fundação da Casa do Gaiato de Setúbal: uma resposta social num tempo de crise

É neste contexto de grande miséria e sofrimento que se vive em Setúbal que o padre Américo Monteiro de Aguiar,

mais conhecido por Padre Américo, é chamado a intervir.

Com uma intuição e sensibilidade fora do vulgar, e dotado de um grande humanismo social, este sacerdote católico apercebeu-se de que Setúbal, pelas suas características económicas e sociais, era um território de eleição para a 'Obra da Rua' – obra assistencial por ele criada em 1940 para acolher crianças e jovens em situação de risco.

O jornal 'O Gaiato', fundado em 1944, foi uma das formas que o Padre Américo encontrou de angariar fundos para este projeto solidário e de proceder à sua divulgação junto da comunidade.

Ordenado padre em 1929, começa «[...] desde logo a visitar cadeias, hospitais e os tugúrios de famílias marginalizadas, que abundavam em recantos e bairros de lata das nossas principais cidades», considerando que toda a gente deve ter direito a uma vida e habitação dignas. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL: 2006, 1)

A inexistência, à época, de um Estado Social, leva-o, então, a procurar outras soluções e outros protagonistas para a obra que neste campo urgia realizar junto dos mais carenciados. Assim, em 1951, «[...] fundou o 'Património dos Pobres', [programa assistencial na área da habitação], sob o lema 'Cada freguesia cuide dos seus pobres', tendo sido construídas mais de 3.500 moradias em Portugal continental, Madeira e Açores, Angola e Moçambique». (MENDES: 2016, 8)

Segundo o próprio afirmou, «Não tenho autoridade para arrasar tocas, nem posses para construir bairros, mas nem por isso fiquei com as mãos nas algibeiras». (PADRE AMÉRICO: 1946, 36)



Casa do Gaiato de Setúbal (1955)



Lar de Férias da Casa do Gaiato - Setúbal

Rua do Portinho da Arrábida, São Lourenço - Azeitão

Atento às várias situações de injustiça e de miséria humana – e já no final da sua vida (1954) –, anunciou a criação do ‘Calvário’, obra assistencial concebida para dar resposta a deficientes profundos e a doentes incuráveis, sem família ou que tinham sido abandonados, um fardo social que, em tempos de crise, alguns queriam alijar.

Controlado e vigiado pela polícia política (P.I.D.E.) pelas suas ideias desassombradas sobre a situação miserável em que vivia grande parte da classe trabalhadora – embora benquisto por algumas figuras relevantes do Estado Novo como o engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943), ministro das Obras Públicas e Comunicações de Oliveira Salazar, que nutria por ele uma grande admiração –, o Padre Américo foi responsável – como se pode concluir na sequência do atrás exposto – por uma obra beneficente multifacetada, que chegaria até aos nossos dias.

Algumas afirmações suas, como as que se seguem – proferidas e publicadas em pleno Estado Novo –, causavam natural inquietação e desconforto à ordem social vigente: «A inquietação dos afortunados do mundo, não deve ser tanto no acumular como no distribuir. Quem foi que disse aos homens que as riquezas do mundo são monopólio ou privilégio?! O Mestre não ensina assim». (PADRE AMÉRICO: 1946, 56) E acrescentava: «Como podes tu adormecer teus filhos à noite, em boa paz de consciência, tendo notícia de que dezenas de crianças semelhantes às tuas dormem sobre papéis da rua, apanhados por eles mesmos nas montureiras?!» (PADRE ELIAS: 1958, 80)

Palavras sábias e corajosas de um homem com uma postura interventiva, que se autodefinia como um ‘revolucionário pacífico’.

Em Setúbal, nos anos de 1950, este clérigo encontraria as condições propícias para a realização da sua vocação de trabalhador social, sobretudo junto das crianças e jovens abandonados pelas famílias e entregues à sua sorte nas ruas da cidade: «A rua é o campo social, onde mais eficazmente se pode trabalhar; ali, passam todas as modalidades da miséria e da perversão das almas». (PADRE AMÉRICO: 1946, 57)

Assim, no dia 1 de julho de 1955, animado de verdadeiro espírito cristão e de vontade de servir, inaugurou a Casa do Gaiato de Setúbal, situada próxima de Algeruz (Palmela), nas «[...] ex-instalações do Comando da Polícia de Setúbal, a oito quilómetros da cidade, para fazer delas uma obra para Rapazes». (LOPES-CARDOSO: 2007, 207)

Segundo a descrição feita pelo próprio Padre Américo, este espaço era constituído por um «[...] edifício [...] de grandes linhas e boas divisões», vários hectares de terreno para cultivo, «um bocadinho de mata e todos os anexos que dizem respeito e são precisos a uma Obra da natureza da nossa».

Os ‘rapazes’ que constituíram o núcleo inicial eram provenientes do Lar de Alcácer do Sal (‘rapazes’ resineiros) e de outras Casas do Gaiato, já conhecedores da Obra, que seriam, no dizer do Padre Américo, «as chocas dos que vão aparecendo». O objetivo definido pelo fundador era «chegar ao fim do ano com uma população de quarenta deles». (PADRE AMÉRICO: 1983, 193-194)



Casa do Gaiato de Setúbal (1955)

As condições do local escolhido iam ao encontro das suas conceções pedagógicas e educativas:

«Os filhos de ninguém contraem graves doenças nas ruas, que só se curam com a distância delas. [...] Eles vêm de um meio onde os valores andam invertidos. A rua, principalmente nas grandes cidades, por ser escola prática de vícios, imprime-lhes no espírito o natural desprezo pela virtude. Os bons, para eles, são os maus. Se há um perverso, é o melhor de todos.

[...] Temos de ter à nossa disposição os grandes e poderosos auxiliares do nosso sistema de educar esta classe de gente: o campo, as aves, as flores, – uma quinta». (PADRE AMÉRICO: 1946, 79)

A situação vivida na cidade do Sado era calamitosa. O Padre Adriano – que assina um texto no jornal ‘O Gaiato’, publicado na sua edição de 2 de julho de 1955 – enuncia de forma muito concisa e objetiva as razões que levaram à fundação da Casa de Setúbal:

«Se esta nova fundação denota a força expansiva da Obra, não menos denuncia um mal latente na combalida sociedade hodierna: a miséria. Quem dera que não fossem precisas mais casas deste género!

[...] Com as estatísticas na mão, verificámos onde estava a raiz do mal: confrangedora escassez de habitação, permanentemente incerteza de trabalho, elevada densidade de população. Famílias há cuja capitação não vai além de oito tostões por dia!

Não era preciso mais nada; mas outros números surgem como fatal consequência: percentagem inexcedível de tuberculosos, vadiagem e mendicidade humilhantes, crescente grau de criminalidade, sobretudo no capítulo do estupro. Das cifras de gabinete, descemos ao campo de batalha que são os bairros de pau e lata. Nada de novo: os mesmos farapos, a mesma cara de fome, a mesma falta de educação e higiene.

Estava mais que justificada a nossa presença. Deus o quer, mãos à obra!» (PADRE ADRIANO: 1955, 1-2)

Foram várias as entidades, quer eclesásticas quer civis, que envidaram esforços para que este equipamento assistencial se estabelecesse em Setúbal. Desde logo, o Arcebispo de Évora, D. Manuel Santos; o Governo Civil; a Câmara Municipal; a Polícia de Segurança Pública – cujo Comandante era responsável pelo Albergue Distrital da Mendicidade – e ... o próprio poder central. (PADRE AMÉRICO: 1983, 194)

Ao longo dos anos, a missão da Casa do Gaiato de Setúbal tem consistido no acolhimento e educação de crianças e

jovens sem lar ou provenientes de meios familiares disfuncionais, concebendo um projeto de vida específico para cada um deles e dotando-os das ferramentas e competências necessárias para a sua posterior integração na sociedade.

Ao longo dos anos, a missão da Casa do Gaiato de Setúbal tem consistido no acolhimento e educação de crianças e jovens sem lar ou provenientes de meios familiares disfuncionais, concebendo um projeto de vida específico para cada um deles e dotando-os das ferramentas e competências necessárias para a sua posterior integração na sociedade.

Os princípios pedagógicos por que se regem as Casas do Gaiato – e que são a sua imagem de marca nesta área social – são sete: regime de autogoverno, liberdade e espontaneidade, responsabilidade, virtudes humanas, vida familiar, ligação à natureza, formação religiosa.

Segundo as palavras do próprio Padre Américo, o seu objetivo era «[...] dar à Casa do Gaiato a feição de casa deles, para eles, governada por eles. É uma conceção de assistência inteiramente nova e altamente revolucionária, que foge à rotineira clássica dos agentes de vigilância, nas congéneres obras sociais. O miúdo assim à vontade, no seu grande elemento, mostra-se e revela-se tal qual é. Não queremos diminuir a sua personalidade, mas sim valorizar». (PADRE AMÉRICO: 1946, 53)





Casa do Gaiato de Setúbal (1955)

Em suma, casas de família e não asilos – que o Pai Américo abominava, chamando ‘emparedados’ às crianças e jovens que viviam nesses espaços tradicionais de acolhimento – é assim que são concebidas as casas da ‘Obra da Rua’.

A Casa do Gaiato de Setúbal – à semelhança das outras Casas, que se encontram espalhadas pelo país e estrangeiro – goza do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolvendo a sua atividade sem financiamento estatal. Funciona, no dia a dia, com o apoio de uma rede de amigos e colaboradores, recebendo donativos de pessoas individuais e de várias instituições.

Para além da Casa do Gaiato, a ‘Obra da Rua’ em Setúbal conta também com outras duas valências, que a complementam e enriquecem: um ‘Lar do Gaiato’ (rua Camilo Castelo Branco, 22 A), e um ‘Lar de Férias’, situado no Portinho da Arrábida.

O primeiro responsável pela Casa do Gaiato de Setúbal foi o padre José Flausino, logo seguido, em 1957, pelo padre Acílio Fernandes, seu diretor durante mais de sessenta anos. Pela direção desta Casa passariam também os padres Júlio Pereira e Fernando Fontoura, seu atual diretor.

Ao longo da sua história, que já conta mais de oito décadas, as Casas do Gaiato, de acordo com as palavras do seu fundador, são «[...] a Obra que menos custa ao tesouro da Nação. Obra de onde têm saído os rapazes mais afoitos. E, finalmente, aquela que o povo mais ama». (PADRE AMÉRICO: 1983, 194).



Padre Américo (1887-1956), um “revolucionário pacífico”, como o próprio se definia - fotografia retirada do sítio <https://www.obradarua.pt/o-gaiato-digital-1938>





Casa do Gaiato de Setúbal (1955)

Bibliografia

- **ADRIANO**, Padre (1955), “Aqui, Lisboa!”, in *O Gaiato*, ano: XII (296), 2 de julho, Paço de Sousa - Penafiel, Tipografia da Casa do Gaiato – Paço de Sousa, p. 1. em linha [consult. 05.03.2025].
Disponível na Internet: <file:///C:/Users/Home/Desktop/Casa%20do%20Gaiato%20de%20Set%C3%BAbal/Casa%20do%20Gaiato%20de%20Set%C3%BAbal%20-%20O%20Gaiato,%202%20de%20julho%20de%201955.pdf>
- **AMÉRICO**, Padre (1946), *Obra da Rua – De como eu Amparo o Ardina*, Porto, Oficinas Gráficas da Casa Nun’Álvares
- **AMÉRICO**, Padre (1983), *Obra da Rua*, 3.ª ed. atualizada, Paço de Sousa, Editorial da Casa do Gaiato
- **CARLOS**, Padre (1991), “Correspondência dos Leitores”, in *O Gaiato*, ano: XLVII (1224), 9 de fevereiro, Paço de Sousa - Penafiel, Escolas Gráficas da Casa do Gaiato, p. 1 e 3. em linha [consult. 05.03.2025].
Disponível na Internet: <file:///C:/Users/Home/Desktop/Casa%20do%20Gaiato%20de%20Set%C3%BAbal/Casa%20do%20Gaiato%20de%20Set%C3%BAbal.pdf>
- **CONFERÊNCIA EPISCOPAL** (2006), “No cinquentenário da morte do Padre Américo”. em linha [consult. 01.03.2025].
Disponível na Internet: [http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/no-cinquentenario-da-morte-do-padre-americo/](http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/no-cinquentenario-da-morte-do-padre-americ/)
- **COSTA**, Albérico Afonso (2017), *Setúbal, Cidade Vermelha (1974-1975)*, Setúbal, Estuário / Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação
- **COSTA**, Albérico Afonso (2023), *Setúbal sob o Estado Novo – A Resistência a Salazar e a Caetano – 1950-1974*, vol. II, Setúbal, Estuário / Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação
- **ELIAS**, Padre (1958), *O Pai Américo era assim*, Coimbra, Oficinas Gráficas de Coimbra
- **FARIA**, Carlos Vieira de (1981), *Novo Fenómeno Urbano – Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Editora Assírio e Alvim
- **LOPES-CARDOSO**, Maria Manuela (2007), *Américo Monteiro de Aguiar – Dimensões Antropológicas, Axiológicas e Proféticas de um Projeto Pedagógico*, Lisboa, Chaves Ferreira – Publicações, S.A.
- **MENDES**, Padre Manuel (2016), “Súmula biográfica do Padre Américo”. em linha [consult. 01.03.2025].
Disponível na Internet: [https://www.obradarua.pt/sumula-biografica-pai-americo/](https://www.obradarua.pt/sumula-biografica-pai-americ/)

(Este texto é uma versão alargada da entrada ‘Casa do Gaiato de Setúbal (1955)’, que será oportunamente publicada no “Dicionário de Setúbal”, coordenado pelo Professor Dr. Albérico Afonso Costa.)





Casa da História de Setúbal

– Abordagem a uma ideia –

Helena de Sousa Freitas

*“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos,
mas um passarinho contou-me que somos feitos de histórias.”*



Setúbal - postal com vista panorâmica - 1904 - BN

As histórias que partilhamos definem a nossa cultura e a nossa memória colectiva, influenciando quem somos como indivíduos e como sociedade. Da tradição oral ao registo escrito, as histórias que nos contam e as que contamos, bem como o contexto e os moldes dessa partilha, marcam-nos vivamente, não só na construção da personalidade como – sabe-se hoje – a nível da própria biologia.

Tão indissociável se apresenta o laço entre histórias e memória que é comum vê-las andar de mão dada e encarmos como natural o par que formam. Considerando isto, e não obstante as infra-estruturas ou equipamentos de que Setúbal já dispõe, agregados e dinamizados sob esse amplo chapéu que é a cultura, afigura-se-me útil lançar a semente para a criação de um novo espaço.

Antes de desenvolver a ideia, justifica-se que dê nota da sua génese, o que me leva em recuo a Janeiro de 2024, quando o jornalista Florindo Cardoso, no âmbito da mostra fotográfica de frases e murais políticos “Paredes Limpas, Povo Mudo”, de que eu fora curadora na Casa da Cultura no Dezembro anterior, se propôs entrevistar-me para o quinzenário que dirige, o “Setúbal Mais”.

A fechar a entrevista, orientada em torno do projecto “Histórias que as Paredes Contam”, em que aquela exposição se inseria, a par de um ciclo de palestras e da execução de novos murais, coloca-me o Florindo a seguinte questão:

“Defende a criação de um espaço em Setúbal para receber as fotos dos murais pintados na cidade?”

Confesso que nunca tal ideia me ocorrera, mas logo ali a declarei excelente, na medida em que, e cito-me, “um espaço dessa natureza daria forma à ambição maior do projecto: devolver à cidade um passado que lhe pertence”.

O rastilho fora, pois, aceso. E, no meu espírito, originou um fogo de pequenas proporções mas inextinguível. Sobretudo porque alimentado por uma pergunta que amiúde me colocou: o que andarão os meus conterrâneos a fazer sobre esta terra que nos serviu de berço, nos adoptou ou adoptámos?

Sim, porque sei de quem a fotografe, de quem nela filme, de quem proceda a levantamentos de vária ordem... Mas são esforços e frutos que se encontram dispersos, e ficamos informados de quem se entrega ao quê por mero acaso: ou porque cruzamos directamente os nossos passos com os da pessoa ou porque alguém nos diz ter conhecimento de que outrem anda dedicado a determinado labor.



Casa da História de Setúbal

– Abordagem a uma ideia –

Foi pela primeira via que soube de um engenheiro agrónomo que emprega parte das horas vagas a compilar informações sobre as árvores da cidade; e foi pela segunda que cheguei a um ex-sindicalista detentor de um banco de fotografias do que foi inscrito nas paredes locais ao longo de décadas.

No meu doutoramento, estudei a expressão mural nas paredes de Setúbal entre 1974 e 2014, mas descobri este fotógrafo amador na fase conclusiva do trabalho, quando a busca por imagens que complementassem a recolha fotográfica de autoria própria há muito ficara para trás. Ponderei, então, no quão difícil me fora encontrar registos do período em que, por ainda não ser nascida, ser criança ou não estar desperta para a relevância do tema, não procederia àquele levantamento: a quantas portas infrutiferamente batera, em quantos espaços consumira dias inteiros de pesquisa para sair de mãos vazias; fora as publicações que varrera com um olhar já desanimado. O que não teria eu dado para aceder àquele arquivo. E a outros eventualmente existentes, mas de mim igualmente desconhecidos.

Aliás, do mesmo mal – uma visibilidade quase inexistente – padecem as larguíssimas dezenas de fotografias de pichagens e murais que captei ao longo das últimas três décadas. Não vivem elas confinadas à minha companhia e à minha casa, quando podiam estar, em permanência, disponíveis para os habitantes e visitantes da cidade? Era para esta realidade que a pergunta da entrevista alertava.

Posto à vista pela mostra fotográfica na Casa da Cultura, aquele punhado de imagens acabou pondo à vista uma lacuna, mas dos outros exemplos aqui avançados se extrai que são múltiplos os trabalhos com enfoque na cidade a que os seus habitantes e visitantes não têm fácil acesso. A ausência é, na verdade, extensível a áreas diversas e a obras outras, caso das assinadas por estudantes de distintos níveis e modelos de ensino e aprendizagem, do secundário à universidade sénior.

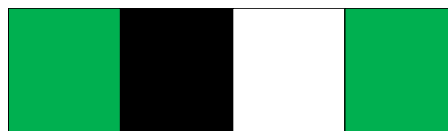
Em síntese, o conteúdo daquela exposição representou, involuntária e simbolicamente, o oitavo à superfície desse icebergue que é o muito trabalho sobre Setúbal ainda por desocultar.

Como atrair, então, os autores para a partilha do trabalho

investigativo e/ou artístico por si desenvolvido, mesmo que inconcluso, de modo a que este não termine os seus dias encerrado numa gaveta ou dispositivo digital, assim afastado do seu potencial público? E onde reunir o que anda, avulsamente, nas mãos de particulares e instituições, para que se divulgue num único espaço e de forma consistente e constante, a obra já nascida sobre Setúbal, parte da qual, porque circunscrita a estabelecimentos de ensino, é quase exclusivamente do conhecimento de alunos e professores?

Começando pela segunda pergunta, avanço a sugestão da criação de um espaço físico – a Casa da História de Setúbal –, que funcionaria como local de acolhimento e mostra da obra já construída, cabendo-lhe também receber e disponibilizar informação relativa aos trabalhos em curso, para isso contando com a participação, que classifico de fundamental, de quantos estivessem a realizá-los.

Criada a estrutura, acredito, e com isto respondo à primeira pergunta, que não seria difícil fazer com que para ela contribuíssem os autores de trabalhos finalizados ou em progresso, que assim ajudariam a tornar o espaço num pólo de divulgação dos mesmos junto de estudantes, investigadores, artistas ou turistas interessados em obter informação sobre um determinado aspecto de Setúbal, simultânea e automaticamente apurando o seu estatuto: já analisado, em estudo ou por abordar.





Casa da História de Setúbal

– Abordagem a uma ideia –

Do ponto de vista do utilizador, e note-se que um contribuidor pode também assumir este papel, quem ali se dirigisse podia ser encaminhado para materiais disponibilizados pela própria estrutura ou por outras, como uma biblioteca, um espaço museológico ou uma associação. Ou posto em contacto com pessoas específicas, assim se facilitando encontros e propiciando sinergias, nomeadamente (e nada negligenciável em áreas como as que estão em causa) entre criadores e financiadores, entre quem queira um dado produto e quem, face a um eventual vazio, esteja na disposição de o conceber.

Em termos de acções próprias, a estrutura podia, em prol da preservação da memória local, lançar uma campanha para colectar testemunhos orais, a registar em vídeo e a verter posteriormente para texto, de forma a combater ou mitigar a perda do património imaterial a que se assiste com a inevitável partida dos mais velhos. Iniciativas como as bibliotecas humanas, em que uma pessoa, em lugar de requisitar um livro, desafia outra para lhe relatar a sua história de vida, constituem um comprovado exemplo de sucesso em matéria de partilha intergeracional e manutenção desse recurso.

Podendo ter um formato de gestão pública, privada ou público-privada, e tornando os trabalhos acessíveis ao colectivo em moldes a definir entre os autores e quem se responsabilizasse pelo projecto, a Casa da História de Setúbal seria, pois, um espaço de agregação e confluência, pensado para ampliar o domínio da história do território e a sua valorização nas mais variadas vertentes, da artística à desportiva, da urbanística à ecológica, da religiosa à sindical, tanto dentro como fora de portas.

Do que acima fui escrevendo se deduz que muito haveria a fazer se a ideia ganhasse asas. Creio no seu potencial, por isso a trago à vossa presença e consideração, ciente de que a sua estruturação sairia a ganhar com contributos construtivos e sólidas sugestões de aprimoramento.

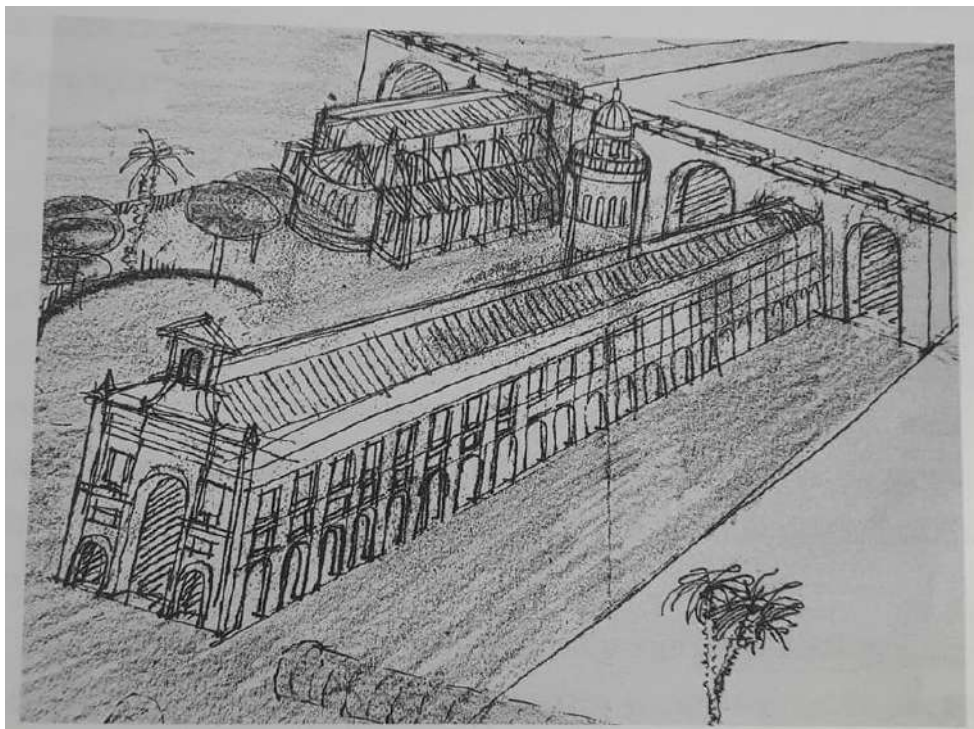
Para tanto, aqui fica o convite!





Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre

António Mateus Vilhena



Almeirim - Paço Real - reconstrução por Elias Cachado Rodriguez (fonte wikipedia)

Num texto publicado no número 25 da *Revista LASA* (Suplemento, Primavera.2025), elegemos, a par de outros objectivos, o de recordar, tanto quanto possível de forma organizada e clara, o papel decisivo que D. João de Lencastre, filho do Mestre D. Jorge e neto de D. João II, desempenhou quer na chegada de Frei Martinho de Santa Maria à Serra da Arrábida, em 1539, quer na fixação dos Franciscanos nesse lugar, que era pertença sua.

Como se sabe, foi em torno da singular figura daquele frade que progressivamente se formou, cimentou e estabeleceu, no solitário e mágico local, uma pequena comunidade de cinco frades franciscanos, à qual Frei João Calvo, Ministro Geral da Ordem, concedeu, em 1542, o estatuto de Custódia de Santa Maria da Arrábida, dotando-a de um importante conjunto de instrumentos jurídicos e de prerrogativas, cuja enumeração, nesta sede, não se justifica.

Ao traçarmos, no referido texto, ainda que de forma muito sucinta, um esboço biográfico do marquês de Torres Novas e duque de Aveiro, não pudemos deixar de assina-

lar que, em consequência de relações tensas com o rei D. João III, que fora seu amigo desde os doze anos até à morte de D. Manuel (1521), teve aquela tão importante personalidade de percorrer um longo e fragoso caminho que lhe permitisse contrair matrimónio, condição *sine qua non* para assegurar descendência legítima, tanto mais que era o primogénito de uma das linhagens mais prestigiadas, poderosas e abastadas do reino.

Perante o não reconhecimento, na juventude (1522), de um alegado casamento a furto, com D. Guiomar Coutinho, filha de D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e de Loulé, e o impedimento, anos mais tarde (1539), de desposar uma meia-irmã de D. Teodósio, duque de Bragança, D. João de Lencastre pensou em renunciar à possibilidade de um futuro enlace conjugal, como confessou em importante carta endereçada à rainha D. Catarina, viúva d'O Piedoso, quando esta exercia as funções de regente na menoridade de D. Sebastião.



Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre

No entanto, com a paulatina reinserção, por volta de 1535, do duque de Aveiro na vida da corte, graças ao desvanecer dos antigos atritos, decidiu o monarca que ele se casaria com D. Juliana de Meneses, também conhecida por D. Juliana de Lara, filha de D. Pedro de Meneses, 3.º Marquês de Vila Real e 2.º Conde de Alcoutim, apologista e cultor exemplar dos valores do Humanismo.

São estas as palavras (1) que, recordando o seu matrimónio, o marquês de Torres Novas dirigiu à regente: «e acabando [eu] aqui, nesta cidade [Évora], de convalescer desta doença, me mandou Sua Alteza chamar de Santarém (2) e me mostrou tanto gosto e vontade para que casasse com minha mulher, que o fiz, estando já fora de casar, assim como o Sua Alteza quis, e me mandou, sem lhe dar nisso os pesadumes (pesares) e importunações que soem (costumam) dar os que Sua Alteza manda casar, mas fi-lo como o ele quis; recebi muitas mercês nisso de Sua Alteza, e muito grandes, ainda que não fossem de dinheiros nem rendas, mas por mor (maior) que todas tenho querer Sua Alteza que casasse com minha mulher e tivesse filhos que herdassem o que me ficasse de meu pai e fazer-me mercê e honra para eles» (3).

Resulta inquestionável que ao duque de Aveiro – a quem não fora permitido casar-se com nenhuma das duas mulheres que pretendia para esposa – deliberou Sua Alteza impor como consorte D. Juliana de Meneses. Tal deliberação foi-lhe comunicada no início do ano de 1547 (4), e em Almeirim, onde nessa circunstância estanciava a corte, praticaram-se, em menos de dois meses, todos os actos legais exigidos por esta união conjugal, inesperada para D. João de Lencastre: pouco tempo após a decisão régia, «na presença d’El-Rei se fez o ajuste do dote e arras (penhores) e mais cousas que de uma e de outra parte eram convenientes» (5); ali se passou o devido alvará, assinado por D. João III, em 29 de Janeiro, e se assinou, no dia 1 de Fevereiro, o respectivo «tratado» (actualmente chamar-lhe-íamos, porventura, contrato), tendo as bodas sido celebradas – a darmos crédito às palavras de D. António Caetano de Sousa (6) – a 22 do mesmo mês.

Segundo este historiador, «foi grande a pompa e maior (*sic*) as demonstrações da estimação d’El-Rei, que com públicas honras fez mais luzido o acto» (7).

Efectivamente, numa carta datada de 5 de Fevereiro de 1547, que endereçou ao Cabido da Sé de Lisboa, da qual

era cônego, Brás Luís da Mota, na qualidade privilegiada de «testemunha de vista» (8), relatou «pelo miúdo» (9) a sumptuosidade dos acontecimentos mais salientes relacionados com as bodas dos dois ilustres aristocratas.

Ao descrever, com algum visualismo e pitoresco de linguagem, o terreiro do paço real de Almeirim, tal como se lhe deparou na tarde de 2 de Fevereiro, o cônego conferiu destaque à aglomeração, naquele espaço, de muita gente que era oriunda quer da corte quer de Santarém e dos campos vizinhos, uma multidão unida na curiosidade e na ânsia de ali observar em pormenor a chegada do magnífico cortejo que acompanhava D. João de Lencastre, saído das «pousadas do arcebispo do Funchal» (10), e no qual se incluía o cardeal D. Henrique e o infante D. Luís, assim como algumas das mais gradas figuras da nobreza e do clero nacionais.



Arrábida - Convento Novo

Chegado o filho do Senhor D. Jorge ao mencionado terreiro, o rei D. João III foi ao encontro dele, concedeu-lhe o seu lado esquerdo, e foram ambos, a sós, conversando descontraidamente, montados nos seus cavalos.

Em consequência do denso ajuntamento de curiosos na proximidade das escadas, revelou-se difícil o acesso da comitiva à residência régia, mais precisamente à sala, para onde logo se dirigiu igualmente, vinda de outra área interior do palácio, D. Juliana de Meneses, na companhia da soberana e das suas damas. Realizou-se ali um pomposo serão, que se prolongaria até às nove horas da noite e cuja dança de entrada contou, como primeiros intervenientes, segundo as normas do protocolo, com dois pares: El-Rei e a rainha e, após eles, o infante D. Luís e a sua irmã infanta D. Maria.



Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre



Arrábida - Convento Novo

No dia seguinte, 3 de Fevereiro, depois de, às oito horas da manhã, o monarca ter ordenado que todos os participantes no matrimónio se preparassem para a missa, «vestiu-se o arcebispo do Funchal para a dizer em pontifical» (11) e formou-se até à igreja do paço uma procissão em que «trazia El-Rei o duque de Aveiro a par de si, e a rainha, D. Juliana da outra banda» (12), caminhando os noivos entre os soberanos.

Cumprido o minucioso e demorado ritual religioso do matrimónio (13), marcado por algumas diferenças relativamente ao do nosso tempo, e dada, pelo celebrante máximo do ofício religioso, a bênção final a todos os circunstantes, voltaram estes ao salão, que o monarca, na companhia do infante D. Luís, deixou em seguida, para ambos almoçarem (jantarem, dizia-se então) com o recém-desposado; também a rainha saiu da mesma divisão do palácio para ir, tomar, com a nova esposa, a refeição do meio-dia.

Já revigorados todos os convivas, voltou a haver dança, desta feita até às quatro da tarde, hora a que o soberano, levando consigo os infantes, toda a corte e os cônjuges, se dirigiu a casa de D. Nuno Álvares, tio de D. Juliana, «onde a deixou ao esposo» (14).

Como se verifica, o cônego da Sé de Lisboa, testemunha presencial e interveniente na cerimónia do matrimónio, embora situe o faustoso acontecimento no mês de Fevereiro de 1547, aponta como data da ocorrência o dia 3, antecipando, assim, o evento em 19 dias, relativamente à localização temporal indicada por D. António Caetano de

Sousa.

Ora, ao estabelecermos um paralelo entre determinado excerto de Frei António da Piedade e a narrativa do cônego quinhentista, damo-nos conta de que, no seu *Espelho de Penitentes e Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, aquele faz retroceder em oito anos o casamento do marquês de Torres Novas com D. Juliana de Lara, pois, detendo-se na chegada de Frei Martinho de Santa Maria e de Frei Martinho Navarro a Azeitão, antes da subida à Arrábida, em Setembro de 1539, afirma, entre outras fantasias, fruto da sua fértil imaginação, que a duquesa os aguardava, com «insaciável desejo» (15) de os conhecer, sobretudo ao primeiro.

É nos seguintes termos (16), a que não é alheio algum hiperbólico entusiasmo, que se exprime o cronista:

«Teve [o duque] aviso por um criado em como o servo de Deus com seu companheiro eram chegados a Água (*sic*) de Moura, e não sofrendo (suportando) a sua ansiosa esperança mais dilações, o foi buscar ao caminho, e, em se avistando, foi em seus corações tão recíproca a alegria como era igual a afeição. Caminharam para o palácio de Azeitão, onde os esperava o insaciável desejo da duquesa Dona Juliana de Meneses, para, com a presença e santa conversação do venerável Fr. Martinho, justificar o conceito que formara, ouvindo as singulares notícias que de sua virtude lhe dera o duque, como também para lhe comunicar algumas cousas mais particulares da sua consciência. Soube que eram chegados a palácio (tinham chegado ao palácio) os novos hóspedes e os recebeu com tal alvoroço, qual se não presumia do respeito que sempre afectava; mas, como a ocasião lhe pedia declarar-se afável, é sem dúvida [que] havia de cortar pelas isenções de respectiva (havia de optar por um comportamento que espelhasse essa afabilidade). Tomou-lhes a bênção de joelhos, e à sua imitação o fizeram todos os criados, que o exemplo dos grandes é a melhor lição para os pequenos. Com tão especial reverência tratou ao Padre Fr. Martinho como quem nele venerava um verdadeiro transunto (cópia) do Seráfico Patriarca» (17).



Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre

Baseando-se numa premissa aparentemente sólida (mas, de facto, errónea e enganadora), isto é, na assunção de que, em Setembro de 1539, o duque de Aveiro se achava casado com D. Juliana de Meneses –, o que, como se viu, só aconteceria oito anos mais tarde –, Frei Piedade, em obediência à sua compreensível visão apologética, desenha da fidalga um retrato de anfitriã modelarmente hospitaleira e devota, no qual sobressaem os seguintes traços:

1- a plena adesão ao encarecimento que o duque seu esposo fazia de Frei Martinho como homem de grande virtude e que contribuíra para que ela tivesse construído do religioso uma «venerável» imagem;

2 - a natural e acrisolada vontade de, tendo o privilégio de vir a conversar com o novo hóspede, poder não apenas confirmar o alto «conceito que formara» dele, mas também falar-lhe recatadamente do seu mundo interior (como se estivesse no confessionário);

3 - o «alvorço» e a afabilidade que revelou ao receber os dois frades, atitudes nada condizentes com o seu agir habitual, marcado pelo tom cerimonioso, mas justificáveis tendo em conta o carácter excepcional da situação;

4 - a devida e expectável manifestação de profunda reverência por ambos os religiosos recém-chegados, de que deu mostras, simbolizada no acto de se ajoelhar perante eles, para ser contemplada com a respectiva bênção, um

gesto de grande significado que todos os criados de sua casa imitaram;

5 - a «especial» veneração que demonstrou a Frei Martinho, como se ele fosse «um verdadeiro transunto do Seráfico Patriarca», ou seja, uma cópia perfeita e, por isso, modelar de S. Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Frades Menores.

É tanto mais desbordante e surpreendente a fantasia de Frei Piedade quanto não se limita a antecipar o casamento do duque de Aveiro na narrativa que constrói, mas ousa colocar na pena do próprio filho de D. Jorge afirmações em que fala da esposa, D. Juliana de Meneses. E isso verifica-se precisamente na missiva remetida a Frei Martinho de Santa Maria datada de 13 de Maio de 1539, quatro meses antes da chegada do franciscano espanhol a Azeitão.

Eis o que se lê nessa carta de D. João de Lencastre transcrita (ou, antes, reescrita), com notável criatividade, pelo cronista: «Espero pague Vossa Paternidade este meu cuidado, com não dilatar muito tempo a sua vinda a esta casa, onde a olhos longos o ficamos esperando todos com grande alvorço, e com particularidade a duquesa, que se recomenda muito na bênção de Vossa Paternidade, para lhe fazer grandes serviços» (18).



Almeirim - Paço Real - painel azulejar S. Vicente de Fora (fonte wikipedia)



Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre

Aqui chegados, perguntarão os leitores: por que motivo(s) arquitectou Frei António da Piedade uma versão tão distorcida dos factos, sendo certo que, embora os relatasse a mais de um século de distância, podia consultar os documentos a eles relativos, existentes na Casa de Aveiro? Terá cedido à negligência ou sido vítima de ignorância?

Não nos inclinamos para nenhuma das duas hipóteses. Estamos em crer que, à luz do que era a realidade da aristocracia quinhentista, o facto de o titular de uma das casas portuguesas mais relevantes da época, a de Aveiro, não ter ainda assegurado uma união conjugal e/ou descendência directa constituiria uma espécie de tela inacabada, uma imagem com o seu quê de imperfeito, da qual decorreria algum deslustre para quem, mais do que qualquer outro membro da família, tinha o dever e a obrigação de dar continuidade à sua linhagem. Havia, pois, que aperfei-

çoar essa tela.

Além disso, o cronista da Arrábida, fino conhecedor da psicologia humana e propenso — cremos — a construir episódios impregnados de imaginação, estava bem ciente de que a introdução de um elemento feminino — demais, uma dama de exemplar devoção, proveniente da mais alta nobreza —, num universo quase exclusivamente masculino, se tornaria um não despiendo catalisador da narrativa (neste caso, a recepção aos dois frades) e, por conseguinte, um polarizador eficiente da atenção dos leitores, a quem agradariam, sem dúvida, as afinidades e o culto do diálogo no seio de um casal harmonioso, profundamente crente na palavra de Deus e inclinado a ajudar sempre aqueles que davam a conhecê-la pela oração, a doutrinação e o exemplo de vida.



Efabulações de Frei António da Piedade sobre o Casamento de D. João de Lencastre

Notas:

- (1) De modo a facilitar a compreensão do leitor, algumas delas estão transpostas, entre parênteses curvos, para o português actual.
- (2) Ao referir Santarém, o marquês de Torres Novas pensava mais na região do que na vila propriamente dita, pois a corte encontrava-se então no paço real de Almeirim.
- (3) “Carta do duque de Aveiro à rainha D. Catarina”, In D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1742, p. 42. (Na transcrição desta e de outras fontes, a grafia foi por nós actualizada segundo os critérios seguidos anteriormente à vigência do actual acordo ortográfico).
- (4) À mentalidade hodierna surge quase como incompreensível que possa realizar-se um casamento sem que sejam os noivos a decidi-lo, mas outrora, durante a monarquia, qualquer enlace conjugal no seio da nobreza dependia do critério e da vontade dos reis, e quem manifestasse, ou até esboçasse, qualquer discordância das suas resoluções corria sérios riscos de sofrer severa punição. Como se sabe, a célebre infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, chegou a ser, depois das rainhas, a mulher mais abastada da Europa do seu tempo, tornando-se, por isso, alvo matrimonial de eminentes príncipes. Quando D. João III tentou persuadi-la a casar-se com o tio D. Fernando, arquiduque de Áustria, rei dos Romanos e mais tarde Sacro Imperador Romano, ela, alegando desejar permanecer casta e entregar-se a Deus, teve a coragem de responder ao irmão «Que nem com o Monarca que o fosse de todo o Mundo» (D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1737, p. 476).
- (5) D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Livro XI, capítulo I, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1745, p. 51.
- (6) Vide *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Livro XI, capítulo I, ed. cit., p. 52.
- (7) Idem, *ibidem*, p. 52.
- (8) In D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1742, p. 64.
- (9) Idem, *ibidem*, p. 64.
- (10) Idem, *ibidem*, p. 64.
- (11) Idem, *ibidem*, p. 65.
- (12) Idem, *ibidem*, p. 65.
- (13) A sua descrição afigura-se-nos, neste momento, injustificada e fastidiosa.
- (14) Idem, *ibidem*, p. 67.
- (15) Esta expressão exemplifica bem que a linguagem da fé/mística e a do erotismo coincidem frequentemente, sendo os contextos que elucidam os leitores acerca do seu verdadeiro significado.
- (16) Com a finalidade de tornar mais fácil a compreensão do excerto, algumas palavras e expressões foram transpostas, entre parênteses curvos, para o português actual.
- (17) Frei António da Piedade, *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da Regular e Mais Estreita Observancia do Serafico Patriarcha S. Francisco no Instituto Capucho*, tomo I, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1728, p. 34-35.
- (18) Idem, *ibidem*, p. 34. O itálico é nosso.



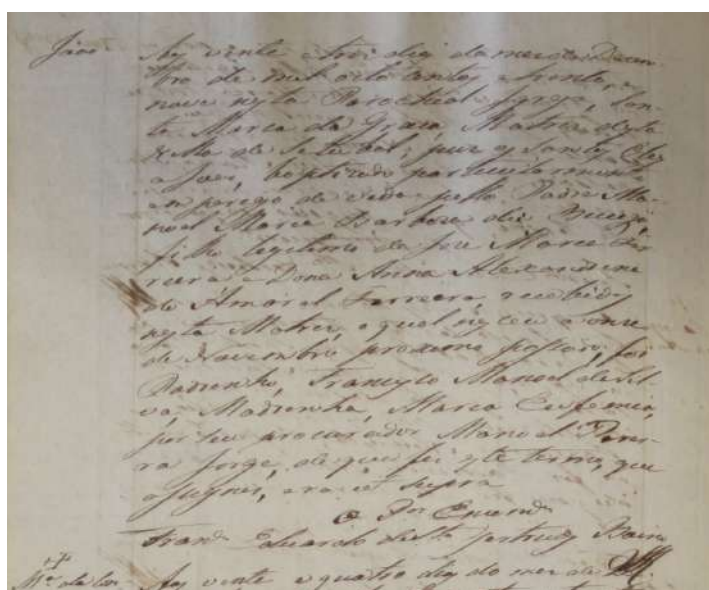
Dissipando dúvidas

João Eloy Amaral Ferreira, ou João Eloy Ferreira do Amaral?

Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage?

António Cunha Bento

O assento de baptismo do pintor setubalense João Eloy Ferreira do Amaral – a 23 de Dezembro de 1839, na igreja de Santa Maria da Graça – refere que o Padre Francisco Eduardo de Santa Gertrudes Boino pôs os “santos óleos a João, baptizado particularmente, em perigo de vida, pelo Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage, filho legítimo de José Maria Ferreira e Dona Anna Alexandrina do Amaral Ferreira”.



Assento de Baptismo do pintor setubalense João Eloy Ferreira do Amaral. Assento a fls 24v do Livro nº 17 – S^{ta} Maria.

Refª PT/ADSTB/PRQ/PSTB02/001/00017_m0027

O teor deste assento despertou a curiosidade, por dois motivos:

1 – Sendo João Eloy filho de José Maria Ferreira e de Ana Alexandrina do Amaral Ferreira, por que razão o seu nome teria os apelidos “Ferreira do Amaral” e não “Amaral Ferreira”, tal como sua mãe? Seria erro do assento?

A resposta foi encontrada num apontamento autobiográfico do pintor, enviado a João Carlos de Almeida Carvalho a pedido deste – Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho / Arquivo Distrital de Setúbal, cota 51/64 –, onde afirma: “dever-me-ia assignar Amaral Ferreira mas por hábito da escola fiquei assignando-me Ferreira Amaral”.

Ainda que assinasse as suas obras como “Eloy” e tivesse usado o nome João Eloy Ferreira Amaral, é normalmente referido como João Eloy Ferreira do Amaral, ou João Eloy do Amaral.

2 - O nome do padre que o baptizou “particularmente em perigo de vida” – Manuel Maria Barbosa du Bocage –, rigorosamente igual ao do Vate setubalense, falecido trinta e quatro anos antes.

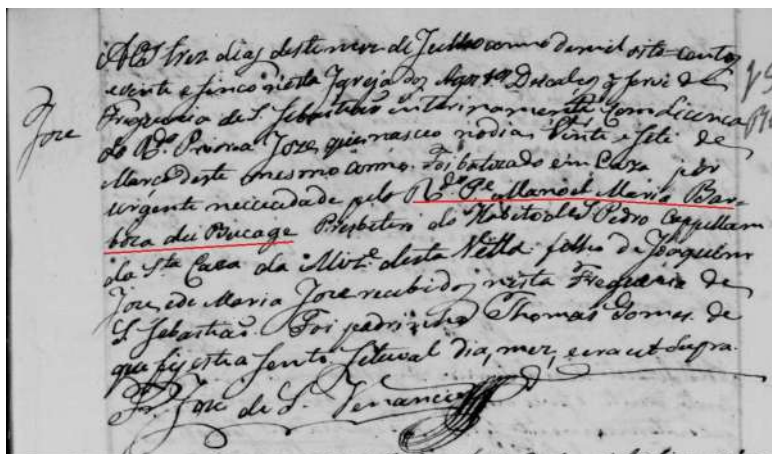
Desconhecendo-se, até então, a existência de qualquer outro familiar ou eclesiástico homónimo de Bocage, havia que esclarecer de quem se tratava.

Num outro assento de baptismo, na freguesia de São Sebastião, em 3 de Julho de 1825 – assento a folhas 151 do Livro nº 15 - S. Sebastião –, novamente é mencionado o Padre Bocage

Dissipando dúvidas

João Eloy Amaral Ferreira, ou João Eloy Ferreira do Amaral?

Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage?

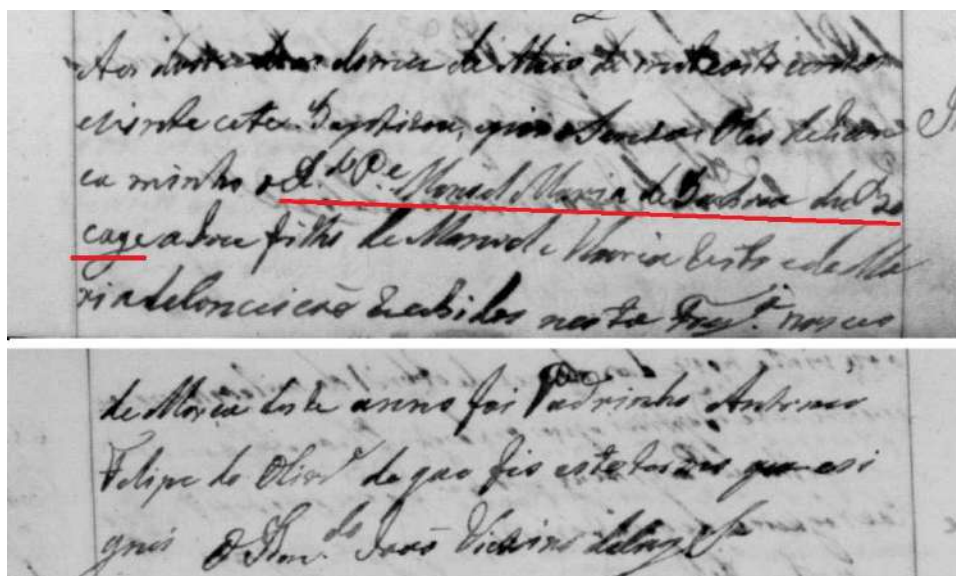


Assento de baptismo a folhas 151 do Livro nº 15 - S. Sebastião, refª PT/ADSTB/PRQ/PSTB05/001/00015/m160

Este assento, para além de mencionar, de forma inequívoca, o Padre Manuel Maria de Barbosa du Bocage, acrescenta novos dados: o de que era Presbítero do Hábito de São Pedro – padre que não pertencia a qualquer Ordem Monástica – e Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Pelo facto de se tratar de assento elaborado por um outro sacerdote – Frei José de S. Venâncio, na Igreja dos Agostinhos Descalços – que, para além do mais, refere o objecto do assento (imposição dos santos óleos), mencionando que o indivíduo havia sido “baptizado em casa por urgente necessidade” pelo Padre Manuel Maria de Barbosa du Bocage, pertencente à Freguesia de Santa Maria da Graça, havia que pesquisar a existência de qualquer assento a ele referente, nos registos paroquiais dessa freguesia.

Aí, para além do já referido correspondente a João Eloy do Amaral, apenas foi encontrado, entre 1825 e 1839, mais um assento que refere o Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage:



Assento de Baptismo a folhas 61 e 61v do Livro nº 16 – S.ª Maria, refª PT/ADSTB/PRQ/PSTB02/001/00016/m0063



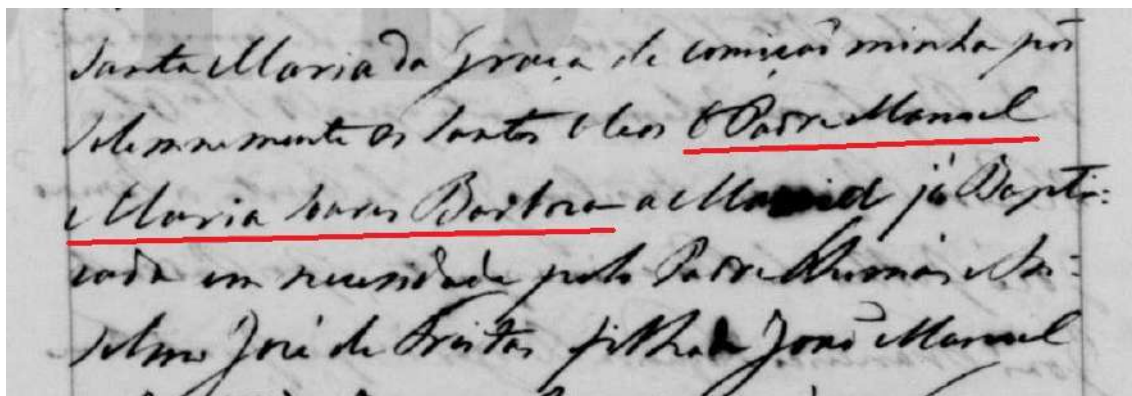
Dissipando dúvidas

João Eloy Amaral Ferreira, ou João Eloy Ferreira do Amaral?

Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage?

Registe-se que, tal como anterior, são assentos elaborados posteriormente e por outros eclesiásticos, que referem o padre Manuel Maria como interveniente.

Em 1828 – assento a folhas 94 do Livro nº 16, de Santa Maria da Graça – menciona o padre como Manuel Maria Soares Barbosa[sic].

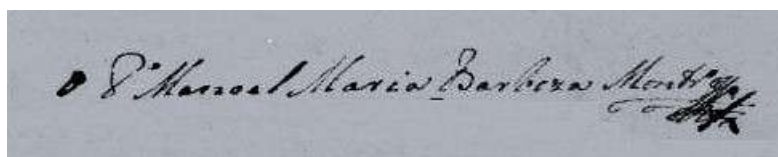


Pormenor do assento a folhas 94 do Livro nº 16, de Santa Maria da Graça, REFª PT/ADSTB/PRQ/PSTB02/001/00016/m0099

Noutros dois assentos, em 1827 – assento a folhas 67 do Livro nº 16, de Santa Maria da Graça – e 1839 – assento a folhas 12(v) do Livro nº 17, de Santa Maria da Graça –, consta que o “Padre Manuel Maria” [sic] baptizou por necessidade e por perigo, respectivamente. Tal como os anteriores lavrados por terceiros.

Na larga maioria de assentos aparece com o nome Manuel Maria Barbosa Monteiro:

- elaborados por outros padres: 21 assentos de baptismo
- elaborados e assinados pelo próprio: um de baptismo e 3 de casamento



Assinatura do Padre Manuel Maria Barbosa Monteiro num assento de casamento a folhas 101, do Livro nº 9, freguesia de Santa Maria da Graça

Parece, então, que o “Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage”, como é referido em apenas três assentos, não passa de uma incorrecção de quem elaborou aqueles assentos.

Tratando-se, como era de supor, de Manuel Maria Barbosa Monteiro, havia que averiguar de quem se tratava.

Percorrendo os assentos de óbito da freguesia de Santa Maria da Graça, conseguiu-se localizar, a folhas 86 do Livro nº 56, que serviu de 2 de Março de 1855 a 17 de Dezembro de 1862 (refª Cota PT/ADSTB/PRQ/PSTB02/003/00009_m0175), o assento que se transcreve:

À margem:

“Nº 58 / Dia 19 / Mez Junho / Anno 1860

O Presbytero Manuel Maria Barboza Montrº



Dissipando dúvidas

João Eloy Amaral Ferreira, ou João Eloy Ferreira do Amaral?

Padre Manuel Maria Barbosa du Bocage?

Assento:

Aos dezenove dias do mez de Junho do anno de mil oito centos e sessenta, às sete horas da manhã, na casa número um da Rua dos Cavalleiros desta Freguezia de Santa Maria da Graça, Matriz da Cidade de Setúbal, Concelho e Districto Ecclesiastico de Lisboa, faleceu, com os Sacramentos, o Reverendo Manuel Maria Barboza Monteiro, Presbytero secular do hábito de São Pedro, natural desta Cidade, de sessenta annos de idade, parochiano desta freguesia, filho legítimo de Sebastião José Monteiro e de D. Eugénia Maria Soares de Barboza [*prima de Bocage, lado paterno*], neto paterno de Manuel Monteiro e de Euzébia Simões, e materno de Euzébio Egídio Soares de Barboza [*tio paterno de Bocage*] e de D. Antónia da Assumpção Braba. Fez Testamento. Foi sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, público desta Cidade. E para constar lavrei em duplicado este assento, que assignei. Era ut supra.

O Prior José Marques Rodrigues”

Localizado o óbito, fácil se tornou encontrar o baptismo. Assim, a folhas 173 (verso) e 174, do Livro nº 12 da Freguesia de São Sebastião, que serviu de 8 de Setembro de 1791 a 9 de Novembro de 1798, está lavrado o seguinte assento:

“Aos vinte e nove dias do mez de Novembro de mil sete centos e noventa e oito annos nesta freguezia de São Sebastião baptizei e puz os Santos Óleos a Manuel filho legitimo de Sebastião Joze Monteiro e de D. Eugénia Maria de Barboza recebidos nesta freguezia, digo na Capela de N. Snr^a da Conceição anexa à Igr.^a de S. Julião desta V.^a forão Padrinhos João Bap.^{ta} Simons e D. Maria Eugénia Barboza por seu procurador João Monteiro da Silva [declaro] ter nascido a onze do dito mez e ano de que fiz este termo era ut supra. O P.^e António de S[ouza] Per.^{aa}”

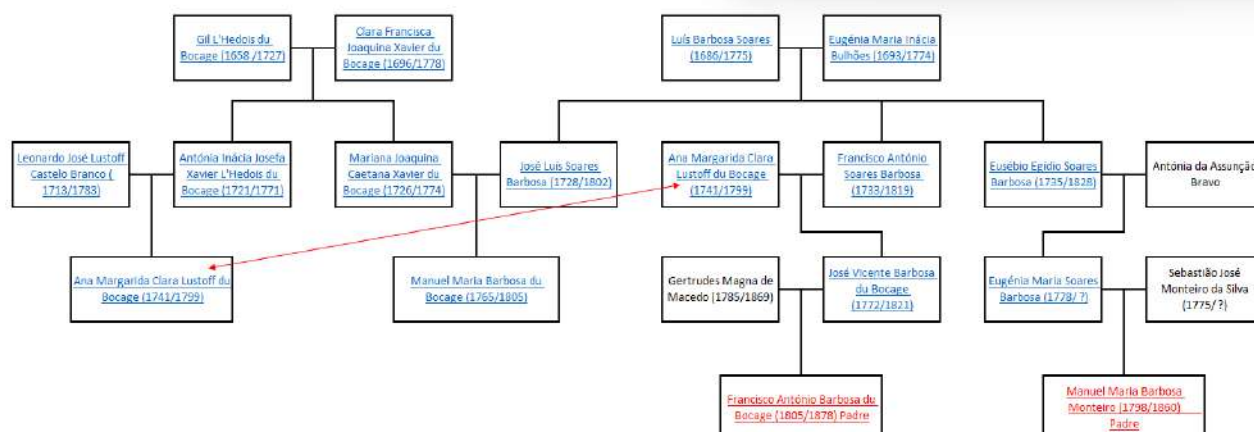
Em conclusão: o Padre Manuel Maria Barbosa Monteiro (1748/1860) era filho de uma prima paterna de Bocage (ramo Barbosa).

Sabe-se que o Padre Manuel Maria Barbosa Monteiro era o mais velho de sete filhos do casal Sebastião José Monteiro da Silva e Eugénia Maria Soares Barbosa: Manuel Maria Barbosa Monteiro (1798/1860), Maria (1801/ ?), Eusébio (1802/ ?), Antónia Cândida Barbosa Monteiro (1804/1871), Francisco Maria Barbosa Monteiro (1806/1868), Ana José Barbosa Monteiro (1813/1867) e João José Barbosa Monteiro (1816/1884).

Contemporâneo deste, ainda que mais novo, é conhecido um outro padre pertencente à mesma família, Francisco António Barbosa de Bocage (1805/1878), Freire da Ordem de Santiago de Palmela, este pertencente a ambos os ramos (Barbosa, do ramo paterno, e Bocage, do ramo materno).

A existência de dois padres familiares de Bocage, na mesma época, com apelido comum “Barbosa” terá levado a que ao Padre Manuel Maria, por saberem ser primo do poeta, tivessem substituído os apelidos “Barbosa Monteiro” por “Barbosa du Bocage”.

GENEALOGIA DOS PADRES FRANCISCO ANTÓNIO BARBOSA DU BOCAGE E MANUEL MARIA BARBOSA MONTEIRO





Leonardo Pereira e o amor a Setúbal

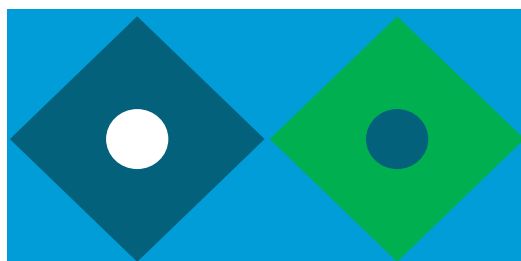
João Reis Ribeiro

O livro, assinado por Leonardo Pereira, com prefácio de António Manuel Gamito, que foi reitor do Liceu de Setúbal, é de 1941, editado pela Portugália Editora, e intitula-se *As Cartas de Sórora Mariana — História, Viagens na Europa*. Dificilmente esperaríamos que sob este título aparecesse um texto dedicado a Setúbal... mas, de facto, no capítulo “Viagens na Europa”, que se inicia pela página 203, depois de se ter passado pela fronteira francesa, por Versalhes, Viena e Praga, lá está um subcapítulo dedicado às paisagens portuguesas, com umas páginas reservadas para Setúbal (pp. 257-263).

Apesar de ter a chancela da Portugália Editora, o livro foi editado a expensas do próprio autor, como acontecia com alguma regularidade (a publicação do primeiro livro de Sebastião da Gama na mesma editora correu idêntico caminho). O texto dedicado a Setúbal, com uma descrição cheia de cor e alguma emoção, levanta o problema do turismo (que começava a estabelecer-se por essa altura) e da imagem que as cidades devem proporcionar ao visitante, sempre associadas ao progresso, opondo essa ideia à manutenção dos costumes e da identidade dos sítios, embora parecendo defender a falta de necessidade de evolução...

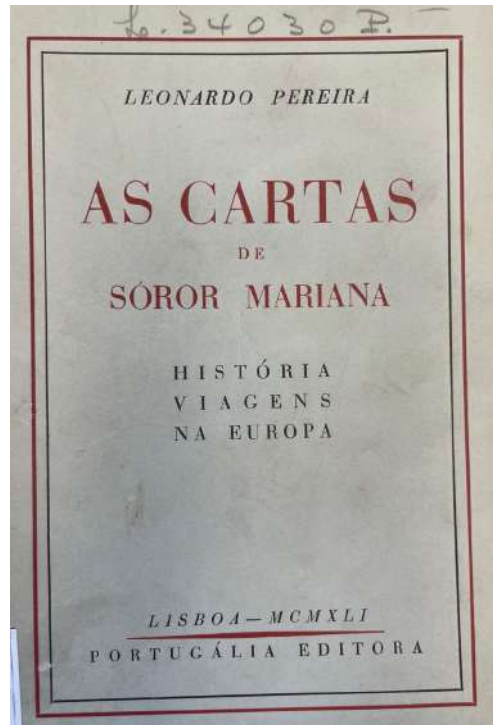
Sobre a biografia de Leonardo Pereira (1891-1961) escreveu João Envia no primeiro volume de *Setubalenses de Mérito* (2003). Natural de Mora, fixou-se em Setúbal e foi colaborador de vários periódicos (*Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *O Setubalense*). Industrial de conservas, viajado, deixou alguns apontamentos de viagem, usando uma escrita que ele próprio considerava ser de discípulo de Eça de Queirós.

O escrito sobre Setúbal que Leonardo Pereira incluiu neste livro bem merece, por isso, ser considerado um contributo “para uma antologia da região de Setúbal”.





Setúbal

Leonardo Pereira

“Cidade aberta ao sol na claridade das suas avenidas e dos seus largos, Setúbal tem todas as características duma cidade levantina. Uma população cheia de pitoresco: ao nascente o tipo varino, ao poente o tipo do Sul, o marítimo algarvio e o tipo castiço do marítimo setubalense, bem conhecido pelo arrastar dos rrr, numa pronúncia gutural que é inconfundível. Tudo gente do mar, todos trabalhadores como formigas, incansáveis e destemidos ante o Oceano, crédulos e supersticiosos como as figuras da beira-mar que deram a Aquilino as páginas imortais da ‘Batalha sem Fim’.

Diz-se, numa visão estreita, que a cidade é ‘feia’. Queixam-se da falta de altos prédios, duma linha de ‘boulevards’ bem talhada, dos modernismos duma vasta urbe, com os seus grandes armazéns e os seus estabelecimentos ‘chics’. É a tendência para a estandardização do ‘bonito’ das comissões de turismo — a aspiração dum tipo único de civilização, onde tudo quanto é bem nosso se afoga: a fisionomia das nossas cidades de província, o carácter e a indumentária das nossas populações. Deseja-se tudo aplainado num arremedo grosseiro das grandes cidades, que são produto duma cultura que felizmente ainda não atingimos e da riqueza de países enormes e populosos a que não podemos aspirar.

Porém, para aqueles que amam a quietação das cidades de província, e para quem a cultura portuguesa, o ‘modo de ser’ da nossa gente, ainda alguma vale, Setúbal é uma cidade doce, característica, cheia de luz, onde apetece viver.

A paisagem

Não sei quem disse que as grandes cidades ostentosas, com o orgulho dos seus monumentos e dos seus altos prédios, são em boa e rigorosa análise, simples montões de entulho, que desfeiam e enodoam a claridade da terra... Exagero, decerto. Vista do alto de S. Filipe, Setúbal é uma mancha garrida, exuberante de cor, afofada na folhagem verde do vale que se estende até Palmela, espelhando-se no rio que faísca ao longe...



Setúbal

O Sado

Tínhamos todos os olhos já cansados das fantasmagorias do Sado e, no entanto, naquela tarde doce de Outono, quando descuidados passeávamos pelo longo Aterro que vai quase à babugem da água, desde a antiga praça às Fontainhas, todos, descuidados, deixámos escapar esta expressão, tão banal e tão sincera:

- Maravilha!...

Era na verdade um espectáculo maravilhoso o do rio, naquela tarde, igual evidentemente à caprichosa maravilha de tantas tardes: todo o rio era um largo espelho de aço polido, reflectindo, com estranha nitidez, toda a gama dos coloridos do céu.

Primeiro, apareceu-nos um rio de porcelana chinesa, as velas espelhando-se a vermelho vivo nas águas quietas. Pouco a pouco, as águas tomavam uma cor sanguínea, como nas aguarelas desse estranho aquarelista que nos pintou o Sado com todas as cores do arco-íris... E a bizzaria de tons aviva-se, desentranhando-se o rio nas mais caprichosas miragens: listas de sangue em ziguezagues, tons de nácar e ouro, para de seguida, ao morrer do Sol, nos contrafortes da Arrábida, nos dar um tom de madrepérola cintilante. Um barco vogava à bolina, de velas de púrpura... Acreditamos na existência das Ondinas — e, decerto, Sílfides cheias de graça, arrancadas às telas de João Vaz, o poeta cantor das sonoridades coloridas do nosso rio, brincavam nessa fantasmagoria de sonho...

Um amigo, leitor de Homero, segreda-me: parece Ogígya, a ilha nacarada de Calipso!

Mais belo que a ilha encantada da Iónia, é uma 'rêverie' este Sado estranho e quimérico, onde Setúbal se debruça...

A Arrábida

Fronteiriça à Tróia, a velha cidade romana que se estiraça voluptuosa na areia, dando o seu corpo de bacante aos beijos do Atlântico, a Arrábida ergue-se majestosa, com os seus vales que descem verdejantes até ao Mar, com as suas florestas atraentes e com os picos cimeiros dos seus montes — arrogantes, escarpados e inacessíveis...

Em baixo, o Portinho, uma concha de nácar e oiro. Chalés dispersos falam-nos da civilização distantes: e que lindas tardes, nas escarpas da fortaleza, sobre o Mar, se passam ali, na Poisada acolhedora que espíritos previdentes dispuseram para conchego dos viandantes... O Mar palheta-se a miúdo de mil cores. Um vapor passa com um rasto de fumo, e velas meigas falam-nos das lides da pesca, nas batalhas-se-fim da gente do Mar, na conquista do pão quotidiano... Sobre nós sempre a Serra: lá para o meio, afofado entre folhagens verdes, um convento duma Ordem de ascetas, que ali rezavam a Deus, próximo das estrelas...

Uma fila de pequenas ermidas brilha no ar macio; mas o encanto supremo da Serra é, e será sempre, o Mar eterno, com as suas grenhas de espuma branca, com a policromia dos seus tons de esmeralda e safira, na luz de oiro duma tarde de Outono...

O 'Formosinho', o vale do 'Solitário', as 'Lapas', todos os sítios consagrados — as ravinas, os precipícios onde a Morte nos espreita, as encostas doces onde a preguiça é mais doce ainda, tudo isso é nada ante a paisagem marinha.

Na Arrábida é a vastidão do Mar que domina. A série de pequenas reentrâncias, de pequenos portos, de estreitas gargantas cavadas na rocha, tudo é obra do Mar — e foi ainda o Mar que lhes deu a graça e a beleza que nos encantam...

Primeiro, apareceu-nos um rio de porcelana chinesa, as velas espelhando-se a vermelho vivo nas águas quietas. Pouco a pouco, as águas tomavam uma cor sanguínea, como nas aguarelas desse estranho aquarelista que nos pintou o Sado com todas as cores do arco-íris...



Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

Catarina Meira

UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

RESUMO: Este artigo foca as alterações que os espaços e edifícios romanos sofreram entre os séculos IV e VII na cidade de Setúbal. Os dados aqui patentes constituem uma compilação da informação da arqueologia preventiva e da historiografia produzida acerca da área urbana. Uma vez que a presente investigação está numa fase embrionária, a intenção desta exposição é a de apresentar um breve estado da investigação e, sobretudo, os testemunhos arqueológicos mais relevantes para a temática em questão. A maioria dos vestígios do período pós-romano e pré-islâmico que se conhecem até ao momento são teste-

munhos pouco visíveis e escassamente estruturais, tratando-se de níveis arqueológicos que se formam após o abandono temporário ou definitivo dos edifícios romanos. A análise crítica dos contextos arqueológicos permite debruçar sobre as formas de abandono das estruturas romanas e da sua posterior ocupação. As formas como alguns desses fenómenos aconteceram são identificáveis noutras cidades alto-medievais da Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Baixo-Império; Alta Idade Média; cidade; porto; cerâmica.

1 - Introdução

As primeiras menções escritas a Setúbal romana foram feitas ainda na Antiguidade por Cláudio Ptolomeu (*Geografia*, II, 5,2) e Marciano de Heracleia, geógrafos gregos que referiram a existência de um *oppidum* romanizado de origem celta, de carácter portuário, de nome *Cetobrix*. No *Itinerário de Antonino*, a localização de *Catobriga* encontra-se relacionada com a via romana que ligava *Olisipo* a *Emerita Augusta* – a Via XII -, estando a 24 milhas da cidade olisiponense. Foi igualmente mencionada na *Cosmografia de Anónimo de Ravena* (Livro IV, 42-45; Livro V, 3-4). No século XVI, os primeiros estudiosos a referir-se a *Cetobriga* foram o clérigo Gaspar Barreiros, na sua obra *Chorographia* (1561), e o humanista André de Resende, no livro IV de *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593). Ambos os autores relacionavam as referências clássicas de *Cetobriga* com as ruínas de Tróia, sobretudo devido à identificação de importantes achados romanos. Esta foi uma interpretação que persistiu entre inúmeros autores até inícios do século XX, embora já antes tivesse suscitado dúvidas em José Leite de Vasconcellos, particularmente devido à origem etimológica do nome e ao sufixo *-briga* (Vasconcellos 1895: 59-62). Foi a partir de 1905 que se começou a confirmar o Passado romano da cidade. Nesse ano, António Inácio Marques da Costa dedicou alguns trabalhos a sítios arqueológicos dos arredores de Setúbal, fazendo alusões às cetárias

romanas da Comenda (Costa 1905: 189), e, no ano seguinte, em 1906, identificou uma necrópole romana na Ladeira de São Sebastião (Tavares da Silva - Cabrita 1966). A recolha de materiais arqueológicos feita por José Marques da Costa em 1957, aquando do acompanhamento da abertura de valas de saneamento na baixa de Setúbal, foi decisiva para reconhecer um importante aglomerado urbano de época romana (Costa 1960). Um dos achados mais célebres deve-se a esse investigador: na Rua Fran Paxeco (antiga Rua Direita de Tróino) recolheu uma ânfora fragmentada que continha um tesouro monetário, do qual foram recuperadas 11.091 moedas e uma outra, completa, da forma Beltrán 65A que continha 7.091 moedas (Coelho-Soares - Tavares da Silva 1978). Essa coleção numismática foi mais tarde estudada pelo coronel José Alves de Carvalho Fernandes que, à exceção de um numisma que datou do Alto-Império, a enquadrava genericamente nos séculos III e IV d.C. (Fernandes 1975). Essa descoberta despoletou um novo debate sobre os vestígios até então descobertos, tendo como principal locutor Fernando Bandeira Ferreira. O autor considerou que os achados romanos de Setúbal eram depósitos secundários, situando *Caetobriga* no castro de Chibanes. Propunha ainda que, após o abandono de Chibanes, o povoado tivesse migrado para Tróia no período romano imperial (Ferreira 1959).



Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

A essa ideia aderiu também Fernando Castelo-Branco, apesar de admitir que, em Setúbal, teria existido um “pequeno povoado lusitano-romano” (Castelo-Branco 1954; 1963). Não obstante o reacendimento da discussão em torno das origens de *Caetobriga*, só com a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em 1974, e com as primeiras escavações no âmbito da arqueologia urbana na década de 1970 é que os testemunhos da ocupação romana da cidade ganharam uma nova relevância.

No que respeita ao período de estudo que nos ocupa, o conhecimento acerca de Setúbal em época tardo-romana e alto-medieval provém, maioritariamente, das intervenções arqueológicas de carácter preventivo realizadas na cidade, justamente a partir da década de 70 do século XX, tendo nas equipas do MAEDS o seu principal dinamizador. Entre os trabalhos mais emblemáticos e de incontornável menção, destacam-se os da Travessa de Frei Gaspar, em 1979 (Dias 1980; Tavares da Silva - Coelho-Soares - Soares 1986); os da Praça do Bocage, em 1980 (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1980-1981); os da Travessa dos Apóstolos, em 1984 (Soares 1984; Soares - Tavares da Silva 1986; Soares 2000a); os do Largo da Misericórdia, em 1988 (Tavares da Silva 1996); os da Avenida Luísa Todi sobre os edifícios Montepio e BCP, em 1997 (Soares 1997; Soares 2000a); os do lote 19 da Rua António Joaquim Granjo, em 2008 (Soares - Tavares da Silva 2018; Tavares da Silva - Soares 2020); e os dos lotes 10-12 da Rua Francisco Augusto Flamengo, em 2008 e 2010-2011 (Tavares da Silva *et al.* 2010; 2014).

A grande maioria dos vestígios atribuíveis ao período pós-romano e pré-islâmico que se conhecem até ao momento são testemunhos pouco visíveis e escassamente estruturais, tratando-se de níveis arqueológicos que se formam após o abandono temporário ou definitivo dos edifícios romanos. De forma muito sucinta, a arqueologia urbana logrou identificar em Setúbal fossas que romperam pavimentos romanos ou lixeiras que colmataram cetárias alto-imperiais desativadas (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1987: 228); remodelações pontuais de muros e/ou pavimentos (Soares *et al.* 2019: 165); expoliação, desmontagem e reaproveitamento de materiais de construção romanos (Tavares da Silva 2018b: 63); reutilização de espaços,

por vezes, para fins distintos dos originais (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 307 e 319); segmentação de unidades produtivas (Dias 1980) e sepulturas sobre edifícios romanos desativados (Soares 2018). Refira-se igualmente a persistência na utilização dos espaços das antigas necrópoles (Tavares da Silva - Cabrita 1966).

Ainda que esta imagem seja tentadora para acentuar a visão decadentista das cidades após a queda do Império Romano do Ocidente, a arqueologia já veio contribuir para a ideia de que existiu de facto uma continuidade, conquanto com contornos distintos. Os limites da cidade de Setúbal durante o domínio romano parecem já bem definidos pela historiografia, que informa que se estendia “do Bairro de S. Sebastião à Praça do Bocage e era limitado, a sul, pela Av. Luísa Todi (exclusive) e, a norte, pelas Ruas de Antão Girão, Álvaro Castelões e do Romeu (inclusive); o núcleo ocidental coincide com parte do Bairro de Troino, tendo sido detetado principalmente na Rua Fran Pacheco e junto da Fonte Nova (...). Os dois núcleos encontravam-se separados pelo braço de mar..., apresentando agora desembocadura mais estreita. É que, entretanto, as correntes fluvio-marinhas tinham formado uma restinga, de nascente para poente, a partir da pequena elevação onde, na Idade do Ferro, se localizara o povoado primitivo. Essa restinga teria determinado o aparecimento de uma área interior, pantanosa, para norte do Largo da Misericórdia e da Rua Álvaro Castelões e que abrangeria o que é actualmente compreendido pela Rua Afonso Pala, Av. 5 de Outubro, Bairro Salgado e Bonfim” (Tavares da Silva 1990: 112-113). Em termos funcionais, o núcleo urbano estaria organizado em torno de dois grandes polos: o de Santa Maria-São Julião, a oriente, incluía o setor industrial relacionado com a produção de salgamas de peixe que se situava ao longo da restinga, o setor habitacional localizado na Colina de Santa Maria e o setor cemiterial na Ladeira de São Sebastião; por fim, o mais mal conhecido do ponto de vista arqueológico, o de Troino, a ocidente, que se separava do primeiro pelo antigo esteiro da Ribeira do Livramento (Soares *et al.* 2019: 156).





Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

É sabido que, a partir do século III d.C., muitas cidades do ocidente da Península Ibérica reduzem o seu perímetro urbano, deixando fora de muralhas áreas anteriormente habitadas, e que se inicia um processo de desmantelamento dos principais edifícios públicos. Autores, como Carlos Tavares da Tavares da Silva, escreveram sobre as características das ocupações pós-romanas de Setúbal, escolhendo dar relevância ao “completo abandono de áreas anteriormente habitadas ou utilizadas com fins industriais, agora transformadas em extensas lixeiras. Trata-se, por certo, de uma fase de grande decadência, em que as poucas construções identificadas se apresentam frustes, e as cerâmicas exumadas se mostram grosseiras, fazendo, por vezes, lembrar...as dos grupos celtizantes da Idade do Ferro” (Tavares da Silva 1990: 119). Neste sentido, ao invés de o entendermos como o caminho para uma desurbanização progressiva e para a desertificação humana, coloquemos a hipótese de que houve uma diminuição da área urbanizada, com formas de ocupação diferentes das anteriores, que podem efetivamente estar a escapar aos investigadores. A partir dos primeiros séculos da Alta Idade Média, a ocupação do espaço fez-se frequentemente com recurso a materiais perecíveis. A perecibilidade das construções tem inerente um problema de conservação no registo e de dificuldade de perceção para arqueólogos que não estão experimentados em identificá-las, condicionados pela invisibilidade de estruturas a cota negativa, entre as quais possíveis buracos de poste que estruturavam os espaços domésticos mais modestos. Consideremos igualmente que a simplificação das formas de vida em época tardo-romana e alto-medieval passou igualmente pelos utensílios, em que se dá uma prevalência a recipientes produzidos com materiais pouco duradouros, em madeira ou cortiça, em vez da cerâmica como em épocas anteriores, e cuja perecibilidade dificulta a sua preservação no registo arqueológico (Tente 2010: 400). Por outro lado, olhemos para os vazadouros que se formam sobre antigas estruturas romanas como formas de gestão dos resíduos urbanos e não como resultado da ruína da cidade.

A sistematização da informação arqueológica sobre a cidade de Setúbal a partir do século III d.C. dá-nos conta que, por um lado, sim, existiram eventos de expoliação e desmontagem de edifícios alto-imperiais, como na *domus* da

Rua António Joaquim Granjo (Tavares da Silva 2018b: 63), e que algumas oficinas de salgas de peixe foram abandonadas parcial ou totalmente, como a da Praça do Bocage (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1981: 267) ou a da Travessa de Frei Gaspar (Tavares da Silva *et al.* 1986: 157). Por outro lado, há também sinais de que algumas casas romanas foram remodeladas, recebendo inclusive pavimentos musivos riquíssimos, como a da Rua António Joaquim Granjo 19 e a da Rua Arronches Junqueiro 73-75 (Tavares da Silva 2018b: 63; Tavares da Silva - Duarte 2009: 5) -, ou que se construiu um novo reservatório de água público na atual Rua Francisco Augusto Flamengo (Tavares da Silva *et al.* 2014: 165). Além disso, há informação arqueológica que aponta no sentido de um certo dinamismo económico. Os circuitos comerciais parecem ter-se mantido resilientes, uma vez que as importações de cerâmicas finas, sobretudo oriundas do Norte de África, não cessaram. O notável tesouro monetário datado genericamente do século IV d.C. composto por 18.181 moedas, descoberto na Rua Fran Paxeco por José Marques da Costa, traduz, aliás, um fenómeno de entesouramento e de acumulação de riqueza, além da manutenção da circulação de moeda. Na quarta centúria, a aristocracia mercantil local ainda tem poder económico para repavimentar o tanque de pátio ou de jardim da presumível *domus* da Rua Vasco Soveral (Soares *et al.* 2019: 165), ou de construir novas cetárias e novas oficinas de preparados piscícolas em Tróia, por exemplo (Pinto *et al.* 2016: 315). Veja-se também que a fábrica de salgas da Travessa de Frei Gaspar foi reativada parcialmente a partir da primeira metade do século V d.C. (Tavares da Silva *et al.* 1986: 157; Soares - Tavares da Silva 2018: 31), o que levou Carlos Tavares da Tavares da Silva a considerar que “pudesse ter havido uma reestruturação da indústria de salga” (Tavares da Silva 1990: 118).



Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

Para que uma imagem mais completa e integradora da cidade de Setúbal entre os séculos IV e VII d.C. se comece a desenhar, considera-se importante coligir os dados provenientes de escavações antigas e, sobretudo, fazer uma revisão dos níveis arqueológicos e dos espólios a eles associados (Figura 1). Os materiais arqueológicos constituem só por si um problema, especialmente no que respeita à cerâmica comum desta época. Esta é, por norma, a família cerâmica mais representada em termos quantitativos nos contextos arqueológicos. Embora se admita que esta seja herdeira da tradição romana e que algumas formas de cerâmica comum romanas continuaram a ser usadas nos séculos IV-V d.C., não é aceitável que a sua datação relativa ainda esteja muito condicionada pela sua associação a formas de *Terra Sigillatas* tardias. O facto de, a partir do século VI d.C., as redes de distribuição de cerâmicas finas diminuírem drasticamente e de essas louças surgirem nos sítios arqueológicos em número muito mais reduzido pode estar a afunilar a nossa perceção sobre a cidade de Setúbal nos primeiros séculos da Alta Idade Média.

Serve o presente trabalho para iniciar o processo de selecção dos contextos e dos estratos que serão alvo de futura revisão e estudo.



Figura 1

2 - Setúbal nos Séculos IV E V

Muitas das transformações que ocorreram no século IV d.C. têm o seu início ainda na centúria anterior, pelo que não lhes fazer menção seria incorrer em erros cronológicos. No que respeita aos espaços habitacionais, a informação arqueológica demonstra que algumas *domus* construídas durante o Alto-Império começaram a ser alvo de remodelações, que se verificaram sobretudo ao nível decorativo. Na primeira metade do século III d.C., o Edifício A da *domus* da Rua António Joaquim Granjo 19 foi pavimentado com um riquíssimo pavimento em mosaico com motivos geométricos, as suas paredes foram revestidas com estuques pintados a fresco e dotou-se de embelezamentos em mármore (Tavares da Silva 2018b: 63). Num momento indeterminado do século III, um mosaico romano policromo, igualmente com motivos geométricos, integrou o peristilo de uma *domus* situada na Rua Arronches Junqueiro 73-75 (Tavares da Silva - Duarte 2009: 5). Ainda durante a segunda metade do século III d.C., a construção de um piso em terra batida corresponde à última fase de ocupação de um edifício romano na Travessa dos Apóstolos (Soares 1984). Do século IV d.C. data a repavimentação do tanque de pátio da Rua Vaco Soveral 8-12 (Soares *et al.* 2019: 165).

Embora estas modificações deem alguns sinais de revitalização e de monumentalização dos espaços privados domésticos, destacando-se também a construção de um reservatório de água público na Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 nos inícios da terceira centúria, a partir de meados do século III d.C. e bem entrado o século IV d.C. iniciam-se fenómenos de expoliação e de desmontagem de estruturas alto-imperiais. Estes são detetáveis, quer em camadas de derrubes ou de entulhos sobre ocupações do Alto-Império, quer pela abertura de fossas que rompem pisos romanos. Estes fenómenos resultam do abandono dos espaços e contribuem de forma muito evidente para a sua definitiva alteração funcional, constatando-se, por exemplo, a sua transformação em lixeiras.

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

Este tipo de níveis arqueológicos foi identificado no Edifício A da *domus* da Rua António Joaquim Granjo 19, onde se formou uma entulheira resultante do seu desmantelamento seletivo entre meados do século III d.C. e meados do século IV d.C. (Tavares da Silva 2018b: 63) (Figura 2). Entre o último quartel do século IV d.C. ou os inícios do século V d.C., uma grande fossa foi aberta num edifício romano da Rua Vasco Soveral 8-12 e foi preenchida com abundantes materiais de construção romanos – *imbrices*, *tegulae*, *tesellae*, restos de estuques e de *opus signinum*, entre outros -, e com *spolia*, nomeadamente um capitel de calcário corintizante (Soares *et al.* 2019: 160-161) (Figura 3). Após a ocupação romana da Travessa dos Apóstolos, o local foi utilizado como lixeira, onde várias fossas detriticas de grande dimensão e profundidade foram abertas entre o século IV d.C. e os inícios do século VII d.C. (Soares 1984). Foi na primeira metade ou em meados do século IV d.C. que se deu o abandono do reservatório de água da Rua Francisco Flamengo 10-12, momento após o qual se torna uma lixeira até ao século V d.C. (Tavares da Silva *et al.* 2014: 187). Bolsas com deposição de lixos domésticos foram igualmente detetadas na Rua António Joaquim Granjo 36, cuja formação se inicia a partir da segunda metade do século IV d.C. e prolonga-se até ao século V d.C. (Soares 2000b: 3).

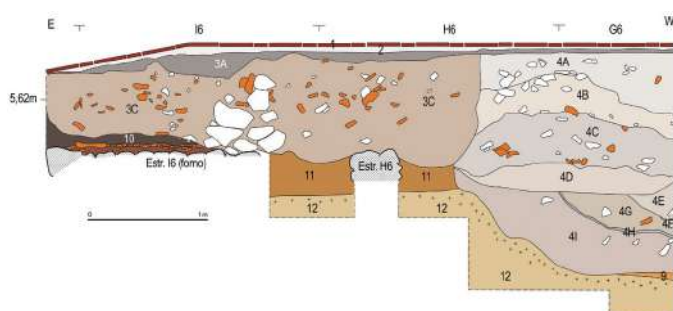


Figura 2

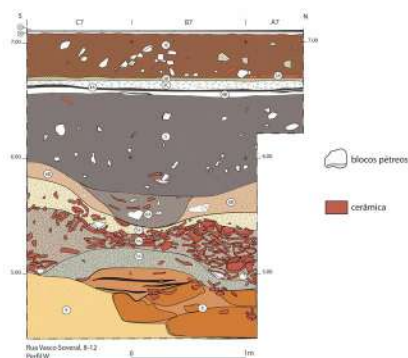


Figura 3

Estes fenómenos conciliaram-se, por vezes, com a reutilização dos espaços, como se verificou na [Travessa de João Galo 4-4B](#): sobre as estruturas públicas de um edifício monumental alto-imperial, construiu-se um piso de terra batida e uma estrutura de lareira entre a segunda metade do século IV d.C. e primeira metade do século V d.C., reorientando a função daquele local para uma de carácter habitacional (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 307 e 319). Uma outra estrutura de lareira, datada dos séculos IV-V d.C., fez-se adossar a um muro mais antigo na *villa* da Quinta da Comenda, reaproveitando-o (Viegas 1977-1978: 32; Viegas - Soares 1980: 9). Assim, como se pode depreender, ocorreu uma multiplicidade de eventos em período tardo-romano, ora de abandono, ora de reutilização, muitas vezes acontecendo em curtos intervalos de tempo. Veja-se que, na Quinta da Comenda, foi registado um enterramento humano isolado cuja posição estratigráfica aponta para uma cronologia pós-romana, já que o mesmo assentou sobre o topo dos depósitos desta cronologia (Fontinha *et al.* 2023: 37).

Nas fábricas de salgas de peixe, a partir do século III d.C., acelera-se o processo de segmentação das unidades produtivas ou o abandono parcial ou total das oficinas, formando-se lixeiras que colmatam tanques que estavam em funcionamento no Alto-Império. Tal situação aconteceu entre determinado momento do século III d.C. e o século IV d.C. na oficina da Praça do Bocage (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1981: 253 e 255) e entre o século III d.C. e o século V d.C. na fábrica da Travessa de Frei Gaspar (Dias 1980; Tavares da Silva *et al.* 1986: 156). No estabelecimento especializado do Creiro, o Tanque II é utilizado como vazadouro (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1987: 228).

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

Entrado o século V d.C., verifica-se a continuidade de alguns dos mesmos fenómenos, nomeadamente a constituição de lixeiras, que se observou na Travessa de João Galo 4-4B, onde depósitos detríticos se acumularam entre a segunda metade do século V d.C. e o século VII d.C. (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 324-325), e na Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 a partir das primeiras décadas do século V d.C. (Tavares da Silva *et al.* 2014: 165). Neste último lote, estas lixeiras marcam, aliás, o abandono definitivo daquele espaço, que ocorre simultaneamente ao abandono da *domus* da Rua Arronches Junqueiro 73-75 (Tavares da Silva - Duarte 2009: 6 – Fig. 4). Por esta altura, nas fábricas de salgas de peixe há vestígios de alguma revitalização, com a reativação parcial de algumas oficinas que no Baixo-Império tinham sido abandonadas. Foi o caso da oficina da Travessa de Frei Gaspar, na qual se constatou que, a partir da primeira metade do século V d.C., alguns tanques foram alvo de um investimento, com o emprego de novos fundos, e voltaram a funcionar (Dias 1980; Tavares da Silva *et al.* 1986: 156-157) (Tabela 1).

Intervenção	Níveis arqueológicos	Bibliografia
Rua António Joaquim Granjo 19	Sond. A e B – Camadas 5A a 7	Tavares da Silva 2018
Rua Arronches Junqueiro 73-75	Sond. A, B, C, D, E e F – Camada 4A e 4B	Tavares da Silva - Duarte 2009
Travessa dos Apóstolos	Camadas 4A a 7	Soares 1984
Rua Vasco Soveral 8-12	Sector II – Camada 3	Soares <i>et al.</i> 2019
Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12	Sector II – Camadas 5 a 10	Soares <i>et al.</i> 2019
Rua António Joaquim Granjo 36	Camadas 7A1 a 7A4	Tavares da Silva <i>et al.</i> 2014
Travessa de João Galo 4-4B	Camada 7C	Soares 2000b
Praça do Bocage	Locos C – Camadas 10 e 14	Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014
Travessa de Frei Gaspar	Camadas 3A e 3B	Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014
Creiro	Camadas 2 a 5	Tavares da Silva - Coelho-Soares 1981
	Camada 6	Dias 1980; Tavares da Silva <i>et al.</i> 1986
	Perfil Sul – Camadas 3 e 4	Tavares da Silva - Coelho-Soares 1987
	Tanque VIII – Camadas 2 a 6	
	Corte A – Camadas 1 e 2	
	Corte B – Camada 1	
	Tanque II – Camadas 1 e 2	

Tabela 1

O registo arqueológico mostra que, durante este período de transição entre o Baixo-Império e a Alta Idade Média, a importação de cerâmicas finas, especificamente as provenientes do Norte de África e do Mediterrâneo Oriental, não diminuiu de intensidade. As produções finas mais recorrentes que surgem nos contextos urbanos de Setúbal relacionam-se com as variantes C e D de *Terra Sigillata* Africana Clara, oriundas de centros oleiros localizados no território da atual Tunísia. Da variante C surgem as formas 44 (Rua Joaquim Granjo 19), 45 (Travessa de Frei Gaspar), 45A (Rua Francisco Augusto Flamengo), 50 (Praça do Bocage, Rua Vasco Soveral, Quinta da Comenda e Rua Joaquim Granjo 19), 50A (Creiro), 50B (Travessa de João Galo), 52B (Praça do Bocage) e 91 de Hayes (Quinta da Comenda) (Figura 4).

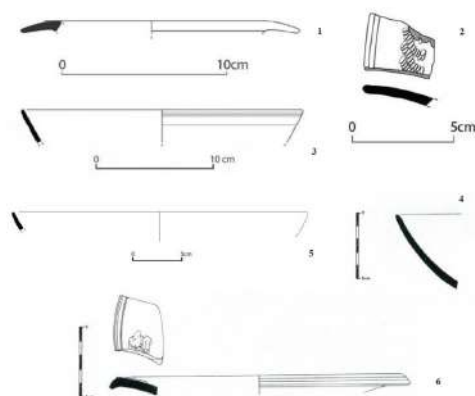


Figura 4

Da variante D registam-se as formas 53? (Travessa de Frei Gaspar), 53B (Creiro), 56 (Quinta da Comenda), 58 (Praça do Bocage e Rua Francisco Augusto Flamengo), 59 (Rua Francisco Augusto Flamengo, Travessa de João Galo e Quinta da Comenda), 60 (Travessa de João Galo), 61 (Rua Francisco Augusto Flamengo e Travessa de João Galo), 61A (Rua Francisco Augusto Flamengo, [Rua Joaquim Granjo 19](#) e Creiro), 61B (Rua Vasco Soveral, Rua Joaquim Granjo 19, Travessa de Frei Gaspar e Creiro), 62 (Rua Francisco Augusto Flamengo), 63 (Travessa de João Galo e Quinta da Comenda), 64 (Creiro), 67 (Travessa de João Galo e Quinta da Comenda), 73A (Travessa de Frei Gaspar e Creiro), 76 (Creiro), 80 (Quinta da Comenda), 80A (Creiro), 91? (Rua Vasco Soveral), 91B (Creiro) e 91A/B de Hayes (Rua Francisco Augusto Flamengo, Travessa de João Galo e Quinta da Comenda) (Figura 5).

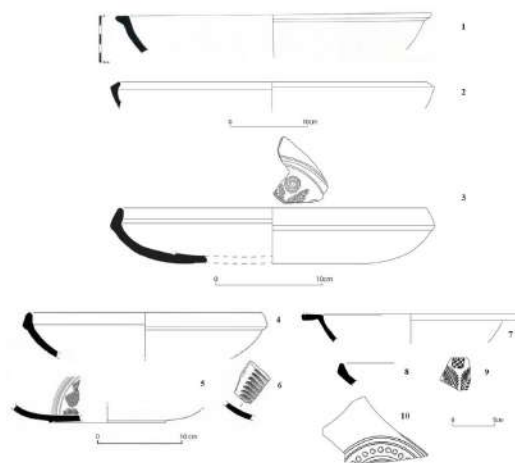


Figura 5

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

Desta produção norte-africana de *Terra Sigillata* integram-se igualmente fragmentos de fundos, de formas indeterminadas, decorados através de motivos estampilhados, entre os quais rosetas e palmetas enquadráveis no estilo Hayes A (ii) (Rua Francisco Augusto Flamengo) (Tavares da Silva *et al.* 2014: 188) e palmetas, grelhas e círculos concêntricos do estilo A(iii) de Hayes (Quinta da Comenda) (Viegas 2016: 445) (Figura 6).

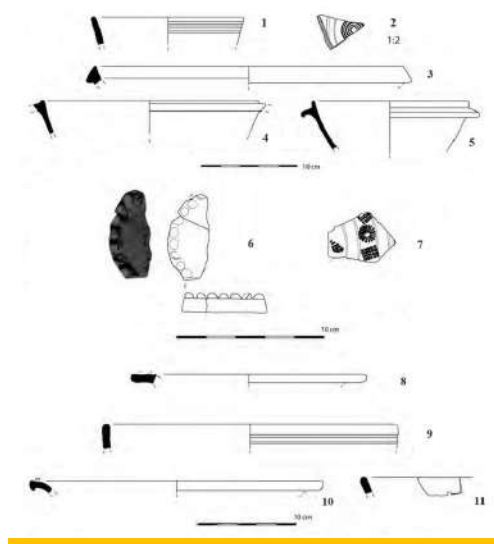


Figura 6

Na Travessa de João Galo, na Rua Arronches Junqueiro 73-75 e na Quinta da Comenda, foram identificados três fragmentos de Late Roman C, das formas 3, 3B e 3C de Hayes respetivamente (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 324; Tavares da Silva - Duarte 2009: 5; Trindade - Diogo 1996: 8-9). Estes correspondem aos primeiros momentos das produções tardias de *Terra Sigillata* Foceense realizadas na costa ocidental da atual Turquia, datando as últimas duas variantes entre 450 e 480/490 d.C. (Fernández Fernández 2019: 242). A forma 3 de Hayes das séries de Late Roman C é provavelmente a forma mais importante desta produção, uma vez que foi aquela que terá sido a mais exportada e a produzida durante mais tempo, entre os finais do século IV/inícios do século V d.C. até um momento avançado do século VI d.C. (Fernández Fernández 2019: 241).

Refira-se igualmente a existência de lucernas cronologicamente integráveis neste pacote cultural dos séculos IV e V d.C., das quais se destacam dois exemplares da Quinta da

Comenda: um do tipo Atlante VIII, que pode ser datado entre o século IV d.C. e o terceiro quartel da centúria seguinte (Viegas 2016: 445), e outro do tipo Dressel 30, atribuível aos séculos IV-V d.C. (Trindade - Diogo 1996: 8-9). Na Travessa de Frei Gaspar recolheu-se uma outra lucerna, em *Terra Sigillata* Africana Clara D do tipo Dressel 31 (ou Bronneer XXVIII ou forma IV de Ponsich) cuja integração estratigráfica indica tratar-se de um exemplar do século V d.C. (Dias 1980).

A cerâmica comum identificada nestes contextos, e sobretudo para o século IV d.C., não só mantêm formas abertas e fechadas herdeiras da tradição romana - pratos, pratos covos, potes, panelas, tachos, tigelas, potinhos, almofarizes, alguidares e *dollia*/talhas -, como as cozeduras em ambiente oxidante (Figuras 7 e 8). Reconhecem-se igualmente recipientes cerâmicos produzidos com pastas brancas caulínicas, correspondentes ao fabrico 11 de São Cucufate (Pinto 2003). Embora estes fabricos sejam muito frequentes na cerâmica comum pós-romana do litoral alentejano, as únicas jazidas de caulinite conhecidas ficam situadas no norte do território português, o que poderá estar a apontar para a existência de redes de comércio de cerâmica comum entre centros produtores a norte e centros de consumo a sul (Quaresma 2006: 158). Na Quinta da Comenda, a associação entre as cerâmicas de pasta caulínica e *Terra Sigillatas* determina uma cronologia de utilização entre a segunda metade do século IV d.C. e o terceiro quartel do século V d.C. (Viegas 2016: 448) (Figura 9).

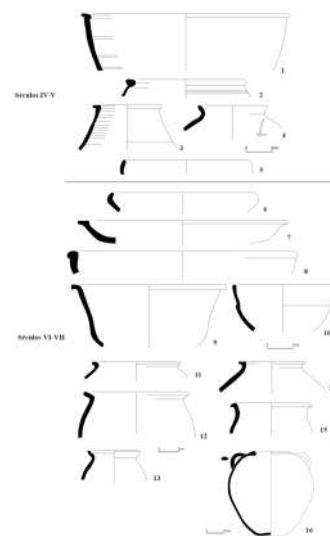


Figura 7

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro



Figura 8

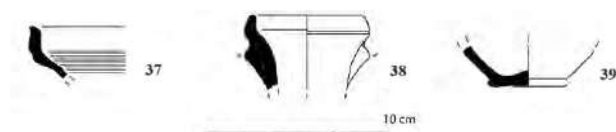


Figura 9

É a partir do século V d.C. que se inicia o trajeto para a diminuição do repertório de tipologias cerâmicas e para o aumento das cerâmicas cozidas em ambiente redutor, com pastas de cor cinzenta. A inclusão de elementos não-plásticos micáceos é indicadora da sua produção a um nível local ou regional.

No que respeita aos contentores anfóricos, as formas mais comuns são a Almagro 50, Almagro 51a-b, Almagro 51c nas variantes B e C, fabricadas no Baixo Sado e distribuídas entre os séculos III-IV/V d.C.. Ocorre igualmente a forma Sado 1 nas variantes A e B, presente exclusivamente na região do vale do Sado entre a primeira metade do século III d.C. e a primeira metade do século V d.C., assim como as formas Sado 2 e Sado 3, que datam entre finais do século IV d.C. e meados do século V d.C. (Mayet - Tavares da Silva 2017: 231 – Fig. 14) (Figura 10). Pode considerar-se inclusivamente que a ânfora Sado 3 é já um contentor alto-medieval, porquanto tem uma produção estrita à quinta

centúria (Mayet - Tavares da Silva 2017: 237) (Tabela 2). Das dez olarias do Baixo Sado que se conhecem atualmente, apenas três funcionaram no intervalo de tempo que nos ocupa, operando até cerca de 450 d.C.: a do Pinheiro, a da Quinta da Alegria e a de Abul D (Mayet - Tavares da Silva 2017: 224 – Fig. 2). Esta época coincide justamente com o período em que existe a maior diversificação tipológica dos contentores anfóricos produzidos na região.

Há que fazer menção a outros exemplares identificados na área urbana de Setúbal que, embora presentes em quantidades mais reduzidas, surgem no registo arqueológico. É o caso da ânfora Keay XVI, reconhecida na Quinta da Comenda, de origem bética (Viegas 2016: 448), e da Keay XXVB/ Beltrán 65A, recolhida também na Quinta da Comenda e na Rua Fran Paxeco, originária da costa sul da Tarraconense (Trindade - Diogo 1996: 8-9; Coelho-Soares - Tavares da Silva 1978). A ânfora LRA2/Keay LXV, por sua vez, foi identificada na Rua Arronches Junqueiro 73-75, tratando-se de um exemplar importado do Mediterrâneo oriental, de oficinas situadas junto ao Mar Egeu (Soares - Tavares da Silva 2018). Dois exemplares de ânforas africanas, um da forma Keay XXVII B e outro da forma Keay XXXV B, integram a coleção artefactual do estabelecimento do Creiro (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2016: 223 - Quadro 2).

Figura 10

???

Forma	Datadas	Intervenção
Almagro 50	Séculos III - IV	Quinta da Comenda Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 Travessa de João Gato 4-4B Praça do Bocado Travessa de Frei Gaspar Travessa dos Apóstolos Creiro
Dressel 23	Séculos III - IV	Quinta da Comenda
Almagro 51c, variante B	Séculos III - IV	Quinta da Comenda Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 Travessa de João Gato 4-4B Rua António Joaquim Grango 19
Sado 1, variante A	Primeira metade do século III - 1ª metade do século IV	Quinta da Comenda Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12
Keay XVI	Meados do século III d.C. - Meados do século IV	Quinta da Comenda
Almagro 51c, variante C	2ª metade do século IV - 1ª metade do século V	Rua Vasco Soveral 8-12 Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 Travessa de João Gato 4-4B Rua Arronches Junqueiro 73-75 Creiro
Almagro 51c (variante ind.)	Séculos III - V	Praça do Bocado Rua Dr. António Joaquim Grango 36 Travessa de Frei Gaspar Travessa dos Apóstolos Quinta da Comenda
Sado 1, variante B	2ª metade do século IV - Meados do século V	Quinta da Comenda Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12 Rua Dr. António Joaquim Grango 36 Creiro
Almagro 51a-b (variante ind.)	Finais do século IV - Século V	Rua Vasco Soveral 8-12 Rua Arronches Junqueiro 73-75 Rua Dr. António Joaquim Grango 36 Quinta da Comenda Creiro
Almagro 51a-b, variante A	Finais do século IV - 1ª metade do século V	Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12
Almagro 51a-b, variante B	Finais do século IV - 1ª metade do século V	Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12
Almagro 51a-b, variante C	Finais do século IV - Meados do século V	Travessa de João Gato 4-4B
Sado 2	Finais do século IV - 1ª metade do século V	Quinta da Comenda Travessa de João Gato 4-4B Creiro
Sado 3	1ª metade do século V	Travessa de João Gato 4-4B
LRA2/Keay LXV	Séculos V-VI	Rua Arronches Junqueiro 73-75
Keay XXVB / Beltrán 65A	Finais do século IV - Século V	Quinta da Comenda Rua Fran Paxeco

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

3 - Setúbal nos Séculos VI-VII

Os dados que provêm da arqueologia preventiva na cidade de Setúbal revelam uma efetiva escassez de informação acerca do período da monarquia visigoda. Como já se teve oportunidade de debater, os testemunhos que dizem respeito aos séculos VI e VII d.C. são essencialmente níveis arqueológicos que resultam do abandono dos edifícios romanos (Tabela 3). Neste sentido, veja-se por exemplo que, na Quinta da Comenda, os materiais arqueológicos mais recentes que marcam o abandono das estruturas domésticas datam até à primeira metade do século VI d.C. (Viegas 2016: 442).

Uma exceção ao que parece ser a regra é a construção de um edifício na Travessa dos Apóstolos em determinado momento do século VI d.C., mas cuja função continua incógnita. Demais a mais, essa estrutura apenas se encontra marcada pela preservação de dois muros de podre construção, com pedras ligadas por terra. O seu abandono parece ter ocorrido nos inícios do século VII d.C. (Soares 1984).

Data do século VII d.C. a necropolização de áreas anteriormente habitadas, da qual é exemplo a Sepultura E7 escavada na “Casa dos Mosaicos”, sita na Rua Joaquim Granjo 19 (Figura 11). O sepulcro, aberto numa fossa tendencialmente oval e delimitada por elementos pétreos e tijoleiras, albergou múltiplos enterramentos, dos que se registam duas inumações, uma de um indivíduo maturo do sexo masculino e outra de um indivíduo maturo do sexo feminino, bem como de um ossário com restos de dois indivíduos imaturos (Soares 2018: 177). A sepultura tinha uma orientação norte-sul e encontrava-se despojada de espólio funerário, como seria próprio do ritual cristão. A sua primeira utilização foi datada por Radiocarbono de 575-655 cal AD e a última deposição primária de 640-680 cal AD (Soares 2018: 177 – Fig. 2). Análises isotópicas realizadas sobre os restos osteológicos relevaram uma dieta rica em recursos marinhos (Toso - Alexander 2018: 204 – Tabela 1).

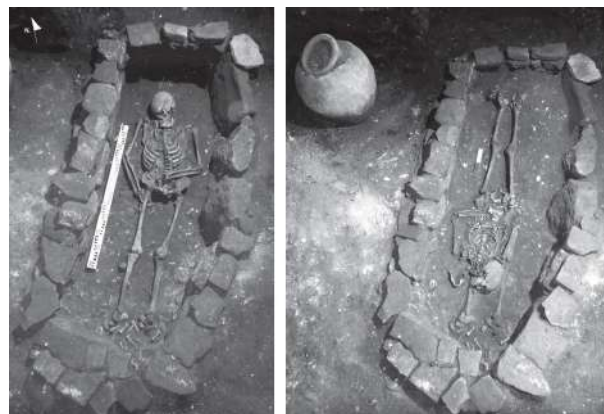


Figura 11

Intervenção	Níveis arqueológicos	Bibliografia
Travessa dos Apóstolos	Muros 7 e 8 Setor I – Camada 3	Soares 1984
Rua Joaquim Granjo 19	Sond. F - Camada 4A	Soares 2018
Travessa de João Galo 4-4B	Camada 2	Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014
Rua Fran Paxeco 165	Camada 3	Cândido - Seromenho 2003

Tabela 3

A escassez de estruturas arqueológicas datadas deste período releva a importância da Sepultura E7, uma vez que, se não fosse este tipo de marcadores, a hierarquização do tecido social urbano ficaria diluída nas raríssimas estruturas domésticas que se conhecem nas cidades alto-medievais peninsulares, fruto da perecibilidade dos materiais de construção e das técnicas construtivas empregues. Aliás, cremos que o uso da pedra na arquitetura da sepultura da “Casa dos Mosaicos” é um elemento significativo e que pode estar a marcar o estatuto dos inumados.

Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

No entanto, estas são, até ao momento, as únicas estruturas arqueológicas que se podem atribuir aos séculos VI e VII d.C. em Setúbal, o que, do ponto de vista quantitativo, nos parece exíguo, sobretudo se se tiverem em consideração outros indicadores. Durante a Alta Idade Média, o núcleo urbano continuou a consumir produtos importados, ainda que em quantidades muito mais reduzidas comparativamente a épocas anteriores. Os contactos comerciais com centros produtores do Norte de África mantêm-se, visto que à cidade continuam a chegar *Terra Sigillatas* africanas. Supõe-se também a existência de relações com o Império Bizantino, cuja corrente artística inspirou a decoração de um capitel identificado no Largo da Misericórdia (Limão 2010: 227-229). Na cidade, foram igualmente reconhecidas cerâmicas cinzentas estampilhadas produzidas na Gália Narbonense – as *Dérivées des sigillées paléochrétiennes* (DSP) –, o que demonstra que, de facto, a atividade portuária parece manter-se até ao século VI d.C..

Embora presentes, as produções de cerâmica fina acima mencionadas registaram-se em somente quatro sítios arqueológicos. Na Travessa de João Galo 4-4B recolheram-se fragmentos de *Terra Sigillata* Clara D nas formas 91, 99 e 104/105 de Hayes (Figura 12, 1-6), bem como fragmentos de cerâmicas DPS, um deles da forma 1 ou 3 de Rigoir (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 324) (Figura 12, 7-8). Da Travessa dos Apóstolos apenas se registam fragmentos relacionados com os centros produtores norte-africanos, porquanto foram identificadas as formas 99C e 104A de Hayes das séries de *Terra Sigillata* Clara D (Soares 1984). A forma 104A de Hayes encontra-se também representada entre a coleção da Quinta da Comenda (Trindade - Diogo 1996: 8-9). Entre o espólio cerâmico da Rua Fran Paxeco 165 encontra-se um fragmento decorado de DSP, cuja forma ainda está por determinar (Cândido - Seromenho 2003).

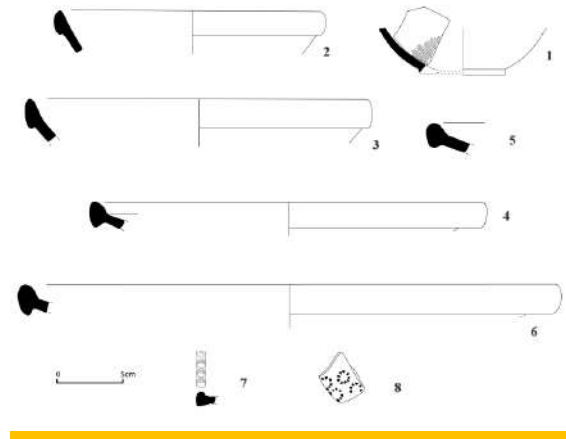


Figura 12

A cerâmica comum atribuível a esta época caracteriza-se por um conjunto limitado de formas fechadas – panelas, potes, potinhos e talhas – e de formas abertas – alguidares, pratos e tigelas –, prevalecendo quantitativamente as primeiras sobre as segundas. Nos séculos VI e VII d.C., as peças são maioritariamente cozidas em ambiente redutor, registando-se por vezes o seu arrefecimento oxidante. Da coleção cerâmica da Travessa de João Galo 4-4B constam fragmentos de recipientes com montagem manual, tratando-se essencialmente de produções locais ou regionais (Tavares da Silva - Coelho-Soares 2014: 326) (*vide* Figura 8). Uma análise conjunta das produções de *Terra Sigillata* e da cerâmica comum permite datar estes materiais arqueológicos em torno do século VI d.C., embora alguns possam ter cronologias mais recuadas no século V d.C. e mais avançadas até ao século VII d.C..



Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

4 - Conclusão

A análise crítica dos contextos arqueológicos associados ao período que medeia os séculos IV e VII d.C., demonstrados pela arqueologia desenvolvida na área urbana de Setúbal, permite lançar luz sobre os contextos de abandono das estruturas romanas e da posterior ocupação pós-romana e alto-medieval. As formas como alguns desses fenómenos aconteceram são diversas, mas identificáveis no âmbito das transformações urbanas que ocorreram nas cidades alto-medievais do ocidente peninsular.

Setúbal comporta-se, durante essa época, como um aglomerado urbano de cariz portuário e produtivo, tendo a produção de salgas de peixe adquirido um novo vigor ainda no século V d.C. em algumas oficinas que viram a sua atividade interrompida no Baixo-Império. Essa reanimação é, aliás, acompanhada pela diversificação tipológica dos contentores anfóricos em que se armazenavam e transportavam os preparados piscícolas. Atente-se ao facto de que a ânfora da forma Sado 3 é produzida no vale do Sado estritamente durante o século V d.C. e circula em simultâneo com outras formas mais antigas, como a Almagro 51a-b ou a Sado 1. A sua vocação como centro produtivo e distribuidor de bens é exaltada pela sua condição costeira que lhe possibilitou ser também um porto de chegada de produtos importados. A presença de cerâmicas finas e de ânforas exógenas na cidade, vindas do Mediterrâneo, revela a manutenção dos circuitos comerciais realizados por via fluvio-marítima até, pelo menos, aos inícios do século VII d.C.. Tal não parece verificar-se em núcleos urbanos mais interiores, aos quais esses produtos não chegariam tão facilmente e/ou em grande quantidade, demonstrando o progressivo e mais precoce abandono das rotas comerciais terrestres até ao interior do território.

No Baixo-Império e na Alta Idade Média, Setúbal seria certamente um aglomerado de pequena dimensão, desprovido de grandes edifícios públicos. O registo arqueológico não mostra indícios compatíveis com a existência, na cidade, dos típicos espaços públicos monumentais que caracterizavam as urbes romanas alto-imperiais, como a praça do *forum* ou um templo. Desconhece-se, até ao momento, qual seria a função do edifício monumental escavado na Travessa de João Galo 4-4B; no entanto, é possível presu-

mir que, dada a vocação de entreposto comercial da cidade discutida anteriormente, essa seria uma das prováveis funções a que estava destinado. Além disso, o tesouro monetário identificado na Rua Fran Paxeco é provavelmente reflexo da presença de uma aristocracia local, de cariz mercantil, durante os séculos III e IV d.C..

Tudo aponta para que fosse também um núcleo urbano desprovido de muralhas à semelhança de outras cidades litorais, como *Balsa* (Tavira) (Dias *et al.* 2020: 1404). Assim como em Tavira, a localização da necrópole da Ladeira de São Sebastião, de origem romana e muito provavelmente reutilizada em época tardo-romana, pode estar a definir um dos limites da área urbana de Setúbal, uma vez que a implantação dos espaços funerários ocorria fora do espaço habitado. A escassa existência de estruturas ou construções datadas desta época pode justificar-se pela simplificação dos modos de vida em relação a períodos anteriores. Não é difícil pensar numa cidade onde os seus habitantes viviam da pesca e dos recursos oferecidos pelo rio, em casas construídas com materiais perecíveis em detrimento do uso da pedra. A relativa proximidade com *Salacia* (Alcácer do Sal), que nos séculos VI-VII d.C. se assume como uma urbe com algum peso na transmissão de poder, na cobrança de impostos e até na difusão de cultura (Paixão *et al.* 2001: 208), permite supor que o núcleo setubalense estivesse sob a dependência administrativa dessa sede de município. Nas sexta e sétima centúrias, *Caetobriga* mantinha-se também sob a alçada religiosa da Diocese visigoda de *Ebora* (Évora), embora numa posição periférica em relação ao poder central e, neste caso, ao poder eclesiástico. Na verdade, isso pode explicar a formação do polo funerário e religioso em Tróia e a inexistência (até ao momento) de estruturas arqueológicas relacionáveis com edifícios de culto tardo-romanos ou alto-medievais na área urbana de Setúbal. O que é certo é que a ausência de espólio funerário, observada na Sepultura E7 do lote 19 da Rua Joaquim Granjo, confirma a assimilação dos cânones cristãos e o enraizamento do ritual funerário com o total despojamento material dos defuntos.





Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

A fase anterior à chegada das forças muçulmanas à Serra da Arrábida aparenta ser pautada pela emergência de poderes locais que procuraram absorver a influência de *Sala-cia*, instalando o seu centro de poder em Palmela. A investigação atual aponta no sentido de que o morro do castelo teria sido local de residência de uma aristocracia tardo-antiga/visigótica, a partir do qual faria a vigilância da entrada do Rio Sado, de *Caetobriga* e da Arrábida (Paixão *et al.* 2001: 201).

Servindo o presente artigo como ponto de partida e, fundamentalmente, de compilação de informação sobre a natureza dos contextos e os materiais arqueológicos associados às formas de abandono e de ocupação em época pós-romana e pré-islâmica, dar-se-á continuidade ao seu

estudo através da análise de coleções artefactuais que não tenham sido ainda estudadas de forma sistemática e, sobretudo, postas em relação com determinadas estruturas arqueológicas.

Agradecimentos

Este artigo foi produzido no âmbito do projeto de Pós-Doutoramento da autora, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projetos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

Bibliografia

- AMEAL, J. (1950) – *Setúbal: Sete séculos de História*. Setúbal.
- CÂNDIDO, M. J. - SEROMENHO, L. (2003) – *Relatório da intervenção arqueológica da Rua Fran Pacheco, N.º 165*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.
- CASTELO-BRANCO, F. (1954) – O problema da identificação de Cetóbriga com as ruínas de Tróia de Setúbal. *Revista BROTERIA*, 58: 703-709.
- CASTELO-BRANCO, F. (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. Separata da Revista *Ocidente: Revista portuguesa de cultura*, LXV.
- COELHO-SOARES, A. - TAVARES DA SILVA, C. (1978) – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. In TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (coords.) - *Setúbal Arqueológica*, 4: 171-201.
- COSTA, I. M. da (1905) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: habitações prehistoricas ao longo da costa maritima: estação prehistorica da Commenda: estações de Outão e Galapos. *O Archeologo Português*, X: 185-193.
- COSTA, J. (1960) – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos da cidade de Setúbal*. Setúbal.
- DIAS, L. F. (1980) – *Relatório da escavação da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal)*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.
- DIAS, V. S. - BERNARDES, J. P. - CANDEIAS, C. - GARCIA, C. T. (2020) – Balsa, topografia e urbanismo de uma cidade portuária. *Arqueologia em Portugal: 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: 1399-1412.
- FERNANDES, J. A. de C. (1975) – *Tesouro monetário romano da área urbana de Setúbal*. Lisboa.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2019) – 5. Producciones tardías orientales de vajilla fina: Late Roman C y Late Roman D. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. - MORILLO CERDÁN, Á. - ZARZALEJOS PRIETO, M. (eds.) - *Manual de cerámica romana IV. Producciones cerámicas de época medio-imperial y tardorromana*. Alcalá de Henares: 231-283.
- FERREIRA, F. B. (1959) – O problema da localização de Cetóbriga. Seu estado actual. *Conímbriga*, 1: pp. 41-70.
- FONTINHA, A. - BARRADAS, E. - GOMES, H. (2023) – *Reabilitação da Casa da Quinta da Comenda – Setúbal. Sondagens arqueológicas prévias (SAP) e Acompanhamento arqueológico (AA). Relatório preliminar*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.
- LIMÃO, F. (2010) – *Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal. Sécs. III/IV – VIII*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Olarias romanas do Sado. In FABIÃO, C. - RAPOSO, J. - GUERRA, A. - SILVA, F. (coords.) - *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: 221-238.



Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

- PAIXÃO, A. C. - FARIA, J. C. - CARVALHO, A. R. (2001) – Contributos para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli. *Arqueologia Medieval*, 7: 197-209.
- PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. S. (2016) – Tróia na Antiguidade Tardia. In ENCARNANÇA, J. d' - LOPES, C. - CARVALHO, P. C. (coords.) – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra: 309-333.
- QUARESMA, J. C. (2006) - Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9 (1): 149-166.
- SOARES, J. (1984) – *Escavações arqueológicas de emergência na Travessa dos Apóstolos – Traseiras da Igreja de Santa Maria (Setúbal)*. Relatório Preliminar. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.
- SOARES, J. (1997) – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. *Arqueologia* 97. *Al-Madan*, 2ª Série (6): 164-165.
- SOARES, J. (2000a) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 14): 101-130.
- SOARES, J. (2000b) - *Intervenção arqueológica de emergência na Rua Dr. António Joaquim Granjo, 36 (Setúbal)*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.
- SOARES, J. (2018) – Ocupação da Alta Idade Média. Sepultura E7. Cronologia e arquitetura. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 17): 175-179.
- SOARES, J. - FERNANDES, L. - TAVARES DA SILVA, C. - PEREIRA, T. R. - DUARTE, S. - COELHO-SOARES, A. (2019) – Pré-existências de Setúbal: Intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12. *OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, 3: 155-183.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 3): 87-101.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2018) - Introdução. Caetobriga: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 17): 11-42.
- TAVARES DA SILVA, C. (1990) – Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade. Separata do volume *Setúbal na História*. Setúbal: 107-122.
- TAVARES DA SILVA, C. (1996) – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In FILIPE, G. - RAPOSO, J. (coords.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/ Lisboa: 43-54.
- TAVARES DA SILVA, C. (2018a) - Intervenção arqueológica e sequências estratigráficas. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 17): 55-64.
- TAVARES DA SILVA, C. (2018b) – Ânforas romanas. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 17): 161-174.
- TAVARES DA SILVA, C. - CABRITA, M. (1966) - Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Lucerna*, 5. Porto: 572-577.
- TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – A Praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. In TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (coords.) - *Setúbal Arqueológica*, 6-7. Setúbal: 249- 284.
- TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (1987) – Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. In TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (dirs.) - *Setúbal Arqueológica*, 8. Setúbal: 221-237.
- TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (2014) - Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) – *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 15): 305-338.
- TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (2016) - Creiro (Arrábida): Um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19: 211-234.
- TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. - SOARES, J. (1986) - Fábrica de salga da época romana da travessa de Frei Gaspar (Setúbal). *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 3): 155-160.
- TAVARES DA SILVA, C. - DUARTE, S. (2009) – *Intervenção arqueológica Rua Arronches Junqueiro n.º 73-75 (Setúbal)*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.
- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (2020) - 3.11 Caetobriga (Setúbal, Portugal). In PIZZO, A. (ed.) - *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. *Mytra*, 6: 165-176.





Formas de abandono e de ocupação da cidade de Setúbal em época pós-romana e pré-islâmica. Um estado da investigação e uma agenda de futuro

- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. - GODINHO, R. (2010) – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo, nºs. 10-12. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 3: 165-178.
- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. - GODINHO, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, nºs. 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 4: 161-214.
- TOSO, A. - ALEXANDER, M. (2018) - Paleodietary reconstruction. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosai-cos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 17): 203-206.
- TRINDADE, L. - DIOGO, A. M. D. (1996) – Materiais provenientes do sítio romano da Comenda (Setúbal). *Al-Madan*, 2.ª Série (5): 7-12.
- VASCONCELOS, J. L. (1895) – Ruínas de Troia (frente de Setúbal). *O Archeologo Português*, I: 54-62.
- VIEGAS, J. R. (1977-78) – Quinta da Comenda: estação romana. *Informação Arqueológica*, 1: 32.
- VIEGAS, J. R. - SOARES, J. (1980) – *Estação arqueológicas da Quinta da Comenda (Setúbal)*. *Relatório da campanha de escavações em 1977*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.



Proposta de criação de uma Comissão de Defesa do Património Edificado

Pedro Fernandes

Setúbal define-se como uma cidade dotada de um percurso histórico particularmente rico, o qual merece ser observado e evidenciado em benefício da construção e manutenção contínua de um relevante sentido de pertença a este espaço por parte da população que faz de Setúbal, por nascimento ou escolha, a sua cidade. A história setubalense, repleta de transformações do foro agrícola, industrial, comercial e social traduziu-se, em vários momentos, na criação de património edificado extraordinário, algum do qual permanece na atualidade, permitindo manter uma valiosa proximidade entre o presente e o passado, tornando o “ontem” observável e tátil ao “hoje”.

Setúbal desfruta então da presença de diversos testemunhos físicos da antiguidade e da contemporaneidade, a partir dos quais é possível discernir e reforçar traços da própria identidade setubalense, assumindo-se esses mesmos testemunhos como marcos insubstituíveis de momentos, tendências, necessidades e evoluções que, no seu conjunto, tornaram Setúbal na cidade que é atualmente: um centro urbano que, embora caminhando para o futuro, perde cada vez mais e de modo irrecuperável, a capacidade de contato efetivo com partes do seu passado. Demolições recentes como a de uma secção do Aqueduto de Setúbal, de estruturas e residências privadas de interesse na Várzea e Algodeia, e de chaminés e fábricas da indústria conserveira sublinham a necessidade de um acompanhamento mais próximo por parte da LASA nos processos que conduzem ao desaparecimento desse tipo de património, especialmente do associado às vivências da contemporaneidade setubalense, o qual ainda não desfruta de muitas das proteções conferidas a património mais antigo (embora, ressalve-se, também essas se possam definir como imperfeitas).

Neste contexto, a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, entidade cuja missão inclui a defesa do património da Região e o dever de alertar para atos que resultem no prejuízo desse mesmo património, é chamada a tomar uma posição mais ativa e reivindicativa, ponto inclusive já referenciado e sublinhado, em diversas ocasiões, por associados e membros do público em geral. Assim, atendendo à confluência

da necessidade de expandir a proteção ao património edificado e efetividade do mandato e competências da LASA nesse domínio, esta proposta sugere a apresentação à Câmara Municipal de Setúbal de um plano para a constituição de uma “Comissão Municipal do Património Edificado”, órgão de carácter consultivo e de participação voluntária, de funcionamento em regime de parceria entre representantes da autarquia e da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (dotados de competências comprovadas nos campos da história, arquitetura, urbanismo, sociologia, etc.) sendo naturalmente aberto à inclusão de membros adicionais oriundos de outras entidades consideradas relevantes. Sumariamente, o propósito desta Comissão seria o de analisar e opinar acerca de projectos de demolição, alteração e renovação urbana, na ótica da defesa e salvaguarda de património edificado até meados do século XX.





Proposta de criação de uma Comissão de Defesa do Património Edificado

Além da emissão de pareceres relativos às linhas gerais dos projetos e ações futuras e em curso, esta Comissão encontrar-se-ia igualmente, mesmo em casos de demolição total, em posição de atuar em prol do resgate de elementos artísticos e arquitetónicos de relevância/interesse, acompanhando para esse efeito, no terreno, os referidos processos de demolição, apelando à salvaguarda de artefactos como serralharia e cantaria artística e decorativa. Verifica-se frequentemente uma notória boa vontade por parte dos intervenientes (empresas de demolição e construção) neste tipo de processo para a salvaguarda de itens específicos, algo não levado a cabo em diversos casos, simplesmente devido à ausência de elementos no local para advogar pela preservação dos mesmos. Este tipo de artefacto poderia, seguidamente, ser confiado a uma instituição museológica local, ou até reutilizado e requalificado, por exemplo, como adorno de espaços públicos de lazer, acompanhado da referência de origem, tornando-os em pontos de interesse valorizadores desses mesmos espaços.

Apesar de a Câmara Municipal de Setúbal contar com uma equipa de profissionais dedicados e competentes nas mais diversas vertentes da área do urbanismo, aparenta tornar-se cada vez mais evidente que a inclusão de vozes adicionais de sensibilidade acrescida à significância histórica do património edificado se define como algo oportuno e necessário, de modo a garantir que Setúbal continue, na melhor medida possível, a disfrutar no futuro do livre acesso ao seu passado. Além do mais, a ausência de quaisquer custos proibitivos na implementação de uma entidade de moldes semelhantes aos expressos nesta proposta, aliada à natureza meramente consultiva e de participação voluntária nessa/dessa mesma entidade, traduz-se no esboçar de uma opção de risco nulo ao funcionamento dos processos internos da Câmara Municipal de Setúbal. Aliás, o apoio a uma iniciativa desta ordem providencia até uma forma orgânica de evidenciar aos munícipes uma posição de particular sensibilidade por parte da Câmara Municipal às questões do património.

A LASA deixa deste modo em aberto e à consideração, uma proposta com vista ao abandono de uma posição frequente e forçosamente reativa às perdas do património edificado local de relevância, fazendo votos que esta possa ser substituída por uma capacitação de proatividade, cooperação e serviço à preservação do passado setubalense.



Maria Celeste Gomes*João Reis Ribeiro*

Foi em Beja que nasceu, mas Setúbal é a sua cidade desde há três décadas. É professora no ensino secundário, licenciada em Biologia, mas o seu tempo também se alimenta com a arte — o canto e a escrita poética são opções fortes na sua ocupação da vida.

Maria Celeste Gomes, com experiências diversas na arte de cantar e de escrever, tem colaboração escrita em diversas antologias promovidas por dois projectos radicados na cidade do Sado, a Casa da Poesia de Setúbal e a Galeria Atelier d'Arte Pólvora D'Cruz.

Já em 2025, publicou, em edição de autor, *Muros de Papel*, livro de poemas em que exprime a sua liberdade — “E como seria bom não ter medos! / E como seria bom sentir liberdade! / E como seria bom sentir borboletas / E deixá-las bater asas sem receio... / E não ter medo de apenas sentir! / E não ter medo de dizer / O que o coração nos fala.” Este excerto do seu poema “Borboletas” vai ao encontro de uma que tem sido sua preocupação dominante: “uma reflexão pessoal e artística sobre os tabus associados à expressão dos sentimentos e emoções femininas, sobretudo de natureza amorosa ou sexual”, como refere em curta nota de apresentação.

Sobre a escrita de Celeste Gomes, registou Manuela Palma Rodrigues, em prefácio para o livro publicado: “Encontramo-nos perante uma poesia de primeira pessoa, que se desnuda diante de nós, que nos contagia com uma sensibilidade fora do comum. A sua subjetividade atinge o coletivo ao revelar um percurso de vida, que pode ser o de qualquer leitor. A escrita demonstra um furor espontâneo, sem regras, cuja opção é levar-nos numa viagem ao seu mundo interior, ao desconforto do isolamento a que qualquer ser humano, por vezes, se sujeita, e que o leva a uma revelação necessária para sobreviver.”

Associada recente da LASA, chega a este “Ser Poeta” através do poema “Não se passa nada”, em oferta para os leitores.



Maria Celeste Gomes

"Nad se passa nada"

calma.

Nad se passa nada.

Passa a noite, passa o tempo.

Passa a bruma, passa a dor.

Tudo o consago sempre passa.

Passa a zanga e a amargura,

passa a tristeza - vem a doçura.

Deixa o tempo passar, que o tempo cura.

Vê como tudo sana e tudo acalma.

Dorme tranquila, repousa a alma,

que o tempo cura e o corpo sana.

Vê como tudo acalma.

Pela manhã, o sol nascerá.

Ideias novas a ti vão chegar

e, sem temor, voltarás a cantar.

A tua vontade, com calma virá.

calma.

calma.

Nad se passa nada.

Tu consegues,

Ficar em paz.

Sei calma.

confiar.

Sei feliz.

Seguir em frente.

És capaz!



Cariz Celso (Pereira)
junho/2025

Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos

Ricardo Vilhena



Chegar a Elvas é como entrar num teatro de pedra, onde cada baluarte ainda ecoa os gritos e silêncios das batalhas que ali se travaram. Poucas cidades europeias conservam com tamanha nitidez a marca do seu papel histórico como esta cidade-quartel. O guia turístico José Belfo é peremptório a este respeito: “Elvas é a Princesa da Fronteira”.

Aos 68 anos, Belfo marcha no sobe-e-desce das ruas de Elvas com a energia e o entusiasmo de um jovem soldado de oitocentos. E as três dezenas de visitantes, entre sócios e amigos da LASA e membros da Universidade Sénior de Setúbal tiveram que acertar o passo para o acompanhar numa visita guiada à cidade, no passado dia 10 de Maio. Elvas tem muito património para ver e uma semana seria pouco para quem quisesse visitar as mais de duas centenas de referências existentes neste concelho alentejano.

A comitiva de Setúbal viajou para Elvas num autocarro gentilmente cedido pela Junta de Freguesia de São Sebastião. E ainda antes de chegar, já cheirava a história: da autoestrada avistou-se Evoramonte, com a imponente cerca medieval teimosamente de pé, como que à espera que Duarte de Armas saísse da tumba para a debuxar. Foi aqui que se assinou o tratado que pôs formalmente termo à Guerra Civil Portuguesa (1828-1834).

Ainda dentro do autocarro, avistamos um dos cartões postais da cidade, o Aqueduto da Amoreira. Iniciado em 1537 por ordem de D. João III e com projecto do arquitecto Francisco de Arruda, estende-se por mais de sete quilómetros desde a Serra do Bispo até ao coração de Elvas. O pormenor

mais notável é a presença de 833 arcos ao longo de uma milha que, nalguns pontos, chegam aos quatro registos sobrepostos. Na década de 1980, o aqueduto ainda abastecia a cidade.

O conforto do autocarro permitiu ver alguns dos aspectos mais relevantes das muralhas abaluartadas do séc. XVII, com um perímetro de cerca de dez quilómetros e uma área de 300 hectares. Construídas no âmbito da Guerra da Restauração, seguindo de projeto do jesuíta holandês João Pascácio Cosmader, seguiram a primeira tradição holandesa de arquitetura militar e são consideradas um dos exemplares bem mais conservados a nível mundial deste género de construções.





Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos

Entre fontes, igrejas e museus: o património escondido no coração da cidade

Já a pé, passamos por outro importante marco do património ligado à água: a fonte da Misericórdia, um monumento de mármore ao estilo maneirista que abriga uma discreta estátua equestre de Dom Sancho II. A marcha prossegue pela estreita rua de Alferes Cristóvão Pinto até desembocar num pequeno largo onde a Misericórdia é personagem central, com a presença da igreja do mesmo nome e uma estátua a D. Manuel I, o monarca que instituiu o imposto “real de água” para solucionar o deficiente abastecimento de água a Elvas.

A igreja da Misericórdia é apenas a ponta do icebergue monumental que inclui o antigo edifício do Hospital da Santa Casa que, desde 2007, abriga o Museu de Arte Contemporânea de Elvas, instituição com tutela municipal que acolhe em depósito a coleção António Cachola, dedicada sobretudo a autores portugueses.

A comitiva setubalense teve direito a visita guiada pelas técnicas municipais. Albano Silva Pereira, Ana Hatherly, Belén Uriel, Joana Villaverde, Michael Biberstein, Osso Exótico, Pedro Diniz Reis, Pedro Falcão, Sara Graça, Sara & André, Sara Mealha e Susana Mendes Silva integram o conjunto de artistas representados na exposição que tivemos a oportunidade de ver e que reúne diversas obras, muitas delas inéditas. De acordo com a Direção das Artes, as peças propõem “um olhar sobre temas como a relação entre arte e património, política, a temporalidade da matéria e da percepção, bem como o afeto”.

Num diálogo entre memória e criação, o antigo hospital da Misericórdia acolhe hoje a arte contemporânea, renovando o seu papel como espaço de cuidado, agora do espírito e da imaginação. Do património mais antigo, destaque para os azulejos monocromos em azul cobalto sobre fundo branco, datáveis de 1740, uma herança da recuperação barroca, bem como a escadaria em mármore que comunicava para antigas enfermarias.

Subimos agora na direcção do Arco do Bispo, de volta perfeita, reminiscência de uma das cinco portas aberta na Segunda Cerca Islâmica de Elvas, um testemunho do crescimento da cidade para além da primeira cerca, naquela época. Estamos, grosso modo, no epicentro d’O Hissopo, poema herói-cómico de António Dinis da Cruz e Silva. O palácio

episcopal que encontramos mais acima é o lugar central da trama, que ridiculariza os abusos do alto clero na “marcial Cidade”.



Ladeado o edifício setecentista que alberga a câmara municipal, eis a sala de visitas da cidade: a praça da República. Um pouco acima, está a antiga Sé-Catedral de Elvas - a diocese foi extinta em 1881 por Leão XIII - que para além das camadas de construção e reconstrução onde se notam os estilos manuelino, barroco e rococó, tem um aparatoso órgão de tubos no coro alto. Um dos aspectos mais peculiares desta igreja é a sua fachada em forma de torre: estamos perante uma igreja com carácter fortificado.

Mais acima, a nossa visita de estudo chega ao largo de Dr. Santa Clara, um pequeno espaço onde convivem três pontos históricos. O primeiro destaque vai para o Arco do Dr. Santa Clara, uma curiosa construção cenográfica do século XIX com o propósito de assinalar uma lenda sobre um combate entre os Mouros e cavaleiros templários, durante o qual se teria aberto um vão por onde as tropas cristãs teriam entrado. O arco é um caso típico de história a brincar: trata-se de uma espécie de lego oitocentista romântico, onde as pedras foram empilhadas mais para contar uma lenda do que para guardar a cidade.

Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos



O segundo elemento a destacar é o pelourinho de Elvas, uma peça em mármore de estilo manuelino. Estamos perante uma espécie de ficção, também ela peculiar: a peça original estava em Ouguela, Campo Maior, a uns bons 30 km de Elvas. A abolição da pena de morte para crimes civis em 1867 terá contribuído para o seu desmantelamento. Foi guardado, aos bocados, num museu arqueológico, em 1872 e foi em pleno Estado Novo, por volta de 1942, que se lembraram de o reconstruir, seguindo uma gravura antiga publicada na revista Panorama, de 1839. Ainda está por distinguir o que é manuelino original dos acrescentos neo-manuelinos do século passado, mas a peça impressiona pela sua decoração e pelos seus ferros, simbolizando a justiça e a administração local.

Finalmente, outra ilusão: o Convento das Dominicás, mesmo em frente do pelourinho, no antigo Largo das Freiras. Dizemos ilusão, porque do convento quinhentista, só ficou a capela. O resto foi demolido já no século passado, dando lugar a um cine-teatro e à Escola Primária da Alcáçova. Ao entrarmos na capela somos logo confrontados com a particular forma octogonal, relacionada com a ideia renascentista de perfeição. Para além da riqueza em azulejos, pudemos ver a riqueza de inscrições tumulares, conhecida por uma excêntrica abreviatura, sem paralelo em Portugal, da palavra "Herdeiros" composta por um "R" e um "S". Um dos túmulos pertencia a alguém que terá viajado pelo Oriente, afiançou o nosso guia e tem uma decoração por invulgar,

um jarrão e dois dragões chineses. O lado exterior do edifício começa a dar sinais de uma alarmante falta de manutenção.

Já sem tempo para subirmos ao castelo, iniciamos a nossa descida pela Rua dos Quartéis. Os edifícios militares abrigam agora fregueses à procura de frescos, estudantes universitários e turistas. Do lado direito, todas as pedras nos fazem continência. À esquina há um mercado que já foi cinema, antes teatro e antes ainda uma casa que guardava as barcas usadas para a travessia militar da fronteira espanhola nos rios Caia e Guadiana. Mais abaixo, a Escola Superior de Biociências ocupa o quartel do Trem, que serviu para guardar o arsenal militar no séc. XIX. Onde era o Conselho de Guerra, opera agora um hotel de quatro estrelas.

Próxima paragem: a cisterna de Elvas, do século XVII. O nosso guia abre-nos a porta e diz-nos, com segurança, que o edifício foi construído "à prova de bomba". Vemos a enorme cuba do cimo de uma escada com 25 degraus: a altura é impressionante. Um relatório do Conselho de Guerra, de 1684, comparava-a mesmo a "obra de romanos", pois podia "dar de beber a tudo que houvesse dentro da cidade, durante quatro meses, não importando que o inimigo destruísse os canos, como o podia fazer sempre que quisesse".



Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos



A comitiva de Setúbal seguiu depois para o Museu de Arqueologia e Etnografia Tomás Pires, onde foi apresentada com nova visita guiada. O museu apresenta a exposição permanente “Território: do Passado ao Presente, das Pessoas aos Objetos”, equilibrando objetos da coleção de arqueologia António Tomás Pires com os da coleção de etnografia proveniente do Grémio da Lavoura de Elvas. A exposição permanente é marcada por várias mesas onde o visitante pode interagir com os objetos e acionar animações que mostram reconstruções das vivências.

Recorde-se que Elvas teve um dos primeiros museus regionais do país (1880) que funcionou em conjunto com a biblioteca, até a câmara local ter separado as duas valências, por volta de 2004. Este museu ocupa um antigo espaço militar que servia de depósito de trigo, cevada e palha e também de Padaria Militar: ainda é possível observar os fornos e documentos manuscritos ligados a estas atividades. Os responsáveis pelo museu tiveram o cuidado de destinar uma sala à história do museu/biblioteca e outra à “memória do edifício”, com uma instalação audiovisual que mostra entrevistas a antigos trabalhadores.

Forte de Nossa Senhora da Graça: um manual de engenharia defensiva

A meio da tarde, os setubalenses partiram para a conquista do Forte de Nossa Senhora da Graça. De autocarro, claro. Dominando a paisagem, o forte, construído entre 1763 e 1792, é um manual de engenharia defensiva em estado puro. Na verdade, esta data de 1792 é uma história mal contada: cinco anos depois, o governador da praça, tenente-general Francisco Noronha, foi dar com a fortaleza em com partes ainda por construir e com os projetos desaparecidos. Um dos principais responsáveis, Guillaume-Louis-Antoine de

Valleré, tinha falecido um ano antes. Um relatório militar da época recomendava mesmo que se fosse atrás da viúva de Valleré para lhe perguntar pelos planos do forte...

Este episódio é particularmente interessante, se pensarmos que o conde Lippe é frequentemente lembrado como o responsável pela obra, ao ponto desta complexa maravilha arquitectónica, posta à prova tanto na Guerra das Laranjas (1801) como durante os bombardeamentos franceses da Guerra Peninsular (1811), ser também designada por Forte de Lippe. Uma injustiça para Valleré. As alterações introduzidas por Valleré no Forte da Graça não foram meras adaptações: representaram uma ousada evolução sobre o próprio sistema de Vauban, reforçando o poder de fogo. Estas inovações, forjadas na vanguarda da engenharia militar, seriam depois consagradas nos tratados de fortificação que moldaram a arte da guerra nos novos tempos, antecipando já as transformações que marcariam a transição do século XVIII para o século XIX.

Quem o visita percebe que a fortaleza não foi um mero posto militar: foi um lugar de vida, de vigilância e de sacrifício. Chegou a ser um cárcere para presos políticos e o nosso guia mostrou-nos fotografias do abastecimento de água ao forte que era feito por presos a carregar barris. A cada passo, o visitante sente, como sentiria o invasor de outrora, que transposto cada obstáculo, há outro à espreita, seja ele uma cova de lobo, um fosso, uma muralha, um hornaveque ou um revelim. E mesmo que o turista tenha as portas abertas e circule em total segurança, perder de vista o guia pode significar ficar irremediavelmente perdido, tal é o labirinto geométrico que aqui está presente e que justifica que o forte seja uma das principais atrações da “Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e suas Fortificações”, Património Mundial da Unesco desde 2012, após um esforço da autarquia para a recuperação patrimonial da cidade e arredores.

Elvas: entre muralhas que falam e lições que esquecemos

Uma lição para Setúbal:

o que Elvas nos ensina sobre preservar o património

Elvas carrega, no mais profundo da sua consciência colectiva, o peso e o orgulho de ter sido, durante séculos, a sentinela entre o reino e as ameaças que vinham de além-fronteira. Cada pedra das suas muralhas, cada linha das suas fortificações, testemunha o papel que a cidade assumiu como último garante da independência de Portugal. Não foi apenas um bastião militar: foi um espaço onde a História se viveu na pele, e onde a defesa da soberania se transformou em identidade. Elvas soube articular passado e presente. Esta cidade fortificada sabe que os seus maiores combates hoje são culturais.

Elvas é um caso exemplar de preservação e valorização do

património militar e urbano. Não deixa de ser amargo, para um setubalense, constatar o contraste com a situação dos baluartes que restam da praça-forte de Setúbal e do chamado Castelo Velho (Forte de São Luiz Gonzaga), bem como do que resta do aqueduto e dos chafarizes. Aqui, onde também existiu uma notável arquitectura abaluartada, muitos dos vestígios sobrevivem em estado de abandono e desmemória - visite e confira por si mesmo, caro leitor, o deplorável estado do baluarte do Livramento, por exemplo. Visitar Elvas não é apenas viajar no tempo, é também recordarmos que a defesa da nossa herança patrimonial exige vigilância tão constante quanto outrora exigiam os muros destas fortalezas.



Coincidências

José Antunes

Com tantos acontecimentos ocorrendo por esse mundo fora, não será de estranhar que ocorram coincidências. Mas, mesmo assim, não deixam de provocar no comum dos humanos sensações de mistério, superstição, premonição, enfim, sinais do outro mundo. E há também as outras coincidências.

Há dias, não me recordo em que canal, passaram imagens de um filme, já com um par de anos, cuja acção decorria em Timor, durante a invasão japonesa daquele território no decorrer da II Grande Guerra.

A palavra Timor fez-me recuar duas décadas e vi-me em Sernancelhe, terra antiga, mesmo anterior à nacionalidade, mas não muito falada, apesar da boa qualidade das castanhas que produz, do Santuário de Nossa Senhora da Lapa e, ainda, por ter sido berço de pelo menos dois grandes nomes pátrios: O Marquês de Pombal e Aquilino Ribeiro. Mas

as coisas mudaram um pouco a partir do dia em que lá teve lugar uma emissão especial do “Preço Certo”, com a cobertura televisiva que o acontecimento reclamou.

Uma curiosidade da terra é a história do sardão, conhecido como o Lagarto da Lapa ou Sardão da Lapa.

Conta uma lenda, entre outras, que um homem de Sernancelhe, vivendo na Índia, foi atacado por um crocodilo. Vendo-se apertado e sentindo que os seus dias estavam próximo do fim, pediu auxílio à Nossa Senhora da Lapa para que esta lhe desse forças para matar o bicho. E tendo sido satisfeito o seu pedido, não só o matou, como também o esfolou, tendo a pele empalhada sido oferecida ao santuário, como tributo pela graça concedida, e lá esteve pendurada na igreja alguns séculos. O tempo não perdoo e já não existe tal pele, mas uma réplica de plástico do bicho, jacente, mantém viva a lenda.

Coincidências

Há vários anos, integrei a comitiva que acompanhou o Presidente de Timor Leste na visita que fez a Sernancelhe, integrada numa comemoração no âmbito da CPLP. Que coincidência, a ilha de Timor, de que o país Timor Leste faz parte, tem a forma de um crocodilo (aceite-se com alguma boa-vontade), e diz a lenda que a sua origem esteve na transformação de um destes animais.

Como sempre acontece nas visitas oficiais (e nas outras também), houve discursos. Quando tocou a vez ao Presidente da Autarquia, este, a certa altura, disse que aquele dia era um dia muito importante para Sernancelhe, porque,

pela primeira vez na sua existência, era visitado por um chefe de estado, coisa que nunca antes tinha acontecido, reforçou.

Alguns dias depois deste discurso, a comunicação social anunciava que o Presidente da República Portuguesa se deslocara a Sernancelhe, em visita oficial, para inaugurar o Centro Municipal de Artes e a Escola Municipal de Trânsito.

Coincidências.



Umas quantas palavras sobre Assírio Bacelar

Fátima Ribeiro de Medeiros



No passado dia 4 de dezembro de 2024 deixava o convívio dos amigos e passava a engrossar a lista dos imortais o editor e autor Assírio Bacelar, de seu nome completo Assírio Rodrigues da Cunha Bacelar, fundador de editoras como a Assírio & Alvim, a que legou o seu nome próprio (1972) e a Vega (1975), que no início deste milénio havia de surgir com novo fôlego sob chancela da Nova Vega. Deu também vida a projetos editoriais como *Compendium* e *Século XXI* que, entretanto, foram chegando ao fim. Natural de Miragaia, concelho do Porto (7 de Abril de 1939), foi, porém, Paredes de Coura, berço dos seus maiores, que assumiu como sua raiz, dedicando-lhe atenção ao longo dos anos e homenageando-a nos livros *Leonardo e o Papagaio* (2006), *O Pequeno Herói da Travanca – Uma História das Guerras da Restauração* (2013) e, mais recentemente, *Miguel Dantas – Uma Vida Exemplar Contada aos Jovens* (2023).

Personalidade inquieta, problematizando e refletindo sobre as grandes questões do seu tempo, e editor comprometido com a qualidade e originalidade criativa das obras que foi publicando, empenhou-se na divulgação cultural, partindo

de princípios democráticos que sempre orientaram o seu pensamento e a sua ação. Inúmeros escritores, entre eles nomes como António Lobo Antunes, Mário de Carvalho ou João de Melo, viram pela primeira vez um original seu transformado em livro através das chancelas do Assírio. O catálogo das suas editoras é variado e comporta temas tão diversificados como a literatura de ficção – nacional e estrangeira – a poesia, o ensaio (abrangendo diversos âmbitos como a literatura e os estudos literários, a filosofia, a ecologia ou a educação física), a literatura africana, a literatura tradicional de transmissão oral, a literatura para a infância, a biografia, entre outros. Sem ceder a populismos menorizantes, muitas das suas edições são consideradas um serviço inestimável à cultura, mesmo que a sua publicação não tenha sido alvo de apoios, tendo o editor de assumir todos os riscos dessas opções.



Umas quantas palavras sobre Assírio Bacelar

Quem lê como quem respira, mais cedo ou mais tarde também precisa de dar o seu contributo na escrita. Além de prefácios e de outros artigos, da coordenação de obras coletivas e de outros contributos que a sua função de editor pedia, o seu nome figura como autor na ficha técnica de diversos livros destinados a diferentes leitores, a saber: *O Espantalho às Avestas* (1992), *A Estrelinha da Manhã* (1996), *Leonardo e o Papagaio* (2006), *Rita e a Lenda da Lagoa das Sete Cidades* (2012), *O Pequeno Herói da Travanca – Uma História das Guerras da Restauração* (2013), *Memórias de um Brinquedo que se Partiu* (2015), *Sob o Signo de um Deus Menor* (2019), *O Homem do Nariz Vermelho e Outras Histórias* (2022), *Miguel Dantas – Uma Vida Exemplar Contada aos Jovens* (2023). Sobre a sua secre-

tária outros manuscritos ficaram à espera de revisão e publicação. Entre o material que deixou inédito está o romance *A Fábrica de Ilusões*.

Assírio Bacelar sempre gostou de visitar Setúbal, nomeadamente no verão. Várias vezes a cidade se cruzou com ele e a família, ora em noites quentes e ruidosas quando a Feira de Sant'Iago se estendia pela Avenida Luísa Todí, ora no areal da Figueirinha, ou frente a um bom prato de sardinhas assadas.

Partilha-se aqui um texto de Assírio Bacelar, um excerto (capítulo V) do romance biográfico *Memórias de um Brinquedo que Se Partiu*, um presente de amigo para amigo deixado pelo editor.

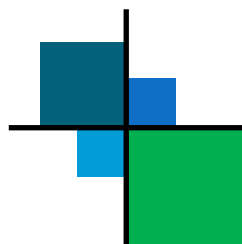
O DIA DE GRAÇAS

Também para nós, os miúdos, o domingo era um dia especial por virtude dos prazeres que nele nos eram proporcionados. Dia de graças, como nós lhe chamávamos, já que, tendo em conta a situação de penúria crónica em que vivíamos, a satisfação de qualquer necessidade, por mais elementar que fosse, assumia foros de uma autêntica “graça divina”, à qual Deus, naturalmente, todo onipotente e misericordioso (cito a cartilha que me ministravam na catequese) não devia ser estranho. Nem Ele nem o seu ilustre mandatário, o Cardeal Cerejeira, que, no dizer dos meus professores de religião, era também muito amigo dos pobres. Principalmente daqueles que não tinham onde cair mortos e pediam esmola em cada canto da cidade. Por isso mesmo é que se havia instituído a sopa do barroso, ou sopa do Sidónio, como também se lhe chamava, acto benemérito de inspiração cristã, que os mais humildes e necessitados não se cansavam de louvar e agradecer. Mais do que isto, só quando morressem. Nessa altura, como grande prémio de consolação, estava-lhes garantida a entrada no reino dos céus, nesse suprema só concedida aos pobres e aos bem-aventurados, como se podia depreender daquela história da agulha e do camelo que a igreja não se cansava de referir. Descrente dessa vida celestial e inimigo acérrimo dos padre-

cas, autênticos parasitas e hipócritas que a seu ver viviam e medravam à custa da ignorância e credence desses pobres de espírito, o meu pai dizia que essa parábola, nome dado a histórias daquele género, não passava de uma refinada patranha para os iludir e os levar aceitar sem um queixume a sua ignominiosa miséria.

Dessas “graças divinas”, devo referir, pela importância que tinham na minha vida quotidiana, as seguintes:

O banho de água quente numa selha, espécie de bacia em madeira, também usada para lavar a roupa, onde nós, os mais pequenos, por razões de ordem prática e economia doméstica, éramos lavados aos pares, pois tanto a água e o sabão azul e branco como a lenha para o fogão pesavam no escasso orçamento familiar;





Umas quantas palavras sobre Assírio Bacelar

A permissão para usar o fatinho de cotim azul-escuro listrado de branco e as botas de cabedal mal-amanhado, que o Estado Novo providenciava aos filhos dos funcionários mais modestos do Comissariado do Desemprego por altura do Natal, numa festa gratuita (espécie de sarau para trabalhadores) onde nunca faltavam palhaços e ilusionistas, os primeiros para fazerem as crianças rir e esquecerem a sua indignância e os segundos, talvez para levar os adultos a pensar em como seria bom terem também uma varinha mágica graças à qual pudessem tirar de uma cartola semelhante tanto dinheiro quanto os lenços de cor garrida que de lá saíam, ou, pelo menos, um coelho que desse para uma boa refeição, dádiva a que muitos se referiam ironicamente como a “lei das compensações”, ou seja, pagava-se-lhes mal, mas, em contrapartida, tratava-se-lhes dos filhos, mais do que isso seria pedir muito, quase todos acabavam por o reconhecer, principalmente quando o Senhor Comissário afirmava, no seu costumeiro e simpático discurso de boas-festas, que sem Salazar e sua Eminência o Cardeal Cerejeira a pobreza seria muito maior, alguns não só concordavam como até lançavam vivas a um e outro, o meu pai dizia que eram os mesmos sabujos que iam dar vivas na União Nacional, pelo que era preciso trazê-los debaixo de olho;

O rancho melhorado que nos dispensava do óleo de fígado de bacalhau, fortificante indispensável à nossa saúde e crescimento que durante os dias da semana servia igualmente para contrabalançar a mingua de alimentos;

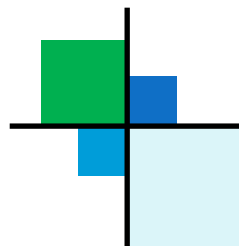
A concessão de um tempo extra para os nossos prazeres e folguedos – se os negócios da sucata e do papel corriam bem, enchiam-se os bolsos de tremozos, pevides, pinhões e alfarrobas, e ainda dava para um daqueles formidáveis filmes com o Tim McCoy ou Bomba, o Filho da Selva, no “piolho” lá do sítio, ou noutra qualquer (era assim que designávamos os cinemas com cadeiras de “suma-pau” e clientela menos fina, onde as piadas como “ó marreco, olha o sonoro” e outras, de gosto mais duvidoso, eram frequentes), isso ou umas voltas nos carroséis e automóveis da Feira Popular, alternativa sempre apetecível; se os negócios fraquejavam, então, ia-se ao Pavilhão dos Desportos, no Parque Eduardo VII, onde, à borla, podíamos ver os filmes de desenhos animados com o Pato Donald, Rato Mickey, Pica-pau e Pitosga, e os filmes do SNI, não tão divertidos como aqueles mas muito instrutivos, por eles ficávamos a saber um sem número de coisas importantes sobre a nossa saúde e bem-estar, como, por exemplo, que todas as doenças eram provocadas por micróbios e vírus e que estes, tão feios

e ruins como apareciam no ecrã, se escondiam por toda a parte, nos sítios mais recônditos e inesperados, prontos a atacarem-nos ao menor descuido ou falta de prevenção, falhas muito frequentes nas casas onde não havia uma boa higiene e alimentação, daí à peste bubónica ou à tuberculose era um passo, das necessárias condições económicas para provir uma e outra coisa e assegurar uma assistência médica que evitasse o ingresso prematuro na quinta das tabuletas é que os filmes não falavam, não era preciso, se calhar bastava-nos o clima, que não podia ser melhor, de contrário já teríamos morrido todos, excepto, claro, os ricos, que esses tinham meios de preservar a saúde e a vida sem a ajuda do clima e dos filmes do SNI.

Veze havia em que eu conseguia umas receitas extraordinárias, ajudando o homem da banha da cobra. Ajuda que além de lucrativa me divertia imenso.

Para quem não saiba, o homem da banha da cobra era um propagandista ambulante que ganhava a vida na rua a publicitar e vender uns remédios miraculosos que, segundo ele, curavam toda a espécie de maleitas. Fosse para matar lombrigas, fosse para acabar com o reumático ou a ciática, fosse para exterminar parasitas ruins, como piolhos, lêndreas, percevejos ou carraças, nada havia que os seus remédios, únicos no mundo, não resolvessem e com resultados mais do que comprovados em toda a parte.

Conhecedor do seu local de trabalho e da hora em que o exercia, hora de saída dos empregos que era naturalmente a mais propícia ao negócio, eu postava-me sempre à frente dos curiosos, que lentamente se iam ajuntando, certo de que ele, nos números que fazia para atrair a clientela, iria precisar de um ajudante e dava preferência a uma criança que se prestasse a tudo e não pusesse a descoberto as suas manhas e truques.





Umas quantas palavras sobre Assírio Bacelar

Não sei se por via do seu aspecto mal-amanhado, de que se salvava apenas um bigodinho fino aparado à moda brasileira e o cabelo bem penteado e lustroso à base de brilhantina barata, ou se por via dos métodos e palavrório que utilizava para vender esses produtos, havia muito quem escarnecesse dele. “Cala a boca, aldrabão” ou “Vai vender a banha da cobra para outro lado” eram as provocações usuais a que ele, arvorando um ar entre ofendido e desdenhoso, retorquia sempre deste modo: “Estão a ver, estão a ver, está aqui um homem na praça pública, provido das melhores intenções, a pugnar por esse bem precioso que á a saúde, e ainda ouve insultos destes!”.

A risada era geral mas todos acabavam por reconhecer que a piada, soltada de longe, por vezes em cima de uma camioneta de carga que passava perto do ajuntamento, tinha o seu quê de injusta e despropositada já que, até experimentarem, ninguém tinha o direito de pôr em causa o resultado das panaceias que ele apregoava. Tanto mais que o preço, olhando ao remate final da propaganda, “Não custa dez, nem cinco, nem dois, nem um, custa apenas vinte e cinco tostões, e quem levar dois frascos leva um absolutamente de graça”, até se podia considerar uma pechincha.

Os números de entretenimento de que esse propagandista se socorria para engrossar o público, mantê-lo interessado, e, conseqüentemente, ganhar o dia, tinham tanto de cómico como de original.

Munido de uns tantos apetrechos, entre os quais duas malas, uma maior com os remédios e outra mais pequena que dizia albergar dois bichos extraordinários, uma cobra que já tinha matado 117 pessoas mas que ele tornara inofensiva e um lagarto com poderes hipnóticos, fenómenos de que, talvez por a cobra ser imaginária, só exibia o segundo, uma espécie de lagartixa em ponto grande, o espectáculo começava com ele a anunciar a existência do lagarto, e, batendo com uma varinha nessa mala, a pedir-lhe que saísse de dentro dela e se mostrasse. Como o bicho não saísse logo, ele insistia com mais pancadinhas ao mesmo tempo que ia comentando: “o Nicolau hoje está muito envergonhado, não é costume mas tem dias assim”. Até que finalmente, perante uma batida maior, o lagarto lá saía cá para fora mas logo voltava a enfiar-se na mala, decerto assarapantado por ver tanta gente à volta e, claro, sem hipnotizar ninguém.

Após isso, já com um ajuntamento considerável, seguiam-se os números em que eu entrava:

Um em que tinha de segurar um cartucho feito com papel de jornal em forma de cone onde ele metia uma nota de vinte escudos a que fingia pegar fogo para depois, com uns

passes de magia barata, a fazer reaparecer intacta num dos bolsos das minhas calças.

Outro em que ele, para publicitar a eficiência de um remédio contra os parasitas que mais afligiam as crianças, sobretudo as de baixa condição, me lavava a cabeça num alguimar, e, depois disso, a polvilhava com um líquido acastanhado e mal cheiroso, que, devo confessar, por não estar imune a esses parasitas, me provocava algum alívio, pese embora o efeito contrário que teve da primeira vez, quando o meu pai, desabrido por me ver aparecer com a cabeça toda empapada desse remédio pestilento, me brindou com uma tarefa de criar bicho. Revés que me levou, a partir daí, para preservar os cobres que essa operação me rendia, a pedir ao homem da banha da cobra que reduzisse a dose e me enxugasse melhor a cabeça.

E um terceiro em que tinha de intervir outro participante, um puto à cata de uns tostões como eu, que envolvia um jogo em que cada um de nós procurava chegar mais depressa a uma moeda de 2\$50 presa no meio de um cordel, absorvendo com a boca as suas compridas extremidades, ou seja, cerca de um metro de cordel.*

Perito que estava nesse jogo, desnecessário será dizer que era eu quem sempre saía vencedor e, por entre as risadas e aplausos da assistência, arrecadava essa merecida moedinha branca, graças à qual podia melhorar bastante os meus folguedos e aumentar o meu investimento nos rebuçados da bola que além de satisfazerem a minha gulodice me habilitavam a um prémio mais que sonhado: a famosa bola de cautchu com a qual, ao invés da bola de trapos, podia jogar futebol a sério: assim me saísse o número mais custoso, ou seja, o número da bola.

Por tudo o que disse atrás, o domingo era pois o dia mais apetecível da semana e, por isso, aquele em que eu aguardava sempre com a maior impaciência e ansiedade. O mesmo acontecia com o filho da minha irmã Joana que também nesse dia podia vestir e comer um pouco melhor e com quem eu não deixava de repartir o produto dos meus negócios mesmo que ele, por mais novo e inexperiente, não tivesse participado neles.

Assírio Bacelar, *Memórias de um Brinquedo que se Partiu* (V), Lisboa, Vega, 2015, pp. 39-43.

* Moeda antiga.

Cultura do Encontro do Papa Francisco

Isabel Melo e P. Casimiro Abreu Henriques

Comissão Diocesana da Pastoral da Cultura



O Papa Francisco deixou uma marca indelével na Pastoral da Cultura ao longo do seu Pontificado, promovendo uma visão que interliga arte, história, fé e educação. Destacou a importância da cultura como um meio de iluminar o presente e preservar a memória do passado, ajudando as novas gerações a crescerem com fortes raízes para um futuro mais fecundo. Por outro lado, promoveu a arte como um meio de diálogo e encontro, destacando a sua capacidade de revelar a beleza, a verdade e a esperança.

Sempre incentivou a valorização do património cultural e religioso, promovendo iniciativas que juntam a espiritualidade à criatividade. A sua menção aos frescos da Capela Sistina de Michelangelo, às obras de artistas como Rafael e Bernini nos Museus do Vaticano, a visita aos estúdios de Cinecittà e o seu apoio a projectos artísticos contemporâneos, como os retratos da comunidade carcerária, são exemplos do seu compromisso em usar a arte como uma ponte entre fé e sociedade. Ajudou também a promover iniciativas que valorizam a colaboração entre fé e razão, como o apoio a universidades e projetos educacionais.

Francisco, a quem me apetece chamar o Papa do Encontro, promoveu e enfatizou a "Cultura do Encontro", conceito central no seu Pontificado, refletindo a sua visão teológica e pastoral. Para ele, essa cultura representava a construção de pontes entre pessoas e as suas tradições, comunidades e nações, promovendo o diálogo, a solidariedade e a inclusão. Frequentemente destacou a importância de "encontrar o outro" com compaixão, escuta ativa e respeito mútuo, superando preconceitos e divisões. Ele acreditava que a cultura e a arte têm o poder de transformar dor em esperança e dar voz aos que não têm voz.

O Papa Francisco aplicou essa ideia em diversas áreas, como o diálogo inter-religioso, o acolhimento de migrantes e refugiados, a busca pela paz em regiões de conflito e educação e arte em espaços de encontro. Ele acreditava que a "Cultura do Encontro" era essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir uma sociedade mais justa e fraterna.



Cultura do Encontro do Papa Francisco



Francisco foi inspiração para diversas obras de arte ao longo de seu Pontificado, especialmente na arte contemporânea e urbana. Alguns desses exemplos foram Arte de rua por Maupal, que criou várias obras icônicas como o Papa com asas, destacando sua mensagem de esperança e de inclusão, ou ainda o Mural em Albano mostrando o Papa a limpar o céu da poluição, também a Exposição "Habemus Papam", feita no Paraguai e ainda a Obra no Hospital Menino Jesus, uma imagem tocante em que mostra o Papa em uma cadeira de rodas, junto com uma criança, soltando uma pomba da paz, representando fragilidade e força. Essas obras refletem os valores e mensagens que o próprio Papa Francisco promoveu no cuidado com os marginalizados e mais vulneráveis.

Abordou temas relacionados com a cultura e a arte em várias das suas encíclicas, nomeadamente a *Laudato Si* de 2015, que embora focada na ecologia integral, também reflete sobre a importância da cultura e da arte como expressões da criação divina. O Papa destaca como a beleza

artística pode inspirar um cuidado mais profundo pela "Casa Comum". Do mesmo modo, na *Fratelli Tutti* de 2020 sobre fraternidade e amizade social, o Papa menciona a cultura do encontro e a importância do diálogo entre diferentes culturas. Essas encíclicas mostram como o Papa Francisco valoriza a arte e a cultura como instrumentos para promover a harmonia, a solidariedade e a espiritualidade.

O Jubileu dos Artistas e do Mundo da Cultura foi um importante evento realizado entre os dias 15 e 18 de fevereiro de 2025, no Vaticano. Este evento de crentes e não crentes fez parte do Ano Santo e foi organizado pelo Dicastério para a Cultura e a Educação. A missa principal, que ocorreu na Basílica de São Pedro, foi presidida pelo cardeal José Tolentino de Mendonça, que leu a homilia preparada pelo Papa. Na mensagem, Francisco destacou o papel dos artistas e das pessoas ligadas à cultura como "testemunhas da visão revolucionária das Bem-Aventuranças", incentivando-os a transformar dor em esperança e a revelar a beleza escondida na fragilidade e no sofrimento.

O Papa enfatiza que a arte é uma fonte de harmonia e paz, especialmente num mundo marcado por egoísmos e conflitos e disse numa sua reflexão que "quando admiramos uma obra de arte ou qualquer maravilha que seja fruto do engenho e da criatividade do homem, o Espírito leva-nos a agradecer ao Senhor do fundo do nosso coração".

Nós, Pastoral Diocesana da Cultura, agradecemos-lhe profundamente, Papa Francisco, o ter-nos deixado o seu legado da Cultura do Encontro, onde cabem todos de diferentes culturas, países e crenças. Para sempre ficará gravada a sua mensagem na "Colina do Encontro" no Parque Eduardo VII, aquando das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) de Lisboa, 2023, como um espaço simbólico, onde milhares de jovens se puderam reunir, dialogar e celebrar a fé e a fraternidade.





Projecto Urban Sketching no Centro Histórico de Setúbal

Conhecer, Observar, Representar, Dar a ver

Parceria LASA-ARTISET



Introdução

Partiu-se de uma ideia simples: circular de modo esclarecido pelo Centro Histórico, olhar, interpretar, representar e dar a ver, de forma breve, as primeiras impressões dessa viagem, iniciada a 22 e 29 de Março/2025, tendo por base a premissa de que no *Centro Histórico da cidade se localiza a herança mais preciosa dos seus habitantes, a sua memória colectiva*.

Partimos do Miradouro de S. Sebastião, lugar de ver a baía de Setúbal, passámos sobre o primeiro povoado estável da foz do Sado, com c. de 3000 anos, depois de franquearmos a porta de S. Sebastião do burgo medieval muralhado no séc. XIV.

Visitámos os espaços icónicos da vila medieval, sem esquecer a "janela" sobre a cidade romana de *Caetobriga*, na Travessa de Frei Gaspar.

Apreciámos o equilíbrio e a escala humana de alguns conjuntos edificados, relativamente bem conservados, tal como a transformação de outros, na longa diacronia, conservando porém um núcleo de memória, qual caixa negra, onde se preservam os mapas mentais colectivos.

Passámos pelas cicatrizes dos sismos de 1531 e de 1755.

Lamentámos o estado de ruína de edifícios marcantes da antiga Rua Direita de S. Sebastião (actual R. Arronches Junqueiro), e muito particularmente do imóvel que se adossa, do lado do mar, ao Palácio Frixel, *locus* privilegiado onde poderia ter sido construído um teatro romano (?).

Indignámo-nos perante o emparedamento e maus tratos a que foi sujeito o conjunto de portas manuelinas em arquitectura civil, da Travessa de S. José, pois documenta o próspero burgo de artesãos e mercadores da foz do Sado, dos alvares da Idade Moderna.

Despedimo-nos até 2026, na antiga Praça do Sapal,

frente ao magnífico portal manuelino da igreja de S. Julião.

A exposição colectiva: URBAN SKETCHING NO CENTRO HISTÓRICO DE SETÚBAL/25

Cruzaram-se os saberes patrimoniais e identitários da LASA e as artes do desenho, pintura e fotografia cultivadas pela ARTISET, permitindo concluir a edição 2025 do projecto, com a exposição dos trabalhos na CASA DA BAÍA, de 29 de Maio a 29 de Junho de 2025.

Na mostra participaram os seguintes autores:

António Azevedo, António Galrinho, Beatriz Kennedy, Fernando Nunes, Fernando Pinho, José Girão e Lurdes Couto.

Montagem: Fernando Pinho

Informação histórica e patrimonial: Joaquina Soares

Logística: Margarida Rodrigues

Projecto Urban Sketching no Centro Histórico de Setúbal

Conhecer, Observar, Representar, Dar a ver



Fig. 1 -Festa da abertura da exposição. Foto de Margarida Rodrigues.



O clássico retrato de família para memória futura, já no exterior da exposição. Foto de Margarida Rodrigues.

Joaquina Soares

Património Arqueológico



Foto: Guilherme Cardoso

O Núcleo de Arqueologia da LASA participou nas III Jornadas Internacionais de Arqueologia, organizadas pela Câmara Municipal de Palmela, de 5 a 8 de Junho, com a comunicação:

Prazeres nos Triclinia de Caetobriga: A Importação de Produtos Alimentares

Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Joaquina Soares

Resumo:

Apresentou-se uma síntese sobre a importação de produtos alimentares embalados em ânforas, aportados a *Caetobriga*, essencialmente destinados, por hipótese, à elite local.

Embora o transporte por via marítima tivesse alcançado elevado grau de generalização, tanto no longo curso, como inclusivamente à escala de uma cidade polinucleada e aquática como terá sido *Caetobriga*, o valor económico dos produtos alimentares importados, reflectindo embora as suas qualidades físicas nutricionais e organoléticas, incluía outras, como a distância do local de origem, a raridade, o carácter cultural/identitário, afirmando-se, igualmente, como indicador da rígida diferenciação social do modelo escravagista romano.

O conceito de prazer convoca, assim, uma complexa teia de factores que contribuem para a criação, no caso vertente, de alimentos de prestígio. O seu carácter de exclusividade e luxo encontra-se expresso na baixa frequência relativa de ânforas vinárias e oleárias de importação, em espa-

ço doméstico (*domus* e lixeiras urbanas). É particularmente impressionante o registo de ânforas piscícolas importadas, embora raras, em um centro economicamente especializado na produção de preparados de peixe, como a Setúbal romana.

Palavras-chave: *Caetobriga*; *Domus*; Ânforas romanas importadas; Alimentos de prestígio.



Foto: Rosa Nunes

ÂNFORA KEAY LXV, provavelmente vinária, proveniente do Egeu ou Mar Negro, nos sécs VI-VII d. C.. Encontrada na escavação de lixeira tardo-romana (C. 5A), sobre os derrubes da *domus* da Rua Arronches Junqueiro (73-75). Mesmo na fase de decadência da Setúbal romana (a partir do séc. IV d. C.), as funções portuárias mantiveram-se activas, servindo provavelmente um hinterland mais vasto.

Dia Mundial do Ambiente

5 de Junho 2025



A ONG de ambiente, LASA, comemorou pela primeira vez o Dia Mundial do Ambiente, em conformidade com as suas crescentes preocupações e responsabilidades na defesa do ambiente e da biodiversidade. Pretende-se, assim, que este dia passe a fazer parte do calendário das suas actividades públicas.

Sem perder de vista a crucial questão da poluição dos oceanos, designadamente por plásticos, a que a Agência Portuguesa do Ambiente deu destaque na esteira das recomendações da ONU, a LASA dedicou a celebração da data à cultura e biodiversidade da Arrábida, o mais importante pulmão verde da Península de Setúbal e a montanha sagrada onde podemos encontrar respostas para as dúvidas mais sombrias acerca de cenários prospectivos sobre a nossa espécie. Aí encontramos formas de habitar sustentáveis, de perfeita articulação entre Natureza e Cultura.

Dois projectos simbióticos, em curso, deram corpo às comemorações: por um lado, o *Arq Arrábida*, de investigação científica, que visa reconstituir as formas de habitar ancestrais e sustentáveis da cordilheira e, por outro, o projecto de educação ambiental *Cultura & Biodiversidade da Arrábida*, em desenvolvimento com a Escola Hermenegildo Capele e a Escola Secundária D. João II; neste, decididamente, pretende-se dar a conhecer à população escolar, de forma real e experimental, a riqueza patrimonial da Arrábida, em abordagem valorativa do maravilhamento. Só se preserva o que se ama!

Pretende-se também que os participantes no projecto desenvolvam formas de comunicação inovadoras, com as quais possam transmitir as suas próprias descobertas e vivências no seio da Montanha.

A este projecto associamos o *Prémio Ambiente Arrábida*, que será atribuído em 2026. Na sua primeira edição, o projecto decorrerá no ano lectivo de 2025-2026 e conta com a colaboração da Junta de Freguesia de S. Sebastião, da Uni-

ão de Freguesias de Setúbal, da União de Freguesias de Azeitão, da Freguesia de Quinta do Anjo. Somente a Freguesia de Palmela não aderiu ao desafio, quiçá pela falta de oportunidade em apresentarmos de viva voz a importância e urgência do envolvimento de crianças e jovens na defesa da nossa casa-comum, a Serra-Mãe.

A ONG LASA convida

Celebração do Dia Mundial do Ambiente

5 de Junho de 2025

Casa da Cultura - Auditório José Afonso



Foto: Rosa Nunes

programa:

18.00-18.20h

Boas-vindas

Alocução da Presidente da Assembleia Geral, Maria Helena Fragoso de Mattos e da Presidente da Direcção, Joaquina Soares. Minuto de silêncio pelo falecimento do historiador setubalense Álvaro Arranja.

18.20- 19.00h

Conferência

"Patrimónios da Arrábida, uma visão integrada" – Joaquina Soares

19.00-19.45h

Painel de debate

O projecto *"Cultura e Biodiversidade da Arrábida"* e a sua importância para a Educação na Região de Setúbal – António Chitas, José Trindade, Joseph Rodrigues, Nuno David, Sara Loureiro.

19.45h

Prova de Moscatel da Arrábida:

Adegas José Maria da Fonseca

Ermelinda de Freitas

Joaquina Soares



50 Anos da Diocese de Setúbal



A Diocese de Setúbal foi criada a 16 de Julho de 1975, pelo que se comemoram, neste ano que também é jubilar, os 50 anos da sua criação. Os Amigos da Paróquia de S. Sebastião têm a honra de terem sido convidados a juntar-se à Comissão Jubilar dos 50 anos da Diocese, para com ela colaborarem e participarem nalgumas das actividades no âmbito dessas mesmas Comemorações.

Uma das acções que estão a promover é uma grande exposição “50 Anos da Criação da Diocese”, na Galeria do Quartel do 11, cuja inauguração será dia 16 de Julho pelas, 16h00.

A exposição tem por tema “Faça-se Luz” e envolve trinta artistas de renome na Diocese, na área da pintura, fotografia, escultura e cinema, com um filme realizado propositadamente para assinalar a efeméride.

As várias manifestações de arte ali expostas, com artistas de diferentes sensibilidades, crentes e não crentes, unem-se nesta grande exposição para traduzir em formas e cores a profundidade do mistério da luz.



Isabel Melo



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...

Francisco Borba



Cabido

A minha primeira viagem a Elvas aconteceu há 72 anos, na companhia de meus pais, num já longínquo final de Setembro de 1953. O motivo da viagem foi o casamento do Joaquim, o filho mais velho do José Júlio, feitor da Casa Agrícola da minha avó Guilhermina. O meu pai e a minha mãe apadrinhavam o noivo. Ficámos instalados durante uns dias na Quinta de Carvalhinhos, que foi adquirida em 1850 pelo meu trisavô António Costa, que, no princípio do séc. XIX, desceu de Cernache de Bonjardim, com sua mulher Mariana Rita da Costa, para aqui se estabelecer como comerciante e agricultor.

O meu quarto dava para o pátio da entrada da quinta, onde se situava a quadra dos muars. Acordava pelas cinco da manhã, ainda o sol não nascia, ao som das vozes dos carreiros e do trepidar na calçada de granito das feraduras das mulas e das rodas forradas a ferro dos respectivos carros, que saíam para alqueivar numa propriedade próxima, e assim preparar a terra para a sementeira cuja época se avizinhava. A cultura cerealífera era, naquele tempo, uma das actividades agrícolas mais importantes na região alentejana. Tinha passado o S. Mateus, e arrancava um novo ano agrícola.

O tempo estava quente, eu dormia de janela aberta. O som dos carros de parelhas e o vozear dos carreiros em conversa aberta com os seus animais ia-se esfumando ao longe, e ficava o gorgolejar da água que corria na Ribeira de Varche, que atravessa a quinta e que naquele tempo corria todo o ano. Hoje, infelizmente, já não é assim. Só corre de Inverno e nem sempre.

Jamais se apagarão da minha memória estas madrugadas

alentejanas, talvez percursoras da minha paixão pelo Alentejo e pelo seu povo que tanto admiro.

O pior estava para vir no dia da boda. Dias antes, o meu pai levava-me ao dentista, num consultório que havia no Largo da Ribeira Velha. Ali, após uma torturante brocagem, tinham-me colocado um penso, um algodão embebido numa substância vermelha, num molar. O resultado foi desastroso, pois passei o dia da boda de copo na mão a correr para uma fonte de água fresquíssima (que ainda lá está) para bochechar e me aliviar a dor.



Capitel

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...

Ao longo de todos estes anos, por variadas razões, Elvas tornou-se um lugar de frequência, muitas vezes obrigatória, e de estadia temporária regular. Tenho por isso fotografado, com uma afectividade particular, a cidade e a região, por diversas vezes e em várias vertentes.

Desta vez, “pela mão da LASA”, participei pela primeira vez numa visita guiada, no âmbito histórico e cultural. Gostei da visita, muito pela agradável companhia dos participantes, cujo convívio é sempre gratificante e enriquecedor, e depois pelo que aprendi nas descrições e explicações detalhadas do guia em cada local visitado. Excelente programa bem delineado, e cumprido no horário previsto, sem sobressaltos, e por isso proveitoso!

Durante esta visita, lembrei-me várias vezes de, há anos atrás, numa das minhas deambulações pela cidade, ter tido a oportunidade de entrar e fotografar no interior as diversas e bonitas igrejas que aqui existem, onde me foi disponibilizada informação detalhada e documentada referente ao local, bem como a sugestão de outros locais de igual interesse e importância. O acolhimento estava a cargo de estagiárias do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que, no âmbito de um protocolo estabeleci-

do com a Câmara Municipal de Elvas, prestavam este apoio e orientação aos visitantes da cidade. Curiosamente, no mesmo ano repeti esta experiência noutra cidade, em Tavira. Trouxe entusiasmado esta ideia para Setúbal e transmiti-a a várias entidades, incluindo a Presidência da CMS, a Diocese, e incluí-a até num contributo que me foi pedido, para um denominado “Plano Mateus”. Faz-me imensa pena que, numa cidade como a nossa, com um património histórico e cultural tão rico e tão importante, não exista uma iniciativa estruturada para o divulgar e enaltecer junto dos setubalenses e dos que nos visitam.

O meu registo fotográfico durante esta visita de 10 de Maio de 2025, é meramente lúdico, e, por isso mesmo, reduzido e quase pontual. Por isso, resolvi acrescentar-lhe outras imagens, que poderão despertar algum interesse em quem gostar de voltar à região.



Fonte de Carvalhinhos



Portal Igreja de S. Lourenço

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Elvas - Aqueduto



Elvas - Casario

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Elvas - Relaxando



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Elvas - Rua de Alcamim



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Elvas - Praça Principal

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



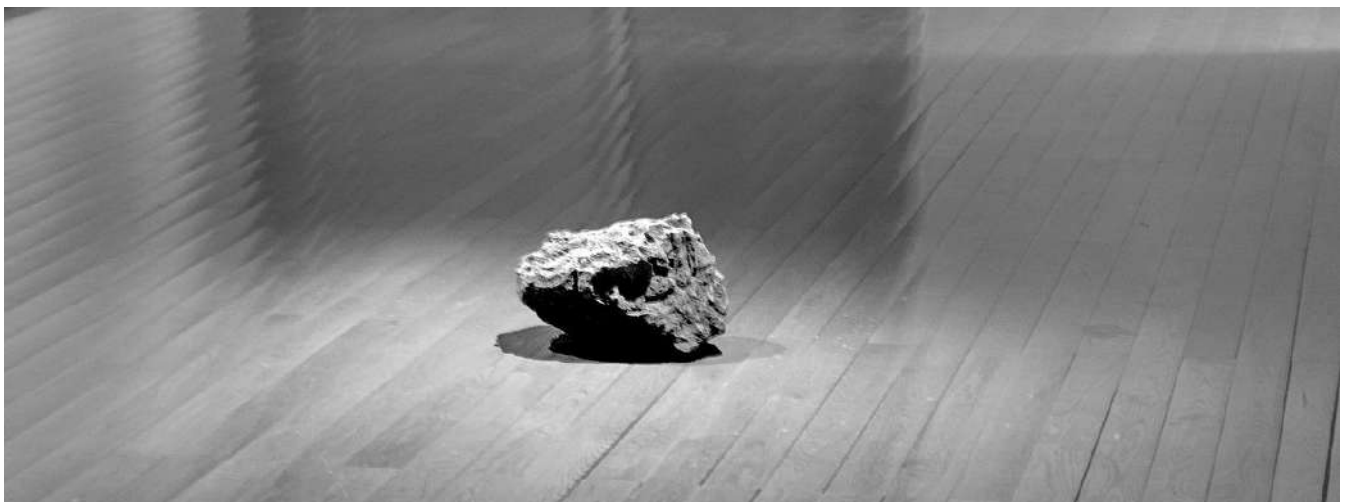
Elvas - Secagem de roupa



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Museu



Museu

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Porta da Esquina



Porta frente à entrada da Cisterna

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Forte da Graça



Forte da Graça

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Forte da Graça



Forte da Graça

Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Forte da Graça



Fonte da Piedade



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Ponte da Ajuda



Visita a Elvas em Maio de 2025 e algumas memórias...



Jorumenha





Uma das vertentes em que a LASA tem intervindo é na área da edição, debruçando-se sobre estudos de carácter local.

"Setúbal na História" - Editado em 1990, tem participação de vários estudiosos (José Hermano Saraiva, D. Manuel Martins, Carlos Vieira de Faria, Luís Cabral Adão, Carlos Tavares da Silva, Fernando António Baptista Pereira, António Osório de Castro, Jorge Borges de Macedo, Luís de Sttau Monteiro, Carlos gomes Bessa, José Carvalho Fernandes e Fernando Cristóvão), abordando temas relacionados com a história sadina.

"Regra, Estatutos e Definições da Ordem de Sant'Iago" - Editado em 2009, é a reprodução fac-similada da obra que foi impressa em Setúbal em 1509 por Herman de Kempis.

"Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão" - Editado em 2016, sob a coordenação de Albérico Afonso Costa, António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em Novembro de 2014, em que intervêm doze autores.

"Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração" - Editado em 2012, tem como autores três nomes fortemente empenhados na história local de Setúbal (António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Pena) e pretendeu assinalar o bicentenário do nascimento deste amigo de Setúbal.

"Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão" - Obra de que saiu o primeiro volume, datado de 2009, recolhe, sob iniciativa de repouso e tratamento nas praias da frente ribeirinha de Setúbal, revisitando uma obra que teve a assinatura de Ventura Terra.

"Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX" - Editado em 2010, tem como autora Inês Gato de Pinho e aborda o espaço de repouso e tratamento nas praias da frente ribeirinha de Setúbal, revisitando uma obra que teve a assinatura de Ventura Terra.

"De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell" - Editado em 2013 e assinado por Inês Gato de Pinho, é obra indispensável para o estudo da presença dos Jesuítas em Setúbal e para a história do designado Palácio Fryxell.

"A Casa Verde" - Editado em 2018, contém um poema do setubalense Silva Duarte (1918-2011), cedo emigrado para o Norte da Europa, em honra da casa e da terra onde nasceu e integra uma biobibliografia alusiva ao autor assinada por Fátima Ribeiro de Medeiros.

"João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra" - Editado em finais de 2018, esta

obra, que teve o apoio da LASA mas foi editada pelo Instituto Politécnico de Setúbal, congrega abordagens diversas sobre a memória portuguesa da Grande Guerra e conta a história do último fuzilado português, o soldado João Almeida.

"Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão" - Editado em 2019, sob a coordenação de António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em 2018, em que intervêm vinte e cinco autores.

"Setúbal na Segunda Metade do Século XIX" - Editado em 2018, tendo como autor uma grada figura setubalense, Arronches Junqueiro, este livro estava por publicar pelo menos desde 1936. Com um labor de anos, Carlos Mouro procedeu à fixação do texto e à sua anotação, reunindo informações para cerca de 270 notas em que revela histórias e biografias nunca contadas. O livro contém ainda esboços biográficos de Junqueiro feitos por Luís Silveira e por António Joaquim Henriques.

"Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos" - Publicado em 2019, este livro-álbum, preparado meticulosamente por Francisco Borba, mostra a produção do rei-artista em que Setúbal e as suas águas são permanente personagem, numa recolha que João Borba, pai do autor e primeiro director do Museu de Setúbal, iniciou na década de 1960.

"O Bairro de Troino - contributos para a sua história" - Publicado em 2020, este livro é constituído por duas partes: a primeira, da responsabilidade dos historiadores Diogo Ferreira e João Santos, que mergulha no passado deste bairro de Setúbal; a segunda, de Eduardo Silva, contendo uma viagem memorialística às vivências da comunidade 'troineira'.

"A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus", de Henrique Freire - Reprodução facsimilada da obra publicada por Henrique Freire em 1864, romance que segue a estética do Romantismo, relatando um acontecimento histórico para Setúbal - a construção do Convento de Jesus. A LASA pretendeu com esta edição assinalar a reabertura do Museu de Setúbal - Convento de Jesus, ocorrida em finais de 2020.

"Álbum Fotográfico - Setúbal 1867", de Antero Seabra. Conjunto de 17 fotografias de Setúbal, feitas por 1867, consideradas hoje um "bem de interesse nacional". Uma forma de olhar a Setúbal de há um século e meio.

	Sócios	Não Sócios
Setúbal na História	5 €	5 €
Regras, Estatutos e Definições da Ordem de Sant'Iago	70 €	70 €
Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão	20 €	25
Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração	8 €	9 €
Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão – vol. I	15 €	15 €
Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX	10 €	10 €
De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell	20 €	26 €
Casa Verde	5 €	5 €
Imagens da Península da Arrábida...	Esgotado	
Afonso Africano...	Esgotado	
Património Azulejar de Setúbal e Azeitão	Esgotado	
João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra	10 €	
Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão	20 €	25 €
Setúbal na Segunda Metade do Século XIX	10 €	12 €
Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos	20 €	25 €
O Bairro de Troino - contributos para a sua história	18 €	
Frei Agostinho da Cruz e a Espiritualidade Arrábida	20 €	20 €
A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus	10 €	10 €
Álbum Fotográfico - Setúbal 1867	30 €	35 €



A LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão é uma associação regional sem fins lucrativos, fundada em 1955, cujos estatutos definem finalidades múltiplas, todas elas orientadas para a defesa e divulgação do património cultural, ambiental e social numa perspectiva do desenvolvimento regional.

